



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DE ACONSELHAMENTO

Consumo de Pornografia na Internet, Avaliação das Atitudes Face à
Sexualidade e Crenças sobre a Violência Sexual

(Dissertação de mestrado em psicologia clínica e de aconselhamento)

Ana Sofia Semedo Pereira Lopes – N.º 2010171

ORIENTADOR: Professor Doutor José Magalhães

Universidade Autónoma de Lisboa

Lisboa, Julho de 2013

Resumo

O presente estudo tem como objetivos verificar se existe consumo de pornografia através da internet, numa amostra de alunos e ex-alunos universitários, e se esse consumo se relaciona com o tipo de atitudes face à sexualidade e crenças legitimadoras da violência sexual. Participaram 91 alunos e ex-alunos de uma universidade privada da região de Lisboa, 31 do sexo masculino e 60 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 53 anos. Foram utilizadas as Escala de Atitudes Sexuais (EAS) e a Escala de Crenças sobre a Violência Sexual (ECVS). Optou-se pelo método de recolha de dados online, através do SurveyMonkey. Os resultados obtidos revelaram que 42.9% dos participantes visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, tendo sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que visualizaram e não visualizaram pornografia. Os participantes que visualizaram pornografia na internet apresentaram valores mais elevados nas subescalas permissividade sexual ($Z = -4.151$; $p < .001$), prazer físico ($Z = -2.376$; $p = .017$) e sexo impessoal ($Z = -4.527$; $p < .001$) da EAS e nas subescalas provocação da vítima ($Z = -1.999$; $p = .017$), consentimento da vítima ($Z = -2.476$; $p = .013$) e falsa noção de invulnerabilidade ($Z = -2.204$; $p = .028$) da ECVS.

Palavras-Chave: pornografia, internet, atitudes sexuais, crenças sobre violência sexual.

Abstract

The present study aims to verify about pornography consumption over the internet, in students and former college students, and if this consumption is related to the type of attitudes towards sexuality and beliefs legitimizing sexual violence. With the participation of 91 students and former students of a private university in Lisbon, 31 male and 60 female, aged between 18 and 53 years. It was used the Sexual Attitudes Scale (EAS) and the Scale of Beliefs about Sexual Violence (ECVs). It was chosen the method of collecting data online via SurveyMonkey. The results revealed that 42.9% of the participants viewed pornography on the Internet in the last 30 days, statistically founding significant differences between pornography viewers and not viewers participants. Participants who viewed pornography on the Internet showed higher values on sexual permissiveness subscale ($Z = -4151$, $p < .001$), physical pleasure ($Z = -2376$, $p = .017$) and impersonal sex ($Z = -4527$, $p < .001$) in the EAS, and subscales provocation by the victim ($Z = -1999$, $p = .017$), victim's consent ($Z = -2476$, $p = .013$) and false sense of invulnerability ($Z = -2204$, $p = .028$) of ECVS.

Keywords: pornography, internet, sexual attitudes, beliefs about sexual violence.

ÍNDICE

ÍNDICE	iii
ÍNDICE DE TABELAS	iv
ÍNDICE DE FIGURAS	vi
AGRADECIMENTOS	vii
INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	2
Definição do Conceito de Pornografia.....	2
Pornografia versus Erotismo e o Género Softcore	5
Pornografia e a Internet.....	7
Variáveis que Predisõem o consumo de Pornografia.....	15
Diferenças Individuais que Predisõem o Consumo de Pornografia	21
Razões Associadas ao Consumo de Pornografia.....	24
Principais Conceções Teóricas sobre os Efeitos do Consumo de Pornografia.....	25
Efeitos Adversos do Consumo de Pornografia	30
Atitudes/Crenças Legitimadoras da Violência Sexual	39
Implicações do Consumo de Pornografia ao Nível das Atitudes/Crenças	43
Implicações do Consumo de Pornografia ao Nível dos Comportamentos Sexualmente Agressivos.....	49
Efeitos Positivos Associados ao Consumo de Pornografia	53
Objetivos da Investigação	55
MÉTODO	56
Participantes.....	56
Instrumentos.....	59
Questionário Sociodemográfico.....	59
Escala de Atitudes Sexuais (EAS) de Hendick e Hendrick (1987) – adaptação portuguesa de Alferes (1999)	61
Escala de Crenças sobre a Violência Sexual (ECVS)	62
Procedimentos de Recolha de Dados	64
RESULTADOS	66
DISCUSSÃO	77
CONCLUSÃO	83
Implicações Metodológicas e Limitações da Investigação	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

ANEXO A – Questionário Sociodemográfico.....	106
ANEXO B – Autorizações para uso das escalas EAS e ECVS	116

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Exemplos de categorias de pornografia na internet (Flood & Hamilton, 2003)	10
Tabela 2. Descrição da amostra	57
Tabela 3. Diferenças entre sexos para o ter visto pornografia na internet nos últimos 30 dias e o tipo de pornografia visualizado.....	66
Tabela 4. Diferenças entre sexos para o sub-tipo de pornografia preferida.	68
Tabela 5. Normalidade das dimensões em estudo.....	69
Tabela 6. Diferenças entre os participantes que visualizaram ou não pornografia na internet nos últimos 30 dias, ao nível dos resultados na EAS e ECVS.....	71
Tabela 7. Diferenças entre sexos ao nível da EAS e ECVS.	72
Tabela 8. Diferenças entre os participantes que visualizaram ou não pornografia na internet nos últimos 30 dias em termos do sexo, grupos etários, estado civil, religião e sua prática.	73
Tabela 9. Correlação com a idade.	76

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição dos participantes em termos de visualização de pornografia na internet nos últimos 30 dias.	70
Figura 2. Distribuição em termos de frequência de consumo de pornografia.....	74
Figura 3. Distribuição em termos do tipo de pornografia preferida.	75
Figura 4. Distribuição em termos do sub-tipo de pornografia preferida.	75

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Doutor José Magalhães, a disponibilidade, o incentivo, o rigor científico e o questionamento crítico fornecidos, cujo contributo foi crucial para a realização e finalização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Valentim Alferes e á Dr.^a Sónia Martins pela autorização do uso da EAS e ECVS, respetivamente.

À Dr.^a Luísa Ribeiro pelos seus sábios conselhos e orientações ao longo do trabalho.

Ao Departamento de Psicologia e Sociologia da UAL pelo apoio e disponibilidade, bem como, a todos os docentes que autorizaram a apresentação do estudo nas suas respetivas aulas.

A todos os participantes no estudo, pois sem a sua colaboração e contributo, este trabalho não seria possível de realização.

Agradeço aos meus colegas e amigos pelas palavras de incentivo.

Ao meu mecenas, pela confiança que tem depositado em mim.

Ao Mário pelo amor e paciência.

Finalmente, á minha mãe, a quem dedico todas as minhas conquistas.

INTRODUÇÃO

O tema consumo de pornografia na internet, avaliação das atitudes face à sexualidade e crenças sobre a violência sexual, insere-se na linha de investigação – “Vulnerabilidade Psicossocial e Contextos Instáveis” – desenvolvida pelo Centro de Investigação em Psicologia, na UAL (CIP-UAL).

O presente trabalho inclui descrições de atividades sexuais ou linguagem sexualmente explícita, possíveis de perturbar ou ofender alguns leitores, contudo, esta última é essencial na compreensão da temática abordada.

A psicologia enquanto ciência sempre se interessou pela expressão variada da sexualidade e dos comportamentos sexuais, integrando a sexualidade humana como sendo essencialmente psicossomática (Albuquerque, 2006). Atualmente, dados como: “as estatísticas proporcionadas pela Google, revelam o Sexo como a palavra mais procurada nos motores de busca na internet” (Cooper, 2004); “segundo a Economic Times, a pornografia é a fonte mais rentável de receitas geradas na internet” (Zaldívar & Díez, 2009), sugerem que o consumo de pornografia na internet é um aspeto a ter em conta na compreensão da sexualidade humana e na influência que este pode ter nas atitudes e comportamento sexual. No presente trabalho revemos algumas das principais conceções teóricas e investigações realizadas em torno desta temática. Procuramos igualmente, perceber através de um estudo quantitativo com uma amostra de conveniência, se o consumo de pornografia na internet é algo recorrente e se este pode influenciar os sujeitos ao nível das atitudes face à sexualidade e crenças legitimadoras da agressão sexual.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Definição do Conceito de Pornografia

A etimologia da palavra pornografia deriva do grego “pornographos”, formada pela junção de “porne”, que significa prostituta, com a palavra “graphein”, que designa escrita. A palavra é traduzida por “aquele que escreve sobre prostitutas, tratado acerca da prostituição, representação de situações obscenas sob a forma de texto, desenho, fotografia, etc., com o objetivo de despertar e excitar a libido” (Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, 2001). O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2003) acrescenta ao termo, “qualquer coisa feita com o intuito de ser pornográfico, de explorar o sexo tratado de maneira obscena, como atrativo, violação ao pudor, ao recato, à reserva, socialmente exigidos em matéria sexual, indecência, libertinagem, imoralidade. Mais recente, o Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora (2010), refere a pornografia como a “representação de elementos de cariz sexual explícito, sobretudo quando considerados obscenos, em textos, fotografias, publicações, filmes ou outros suportes”. As designações de pornografia estão sobretudo assentes em torno de duas características principais, a prostituição e obscenidade. Todavia, examinando a pornografia tal como esta se apresenta na atualidade, podemos deduzir que não se refere às representações da prostituição, mas sim às representações da sexualidade em si mesma (Bonilla, 2009).

A palavra obsceno deriva do latim “obscenu” e traduz o que “ofende abertamente a moral, que faz, diz, escreve coisas que ofendem a moral, através de representações ou alusões de caráter sexual” (Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, 2001). A ligação da pornografia ao obsceno resulta na associação do vocabulário ao campo da moralidade, sustentada pela atribuição de

sinónimos como “corrupção, devassidão, licencioso, impudico” (Dicionário de Sinónimos, 1977), conferindo um carácter imoral á sua natureza. Para Havelock Ellis, citado por Júnior (2006), obsceno deriva do latim “scena”, e significa estar “fora de cena”. Atendendo a esta definição, Júnior (2006) considera que a produção pornográfica organiza-se em torno da ideia de causar um desconforto intencional ao colocar em cena o que se esperaria estar fora de cena. Bataille (1988), citado por Barros (2007), caracteriza o universo da experiência sexual pela transgressão, atribuindo o poder desta vivência à possibilidade de infração dos interditos culturais. Assim, segundo o autor, a pornografia pretende sobretudo a introdução do obsceno no campo da sexualidade, para desta forma transgredi-la. Com efeito, presenciamos vulgarmente um questionamento e violação dos limites daquilo que pode ou não ser obsceno na indústria pornográfica, parecendo que a transgressão é, em si própria, organizadora na pornografia (Júnior, 2011).

Ao analisarmos a literatura sobre o tema, verificamos que existe uma grande dificuldade em estabelecer uma definição consensual de pornografia (Ayres & Haddock, 2009; Kingston et al, 2009; Manning, 2006), sendo esta com frequência representada como a venda de sexo, tendo como principal objetivo o lucro; forma desprestigiante de representação artística; forma de retratar o homem e a mulher como seres meramente sexuais ou objetos sexuais; forma de obscenidade ou material que se destina a produzir excitação sexual. Todavia, a definição mais difundida, geradora de maior consenso, caracteriza a pornografia como material destinado a produzir excitação sexual (D’Orlando, 2009).

Júnior (2011) define a pornografia como “um produto que apresenta uma representação obscena padronizada (seja em imagens, sons, textos ou mesmo objetos), voltado para o consumo de massas, tendo um mercado estabelecido e possuindo como

principal objetivo o prazer sexual dos seus consumidores e o lucro dos seus produtores” (Júnior, 2011, p. 13).

O presente trabalho distingue o material erótico do pornográfico, considerando erótico a representação implícita ou simulada dos atos sexuais, bem como a nudez dos corpos. De acordo com o conceito frequentemente difundido em investigações ligadas a esta temática, definimos pornografia como qualquer material sexualmente explícito (imagens; fotografias; vídeo; áudio; jogos; textos e narrativas; “screensavers”; fundos) com exibição dos órgãos genitais e atos sexuais realmente praticados, com o objetivo de criar excitação sexual no espectador (Fisher & Barak, 2001; Kingston, et al, 2009; Reid et al, 2011; Short et al, 2012).

A pornografia diz também respeito a um tipo de indústria responsável pela produção e distribuição de material sexualmente explícito, com o intuito de provocar excitação sexual, utilizada no entretenimento de adultos (Mackinnon, 2011). Recorre a um estilo próprio que se caracteriza pela centralização na cena na relação sexual; inexistência ou a brevidade de uma narrativa que insere as práticas sexuais; alternância das filmagens entre planos gerais da relação sexual para planos que focam os genitais e rosto (close up); cenas de sexo com expressões e gemidos intensos, principalmente na mulher; momento do contacto sexual filmado sem interrupções ou pausas, com períodos geralmente extensos que se referem á duração do contacto sexual real (Figari, 2008). Para Maingueneau (2010), a pornografia possui uma estética distinta que se caracteriza principalmente pelos “closes” ou detalhes das práticas sexuais e dos corpos, em especial dos órgãos genitais. A preocupação excessiva com o detalhe surge como um elemento fundamental da produção pornográfica contemporânea, sendo inclusive uma das características cruciais na afirmação da pornografia enquanto género específico.

Frequentemente é feita a distinção entre dois tipos principais de pornografia, que se dividem em variadíssimos sub-gêneros ou categorias, o tipo “softcore”, alusivo a imagens de nudez (principalmente feminina), com atividade sexual limitada, implícita, não incluindo penetração, do qual faz parte o sub-gênero “features”, caracterizado pela semelhança com filmes comerciais (billboard/mainstream), contendo enredo e personagens (Jensen, 2011). No tipo “hardcore”, as imagens são de atividade sexual explícita, não simulada, incluindo penetração. Atualmente, as produções deste tipo de pornografia “hardcore” são maioritariamente do sub-gênero “wall-to-wall/gonzo”, com imagens exclusivamente sexuais, sem qualquer enredo ou diálogo (Jensen, 2011). Esta divisão é semelhante à utilizada pelas instituições oficiais de classificação do cinema e literatura, para publicações impressas, filmes ou vídeos. Assim, a designação “softcore” é descrita por “R”(R-rated), “MA” (visualização restrita a pessoas com 15 anos ou mais) ou “M” (visualização não recomendável a menores de 15 anos). A designação “hardcore” é descrita por “X” (X-rated) (Flood & Hamilton, 2003). Em Portugal, a Comissão de Classificação de Espetáculos (CCE) classifica como “Pornográficos” os “espetáculos que apresentem, cumulativamente: a) exploração de situações com o objetivo primordial de excitar o espectador; b) baixa qualidade estética”, sendo sub-categorizados no 1º escalão (hardcore) “os espetáculos que apresentem uma descrição ostensiva e insistente de atos sexuais realmente praticados com exibição dos órgãos genitais” e no 2º escalão (softcore), “os espetáculos que apresentem uma descrição ostensiva e insistente de atos sexuais simulados.” (Decreto-Lei nº 396/82, de 21 de Setembro).

Pornografia versus Erotismo e o Género Softcore

No mundo do entretenimento adulto, o erotismo surge em oposição à pornografia. Flood e Hamilton (2003) distinguiram a pornografia do erótico pela presença de

conteúdos explícitos. O material do tipo erótico é associado a um objetivo superior artístico ou intelectual, dito de mérito, destinada ou não a excitar diretamente o espectador, de carácter “soft” e delicado, dada a não explicitação dos genitais, implicando por vezes somente a nudez dos corpos (Flood e Hamilton, 2003). Luísa Coelho, citada por Villaça (2006) considera pornográfico a descrição das partes do corpo e do ato sexual, tendo como principal objetivo excitar o espectador, esvaziando a sexualidade dos seus supostos mistérios. É pornografia, no sentido da autora, a representação a-subjetiva do sexo, impregnada do exercido de poder sobre outra pessoa. O erotismo, pelo contrário, mistura o instinto sexual com a fantasia, o interdito e o prazer, ficando subjacente a um universo mais abrangente e enigmático (Villaça, 2006). No entanto, para alguns investigadores as fronteiras nestes dois campos são complexas de definir. Existem circunstâncias históricas, políticas, sociais e culturais, que determinam a variabilidade do que pode ser considerado pornográfico ou erótico num dado momento, para um determinado grupo de pessoas (Viana & Vieira, 2012).

Enquanto os termos erotismo e erótico aparecem com referências às representações do corpo num sentido artístico, a pornografia faz alusão ao vulgar, deixando subentendido uma dicotomia que suporta a noção de um conflito entre sexualidade normal e a sexualidade desviante (Viana & Vieira, 2012; Villaça, 2006). O termo erotismo designa qualidade do que desperta o desejo sexual, amor sensual (Dicionário da Língua Portuguesa, 2010) ou ainda, amor doentio, lascivo, sensual, paixão amorosa (Lello Universal, 1981). Etimologicamente, erotismo deriva do grego “eros”, que se refere ao amor romântico, ao desejo e à atração sensual (Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, 2001). Parece haver uma ligação entre o erotismo e a atração sexual romântica ou o sexo no âmbito do relacionamento amoroso. Porém, alguns autores literários, como Lynn Hunte e

Goulemot, têm optado por referir a pornografia e o erótico como sinónimos (Viana & Vieira, 2012). Cardoso (2011) refere a pornografia como um conceito dinâmico que articula todas as possibilidades da representação do ato sexual quer quando este se apresenta explícito ou implicitamente percebido, desde que entre em conflito com a moral e os interditos sociais vigentes. O autor diz ainda que a definição dos termos erótico e pornográfico envolve “uma dinâmica que não se movimenta em relação a polaridades, mas sim desdobrando-se numa continuidade complexa (...) não existindo oposição entre eles, já que cada termo solicita o outro na sua abrangência semântica.” (Cardoso, 2011, p. 99).

Para além da dificuldade que pode advir da tentativa de delimitar o que é pornográfico ou o que é erótico, deparamo-nos com o género “softcore” da pornografia, cuja definição se assemelha à usada para caracterizar o material erótico, complexificando a definição de fronteiras neste campo. Contudo, o género “softcore” pode ser diferenciado do material erótico por apresentar uma descrição ostensiva e insistente de atos sexuais, embora estes sejam simulados.” (Decreto-Lei nº 396/82, de 21 de Setembro).

Num debate efetuado na RTP sobre o tema, o escultor português João Cutileiro resumiu as diferenças da seguinte forma:” as nossas fantasias sexuais são eróticas, as dos outros são pornográficas. O problema é sobretudo ideológico.” (Gomes, 1990).

Pornografia e a Internet

A representação sexual teve desde sempre uma forte ligação com o desenvolvimento tecnológico, notável na evolução da imprensa escrita, na fotografia, no cinema e vídeo, e mais tarde, aliada ao uso da internet. As revistas para adultos merecem um relevo particular pelo sucesso de vendas e rapidez com que se expandiram. Destacam-se a

Playboy fundada em 1953 por Hugh Hefner, embora de cariz mais erótico, retrata o nu, por vezes incompleto, de uma forma artística, é uma das revistas para adultos com maior popularidade (Romàn, 2000). A Penthouse, criada em Inglaterra no ano de 1965, foi um pouco mais além com fotografias que expuseram a zona púbica e, mais tarde, a revista Hustle, lançada em 1974 nos Estados Unidos da América, introduziu, para além do ato sexual explícito, trabalhos fotográficos dedicados a opções sexuais alternativas e fetiches (Romàn, 2000). Em Portugal destacam-se as revistas Gina, com 196 publicações de enredos pornográficos ilustrados fotograficamente, editados entre 1974 e 2005, a Tânia, a Top Sex e a Weekend Sexy (Silva, 2009).

Outro meio de disseminação foi o cinema, originalmente permitido em bordéis e locais de entretenimento noturno. Mais tarde, a comoção social de 1960 contribuiu para a liberalização da pornografia, bem como do cinema pornográfico. A invenção dos vídeo gravadores possibilitou a visualização destes filmes no conforto doméstico, sob o anonimato e privacidade que não era possível no cinema (Garlick, 2011). A massificação e banalização do acesso a conteúdos audiovisuais desta natureza verificou-se também na televisão com o aparecimento de canais fechados para adultos (Johnson, 1996).

A invenção da internet, inicialmente com propósitos militares, mais tarde generalizada à escala mundial, permitiu o acesso rápido a uma quantidade diversificada de informação (Romàn, 2000). De todos os meios tecnológicos de comunicação existentes, esta foi considerada uma tecnologia crucial para proliferação da pornografia. Com a invenção da “*World Wide Web*” em 1991, verificou-se a abertura da internet a um número alargado de utilizadores, permitindo a qualquer pessoa com acesso à internet visualizar conteúdos pornográficos (Romàn, 2000). Este meio tornou-se num local atraente para quem procura conteúdos sexuais, nomeadamente pornografia, isto

em boa parte graças a três principais fatores, referidos também como “Triple-A Engine”, que incluem a acessibilidade (diversidade de conteúdos acessíveis 24 horas por dia), disponibilidade (multiplicidade de conteúdos gratuitos) e anonimato (possibilidade de privacidade no consumo e anonimato nas intercomunicações) (Cooper et al, 2000). Este tipo de material sexualmente explícito está disponível gratuitamente, com poucas ou nenhuma barreira relacionadas com a idade, ou alguma forma de discriminação/coação relativas ao usuário (Cooper et al, 2000).

Os sites pornográficos apresentam uma gama impressionante de práticas, desejos e orientações sexuais, embora não reflitam a prevalência real dessas práticas ou orientações na população geral. Um bom exemplo é a frequência com que o sexo anal é representado nas relações heterossexuais, embora alguns estudos de prevalência, como o caso australiano, sugiram que esta é uma prática minoritária (Flood & Hamilton, 2003).

A pornografia divulgada na internet distingue-se da difundida na imprensa escrita e nos vídeos/dvd's “X-rated” nos seguintes aspetos: 1) está disponível através de diversas tecnologias e fontes, existindo textos e narrativas, fotografias, vídeo clipes para “download”, “screensavers”, fundos pornográficos e web câmaras que enviam imagens ao vivo. Tudo isto é frequentemente oferecido num único site; 2) o consumo de pornografia é mais interativo, sendo que alguns sites permitem uma interação em tempo real com o sujeito fotografado ou que está a ser filmado; 3) as linhas entre consumidores e produtores de pornografia são mais ténues na internet, havendo espaço para a produção e troca de material doméstico ou amador a uma escala muito maior; 4) oferece um maior número de géneros e categorias altamente específicas, por vezes consideradas ilegais ou criminalizadas, não tão evidentes nas produções impressas ou em vídeo (Flood & Hamilton, 2003).

No consumo de pornografia, a internet não pode ser vista apenas como uma nova mostra de exposição ou como um novo meio de disseminação do material pornográfico, através do qual ocorreu uma simples transposição da lógica das produções já existentes (D’Orlando, 2009). A internet transformou tanto o processo de produção, como de divulgação, venda e consumo de pornografia (D’Orlando, 2009). De acordo com Manning (2006), tem havido um crescimento brutal de sites pornográficos. Em Julho de 2003, existiam 260 milhões de páginas de pornografia, um crescimento de 1.800 desde 1998. No final do ano de 2004, estavam registadas 420 milhões de páginas de pornografia. Cooper (2004) verificou que 20 a 30% dos utilizadores de internet americanos utilizam a internet para propósitos sexuais. Em Itália, segundo D’Orlando (2009), o número de visitas de páginas de pornografia anda á volta 4,680.000, que significa cerca de 26% do total dos utilizadores. Mais recentemente, em 2006, as receitas ascenderam aos 97 biliões, com a China na lista dos países com mais receita (Manning, 2006). Mesmo que estas estimativas não transpareçam a realidade dos números, pelo menos, apontam para a dimensão do fenómeno, em particular da pornografia divulgada através da internet.

Tabela 1. Exemplos de categorias de pornografia na internet (Flood & Hamilton, 2003)

Categorias Gerais	Práticas Sexuais Particulares	Características do Corpo	Categorias Particulares da Mulher	Ocupação Status
Hardcore	Fellatio (‘Blowjobs’)	Seios (‘Tits’)	Adolescentes (‘Teen’, ‘Lolita’, ‘Schoolgirl’)	Celebridades “Celebrity Nudes”
Softcore	Sexo Anal	Seios Grandes (‘Busty’)	‘Babes’	Modelos
Heterossexual	Sexo Oral (‘Oral’)	Seios Pequenos (‘Small Tits’)	Louras, Morenas, Ruivas	Strippers e Prostitutas
Gay	Ejaculação Masculina (‘CumShots’)	Nádegas (‘Butts’, ‘Ass’)	‘Cheerleaders’	Amadoras
Bissexual	‘Group Sex’, ‘Gangbangs’,	Vaginas Depiladas (‘Shaved’)	‘Lesbian’	Empregadas Domésticas

Lésbico	'Threesome', 'Orgy')		
	'MMF' (dois homens e uma mulher)	Vagina com pelos ('Hairy Pussy')	Professoras
	FFM' (duas mulheres e um homem)	Pénis Grandes	Enfermeiras
	"Cunnilingus" ('Muff dives')	Amputações e próteses	Secretárias
	Masturbação	Menstruação	'Babes'
	Ejaculação feminina	'Tattoo'	'Pornstars'
	"Bestialismo" ('Zoo Fetish')	Pernas e Pés	
	('Bdsm', 'Domination')	Piercing, modificações corporais	
	'Rape'	Mamilos ('Erect', 'Puffy', 'Abnormal', 'Oversized')	
	'Incest'		

A comercialização e disseminação de pornografia via internet obedece a uma lógica própria. Inicialmente, a informação foi fundamentalmente partilhada em plataformas como o eMule, Kazaa ou BitTorrent, ou em sites do YouTube-like, como Youporn ou Pornotube, que forneciam uma quantidade significativa de pornografia gratuita (D'Orlando, 2009). Contudo, este material gratuito não substituiu a pornografia paga. Pelo contrário, a possibilidade de providenciar aos utilizadores quantidades significativas de material gratuito tem sido explorada pelos produtores de pornografia como propaganda inusitadamente apelativa para apresentar e incentivar o consumo dos respetivos produtos pagos (D'Orlando, 2009).

Com efeito, a internet juntamente com os avanços tecnológicos de digitalização da informação reinventou a pornografia. Existe inclusive duas posições conceptuais que diferenciam a pornografia encontrada na internet (Paasonen, 2010). Segundo esta divisão a expressão "pornografia na internet" refere-se a uma simples transposição da pornografia comercialmente encontrada em revistas, jornais, canais de televisão ou

DVD's para a internet (Paasonen, 2010). O termo "Netporn" ou "Cyberporn", contraria este tipo de material mais mainstream, distinguindo-se pelas produções amadoras e por um tipo de pornografia mais independente e alternativa (Paasonen, 2010). A pornografia amadora, considerada atualmente um subgênero da pornografia devido às suas repercussões no mercado, refere-se a produções realizadas por sujeitos não profissionais do ramo, sobretudo casais que filmam cenas softcore. Este tipo também é designado por "realcore" por retratar a autenticidade do ato sexual, tal como este ocorre na realidade. Contudo, existe o risco de algumas produções amadoras serem disponibilizadas na internet sem o conhecimento ou consentimento de todos os intervenientes (Paasonen, 2010). As produções mais alternativas, características da "Netporn", também designadas por indie ou alt.porn, definem-se por exibirem um tipo de pornografia culturalmente mais transgressiva, que procura ir ao encontro de gostos mais bizarros ou perversos (Paasonen, 2010). A transgressão neste tipo de pornografia não implica necessariamente práticas sexuais extremas, como as BDSM, por vezes referem-se a produções que simplesmente contrariam a estética do belo, expressando-se através do grotesco. Podemos encontrar um exemplo deste tipo de pornografia em sites como "Suicide Girls" ou "Burning Angels", nos quais modelos femininas, tatuadas e com piercings, aparecem em poses sexuais e escrevem, em jeito de blog/diário, sobre aspetos da sua vida privada (Paasonen, 2010).

Talvez o maior impacto advindo das novas tecnologias e da própria internet, para quem produz e distribui pornografia, não tenha sido a redução de receitas ou vendas, mas sim a redução do custo da aquisição de material pornográfico, dado a frequência com que muitos dos sites conseguem adquirir pornografia através dos utilizadores, a maioria amadora, que posteriormente comercializam (Paasonen, 2010). Um exemplo interessante desta estratégia é o site Redclouds, com mais de um milhão de membros

que pagam cerca de 25€ por ano para acederem a material disponibilizado gratuitamente pelos próprios utilizadores (Paasonen, 2010). Esta estrutura confirma uma tendência para usar material gratuito como publicidade para aceder a material mais aliciente mas pago, tudo num mesmo site (Paasonen, 2010).

Para Sodré & Paiva, (2002), o grotesco foi o tipo artístico que mais se difundiu ao longo do século XX, influenciando especialmente a indústria do entretenimento, particularmente a pornografia divulgada através da internet. Enquanto estética o grotesco, devido aos seus exageros e desproporções, especialmente nas representações corporais, une o medo e o engraçado ao grandioso, apresentados numa lógica invertida de representar e ironizar a realidade. Segundo Júnior (2011), a pornografia, tal como o grotesco, também possui uma forte carga de excesso, monstruosidade, desarmonia ou desequilíbrio. A pornografia e o grotesco evocam um prazer específico: o prazer pela confusão de valores e padrões, pela transgressão estética e sexual, colocando em cena aquilo que se pressupunha estar “fora de cena” (Júnior, 2011).

Com aparecimento da internet, uma das mudanças mais significativas foi a disseminação e intensificação de algumas características da estética grotesca, anteriormente presentes em produções mais restritas, agora amplamente encontrada na produção pornográfica virtual (Júnior, 2011). Alguns dos exemplos dessas características presentes na pornografia contemporânea são os “closes”, (imagens que mostram exageradamente os detalhes dos corpos, especialmente os genitais) e as modificações faciais (Júnior, 2011). No primeiro caso, o objetivo parece não ser apenas causar estranheza ou choque, através do desequilíbrio, na maioria das vezes tecnicamente simulado, das proporções de certas partes do corpo, como os pénis e os seios, mas também apresenta-los em locais inusitados (Júnior, 2011). Verifica-se, inclusive, produções que investem em camaras especiais que permitem as chamadas

“supercloses” ou planos com um detalhe minucioso, que mostram o interior dos corpos através da penetração de lentes no interior das gargantas, vaginas ou ânus. Encontramos este exemplo num site intitulado Buttcam (Júnior, 2011).

No segundo caso, as modificações faciais, a intenção recai na desfiguração da face considerada a princípio bela (ex. atrizes que iniciam as filmagens com uma maquilhagem exageradamente carregada, que ao longo da cena se vai derretendo, dando um aspeto borrado, alusivo a uma pintura grotesca) (Júnior, 2011).

A internet, enquanto motor de busca de material sexual pode igualmente servir como uma expressão saudável da sexualidade. Através desta é possível constituírem-se comunidades virtuais de trocas de experiências, compostas por indivíduos socialmente isolados ou estigmatizados (gays, lésbicas) (Cooper, 2004). Pode inclusive representar um papel preponderante na educação sexual, uma vez que disponibiliza uma vasta informação sobre sexualidade e permite discussões abertas sobre sexo, bem como, facilitar o encontro de parceiros sexuais (Newman, 1997).

Por outro lado, existem situações em que a pornografia difundida pela internet pode afetar o curso normal do desenvolvimento sexual saudável de certos indivíduos. O'Donnell & Milner (2007), Jenkins (2001) e Quayle & Taylor (2001) alertaram para o facto de a internet ser usada como meio de obter e difundir pornografia infantil ou contactar crianças para propósitos sexuais. Durkin & Bryant (1995) sugeriram que a gratificação instantânea da comunicação online providencia o reforço e a operacionalização de fantasias sexuais e desinibição, que de outra forma seriam extintas. Outros investigadores alertaram para o perigo de alguns sujeitos negligenciarem o seu mundo relacional real em virtude de uma quantidade de tempo excessiva dedicada na busca de pornografia (Cooper et al, 1999). Meerkerk e colaboradores (2006) verificaram

que o uso frequente da internet está associado ao consumo de pornografia, e segundo os autores, o uso da internet para gratificação sexual é um fator de risco considerável para o desenvolvimento do uso compulsivo da internet. Esta plataforma de comunicação trouxe, igualmente, novas formas de violência sexual, com cenários desafiantes que incluem perseguição através da internet ou cyber stalking, voyeurism/exibicionismo ou cyber “peeping”, pornografia infantil, cybersexo com menores ou materiais mais “snuffs”, como o caso de sites de violações ou torturas sexuais e morte em direto, (Cooper 2004).

Como vimos, a internet é um meio favorável e preterido no consumo de pornografia, bem como noutras atividades de cariz sexual, redefinindo as múltiplas facetas da sexualidade, ao ponto de alguns autores considerarem-na como catalisador da próxima revolução sexual (Cooper et al, 2000).

Variáveis que Predispoem o consumo de Pornografia

A maioria dos estudos sobre o consumo de pornografia na internet menciona variáveis que estão relacionadas com o consumo e que de certa forma o predispoem. O sexo é talvez a variável que mais consenso reúne em relação aos níveis de maior consumo de pornografia online (Stack et al, 2004; Baltazar et al, 2010; Levert, 2007; Cooper et al, 2000 e 2004; Albright, 2008; Goodson et al, 2000; Perry et al, 2007; Johansson & Hammarén, 2007; Romito & Beltramini, 2011). Mesmo os estudos mais antigos, em contexto off-line, referem a propensão do sexo masculino para o consumo deste tipo de material e o facto de nestes se produzir maior excitação sexual (Fisher & Byrne, 1978; Baron, 1990; Frable et al, 1997). Atualmente, investigações mais recentes confirmam esta tendência em relação ao consumo virtual, com dados que indicam uma prevalência de 84.2% para o sexo masculina versus 15.8% para o sexo feminino

(Cooper et al, 2002). Mesmo em contexto experimental, envolvendo a visualização de pornografia violenta e não violenta, os homens comparados com as mulheres, experienciam maiores níveis de excitação sexual (Glascock, 2005; Janssen al, 2003). Contudo investigações suecas atuais indicam que quanto mais sofisticados são os desenhos neste tipo de estudo, a percentagem de mulheres envolvidas nesta atividade tende a aumentar (Cooper, 2004).

As diferenças de sexo no consumo de pornografia podem ser justificadas, biologicamente pelas diferenças nos cérebros femininos e masculinos, nomeadamente, na maneira como detetam os estímulos, processam informação e respondem a emoções (Struthers, 2009). A especificidade do cérebro masculino e a forma como este interpreta estes sinais, combinada com a história pessoal, hábitos e pensamentos, são a razão pela qual muitos homens sentem dificuldade em desviar-se destes sinais. As imagens de nudismo e de atos sexuais têm um efeito hipnótico e capacidade de manter a atenção, similar às imagens HD na televisão (Struthers, 2009).

Verifica-se, igualmente que, enquanto os sujeitos do sexo masculino preferem o consumo de imagens pornográficas, como atividade solitária para fins masturbatórios, as mulheres preferem as salas de chat sobre sexo, procurando contexto mais relacionais (Cooper et al, 2002; Ferree, 2003; Mills, 2003; Albright, 2008). Da mesma forma, as mulheres tendem a integrar este tipo de atividade, bem como, o consumo de pornografia na relação com o parceiro, transportando o que fizeram ou viram como forma de se sentirem mais desinibidas, sensuais e estimularem o relacionamento. Pelo contrário, os homens tendem a manter esta atividade privada (Albright, 2008).

Em Portugal, foi desenvolvido recentemente um estudo sobre o consumo de pornografia na internet, com uma amostra feminina de 202 mulheres. Neste estudo 57%

das inquiridas referiu já ter visionado pornografia online, 93% gastou menos de uma hora no acesso a sites de pornografia e uma percentagem de 7%, considerada significativa pelas autoras, gastou mais de 6 horas semanais nesta atividade. As razões que levaram ao consumo de pornografia são preferencialmente a curiosidade e o entretenimento. A maioria dos conteúdos visionados encena relações heterossexuais do tipo hardcore. Nesta amostra, cerca de 46.1% das inquiridas referiu já ter sentido vergonha por ver sites de pornografia, levando as autoras a considerarem que a socialização e o ambiente envolvente ainda têm um peso forte sobre a sexualidade feminina (Gaspar & Carvalheira, 2012).

Um dos estudos desenvolvido por Cooper e colaboradores (2002), envolvendo uma amostra de 7.544 participantes maiores de 18 anos, chegou à conclusão que o perfil do típico consumidor de pornografia online corresponde a sujeitos jovens adultos, na casa dos 30 anos, casados, do sexo masculino e trabalhadores. Contudo, existem dados que revelaram um consumo significativo de pornografia em crianças e jovens adolescentes (Gallespie, 2008; Cooper, 2004; Quayle & Taylor, 2001), por conseguinte, os estudantes foram considerados um grupo de risco para o desenvolvimento de comportamentos compulsivos em relação ao consumo de pornografia e outras atividades de cariz sexual na internet (Cooper et al, 2000). A curiosidade pela sexualidade, típica destas idades, a necessidade de aceder a informações sobre sexo ou como se comportar num relacionamento íntimo, não acessíveis na escola ou em casa, bem como, os níveis elevados de testosterona nos adolescentes do sexo masculino e o acesso facilitado à internet, aumentam a probabilidade de crianças e jovens adolescentes consumirem pornografia (Ybarra & Mitchel, 2005; Bryant, 2009).

A propósito das variáveis que mais se relacionam com o consumo de pornografia, algumas investigações têm sido conduzidas em comunidades religiosas, nomeadamente

cristãs, na tentativa de perceber se a religião representa um fator de proteção para o consumo de pornografia. Os resultados das investigações são confusos e dispares quanto ao papel da religiosidade. Existem estudos que sugerem que as crenças espirituais ou religiosidade funcionam como um fator protetor no envolvimento de consumo de pornografia na internet (Baltazar et al, 2010; Lo & Wei, 2002; Collins et al., 2004; Grubbs et al, 2010, Poulsen et al, 2013). Stack e colaboradores 2004, verificaram que as crenças religiosas ou a prática religiosa podem estar, apenas moderadamente relacionado com um menor consumo de pornografia online. Baltazar e colaboradores (2010), num estudo com 751 estudantes de uma Universidade Cristã verificaram que o uso de pornografia na internet era significativamente mais baixo quando comparado com os dados na população geral, 3.4% para 6.5% (Cooper et al, 2002).

Pelo contrário, outros autores como Abell e colaboradores (2006) sugeriram que os sujeitos masculinos com fortes crenças espirituais são mais propensos ao consumo de pornografia online, uma vez que este tipo de atividade pode ser percebido como mais tolerável que o sexo pré-marital ou extraconjugal. Além do mais, dado que o consumo de pornografia é geralmente feito na privacidade de casa, longe dos olhares curiosos, Levert (2007) sugeriu que praticantes católicos possam manter atitudes baseadas numa doutrina rígida, com aparente fervor religioso em público, porém nas suas vidas íntimas ignoram esta prática. Goodson e colegas (2000) verificaram, numa população universitária, que a religiosidade não estava significativamente associada a emoções negativas, atribuídas ao consumo de pornografia online. Para Abell e colaboradores (2006), a religiosidade pode mesmo representar um fator de risco no consumo privado de pornografia na internet.

Apesar de os resultados apontarem sobretudo para posições diversas, existe a necessidade de realizar estudos em populações com doutrinas e crenças religiosas

diferentes das cristãs, uma vez que as estatísticas relativas ao consumo de pornografia apontam os países asiáticos ou africanos na preferência do consumo deste tipo de material (Manning, 2005).

As diferenças nos níveis de educação escolar também podem determinar o consumo de pornografia online. Por um lado, os sujeitos com maiores níveis de escolaridade podem sentir-se mais confortáveis com a sua sexualidade e mais propensos a explorar os seus interesses sexuais. Por outro lado, nestes sujeitos, o vínculo a instituições sociais e culturais pode ser mais significativo e, perante a perspectiva do desvio, o consumo de pornografia fica desencorajado (Stack et al, 2004).

Numa investigação realizada por Cooper e colaboradores (2002), com 7.037 participantes, 43.4% dos sujeitos adultos com envolvimento em atividades sexuais na internet, entre as quais o consumo de pornografia, eram casados, verificando-se em contrapartida, uma maior propensão nas mulheres para estarem envolvidas num relacionamento em vez de casadas.

Num estudo elaborado por Albright (2008), verificou-se que a orientação sexual é um fator determinante no consumo de pornografia ou no envolvimento de outras atividades sexuais na internet. Segundo os dados desta investigação, gays e lésbicas, juntamente com o sexo masculino, são mais propensos ao envolvimento neste tipo de atividades comparados com heterossexuais e mulheres. Cooper (2004) confirma esta tendência por parte de minorias sexuais como lésbias, gays e transgéneros, sobretudo nos adolescentes. Segundo o autor existe um atraso no desenvolvimento psicossocial nestas minorias, devido á descriminação por parte da cultura dominante, que torna a internet apelativa, dado que disponibiliza informação desprovida de preconceitos,

oportunidade de interação e partilha com pares e modelos identificatórios de comportamentos, providos através de imagens e filmes, sobretudo pornográficos.

Stack e colaboradores (2004) realizaram um estudo com 531 participantes procurando, através de teorias sociológicas do desvio e do controlo, explicar o consumo de pornografia através da internet ou cyberponografia. Verificou-se uma correlação forte entre variáveis de controlo social, que incluem vínculos religiosos, conjugais e crenças políticas. Os autores esperavam que os sujeitos com vínculos fortes a uma sociedade convencional fossem menos propensos ao consumo de pornografia online. Os dados do estudo sugeriram que existe uma correlação significativa nas variáveis género, sendo o sexo masculino 6.43 vezes mais propenso ao consumo de pornografia, infelicidade no casamento, crenças políticas liberais, adultério, recurso a sexo pago e conhecimentos de informática. De acordo com os autores o presente modelo explicou 40% da variância no uso de pornografia através da internet.

Os conhecimento prévios de informática e o hábito de uso da internet são igualmente importantes preditores no consumo de pornografia online, Cooper e colaboradores (2002) sugeriram que quanto maior o tempo passada na internet, maior a probabilidade de consumo de pornografia ou o envolvimento em outras atividades sexuais na internet.

Por outro lado, alguns autores como Brown & L'Engle (2009), citados por Wright (2013), consideram que as diferenças culturais podem levar a certas etnias a consumirem mais pornografia online que outras, dando o exemplo de sujeitos não caucasianos.

Diferenças Individuais que Predisõem o Consumo de Pornografia

Os dados de algumas pesquisas sugerem as diferenças individuais como uma importante variável moderadora que predisõem alguns sujeitos ao consumo de pornografia e à preferência por certos tipos particulares de conteúdos sexuais, refletindo uma congruência entre o material consumido e atitudes e crenças pré-existentes. São também estas características que fazem variar o impacto e os efeitos (ex. excitação sexual, atitudes, crenças e comportamentos) advindos do consumo de pornografia (Kingston et al, 2009; Malamuth, 1980; Malamuth et al, 1991; Malamuth et al 2000; Fisher & Barak, 2001; Paul, 2009).

A importância das diferenças individuais no uso de pornografia é explicada à luz de algumas teorias oriundas da psicologia. A teoria da aprendizagem social (Bandura, 2002, citado por Kingston et al, 2009) postula que o comportamento, incluindo o comportamento agressivo, é adquirido através da modelação, observação e exposição repetida, particularmente reforçada em certas estruturas biológicas. Esta teoria baseia-se na ideia de que os seres humanos são agentes ativos, invés de organismos puramente reativos a estímulos ambientais. Esta dinâmica, de determinismos recíprocos, tem sido enfatizada uma vez que destaca a influência bidirecional das características da personalidade, características comportamentais e determinismos ambientais. No consumo de pornografia, este conceito de reciprocidade causal triádico, demonstra como as características individuais, tais como a personalidade, podem diferencialmente afetar a tendência dos indivíduos para consumirem frequentemente diferentes tipo de pornografia, e o grau em que essa experiência pode ser gratificante (Kingston et al, 2009).

Ward (2009) postulou que o conhecimento está organizado em várias teorias implícitas, que surgem precocemente ao longo do desenvolvimento e que se destinam a promover a compreensão do mundo, incluindo o comportamento e as ações dos outros. Mais importante, estas teorias orientam o processamento da informação, de modo a que os estímulos externos sejam interpretados à luz da teoria implícita específica.

Mann e colaboradores (1974) sugeriram que a visualização de conteúdos sexuais violentos origina conceitos relacionados com a agressão, tornando estes constructos acessíveis e recorrentes na interpretação de estímulos ambientais ambíguos, que por sua vez podem originar comportamentos. Uma consequência teórica da relação entre o consumo de pornografia e o processamento cognitivo é a tendência que os indivíduos apresentam para interpretar informação ambígua de forma consistente com as suas teorias implícitas e com a informação previamente adquirida.

Malamuth e Brown (1994) referiram que alguns homens que possuem teorias implícitas inadequadas em relação às mulheres, como a dicotomização generalizada destas enquanto “prostitutas” ou “fadas do lar”, são mais propensos a interpretar mal a informação sensorial recebida, relacionada com o sexo feminino. Os processos responsáveis pela associação entre a pornografia e a ativação das teorias implícitas inadequadas, podem ser entendidos à luz do facto de a pornografia muitas vezes retratar as mulheres como sexualmente promíscuas e frequentemente dominadas e usadas por homens. Estas imagens, percebidas por muitos homens e mulheres como degradante para as mulheres, podem originar e reforçar atitudes ou crenças em relação à violação, que sustentam teorias implícitas ou distorções cognitivas, como por exemplo a ideia de que as mulheres geralmente fingem ser forçadas a ter relações sexuais, ou merecem ser maltratadas sexualmente (Cowan & Dunn, 1994; Malamuth & Brown, 1994; Gannon & Ward, 2009).

Alguns estudos experimentais e correlacionais confirmam estas linhas conceptuais.

Shim e colaboradores (2007) sugeriram uma interação entre níveis elevados de disposições sexuais (erotofilia) e antissociais e o consumo de pornografia através da internet, comparados com sujeitos com níveis mais baixos.

Outros autores sugeriram que a propensão para o consumo de pornografia pode ser fruto de uma interação complexa entre as diferenças individuais e o meio cultural (ex. ambiente social de confiança ou hostilidade, ambiente familiar conflitual ou de suporte, ambiente com os pares delinquente ou não delinquente), favorecendo ou não a presença de efeitos negativos advindo desse consumo (Kingston et al, 2009; Malamuth et al 2000).

Com base na importância das diferenças individuais e culturais, como variáveis moderadoras na relação entre consumo de pornografia e os efeitos negativos, principalmente ao nível das atitudes e comportamentos, Malamuth e colaboradores desenvolveram o modelo da confluência (*“confluence model”*), que destaca a importância de se investigar um indicador específico, neste caso o consumo de pornografia, num contexto composto por características da personalidade potencialmente mais preponderantes enquanto variáveis moderadoras. O modelo da confluência organiza as diferenças individuais ou características da personalidade em dois grandes grupos, *masculinidade hostilidade* e *sexo impessoal* (Malamuth et al, 1995; Malamuth et al, 2000; Vega & Malamuth, 2007). De acordo com este modelo, os sujeitos com certas combinações de fatores de risco são mais propensos ao consumo frequente de certos tipos de pornografia, sofrendo um maior impacto negativo em detrimento desse consumo, comparados com outros sujeitos não detentores destas características. Foi demonstrado que a presença e interação destes dois grupos de perfis,

aliado ao consumo de pornografia, é altamente preditiva do comportamento sexual agressivo (Malamuth et al, 1991; Malamuth & Thornhill, 1994; Malamuth et al, 2000; Vega & Malamuth, 2007).

William e colaboradores (2009) verificaram que o consumo de pornografia está associado a autorrelatos de fantasias e comportamentos desviantes em sujeitos que apresentavam características de personalidade psicopática, comparados com outros sujeitos que não exibiam estas características.

Kingston e colaboradores (2008), num estudo longitudinal com 341 abusadores sexuais de crianças, verificaram que a frequência do consumo de pornografia, independentemente do tipo de conteúdo, é um fator significativo de risco de reincidência nos indivíduos classificados de “alto risco”, segundo o modelo da confluência. Contudo, e como referiram alguns investigadores (Kingston et al. 2008 e 2009; Vega & Malamuth, 2007), não existe uma causalidade direta entre o consumo de pornografia e o comportamento agressivo, sendo melhor compreendido à luz de vários fatores protetores e de risco.

Razões Associadas ao Consumo de Pornografia

Apesar dos estudos de prevalência sobre quem consome pornografia na internet, existem ainda poucas investigações sobre os motivos que levam determinados sujeitos a envolverem-se neste tipo de comportamento. Cooper e colaboradores (1999) identificaram três perfis ou grupos distintos de sujeitos que normalmente se envolvem em atividades sexuais na internet, entre as quais o consumo de pornografia. O grupo “*Recreacional*” de utilizadores, acede a material sexual online mais por curiosidade ou para fins de entretenimento. O grupo de “*Utilizadores Sexuais Compulsivos*”, são sujeitos com propensão para patologias ligadas à expressão sexual e usam a internet

como fórum para as suas atividades sexuais, o grupo dos “*Utilizadores de Risco*”, corresponde a sujeitos com certas características de personalidade que, em interação com o poder do “*Triple-A Engine*”, os torna utilizadores de risco para o comportamento compulsivo. Este grupo utiliza a pornografia na internet como meio de obter gratificação sexual, que de outra forma não seria possível, em virtude das suas dificuldades relacionais (Cooper et al, 1999).

Alguns estudos sugerem a distração e o entretenimento como a razão mais comumente apresentada para justificar o consumo de pornografia e outras atividades sexuais online (Cooper et al, 2002; Byers et al, 2004; Gaspar & Carvalheira, 2012), seguida de necessidade de informação sexual e forma de aliviar o stress (Cooper et al, 2002).

Reid e colaboradores (2011), num estudo com uma amostra de 105 sujeitos do sexo masculino em tratamento, com vista a diminuir o consumo de pornografia, verificaram que os sujeitos com valores mais altos no Inventário de Consumo de Pornografia (avalia as motivações para o consumo de pornografia), tinham uma maior propensão para o consumo deste tipo de material como forma de ultrapassar dificuldades em lidar com emoções e com o stress.

Young (2007), nas suas investigações sobre o consumo de cyberpornografia e o uso aditivo da internet, verificou que a expectativa encontrar excitação sexual e gratificação é um elemento-chave da motivação para o consumo de pornografia através da internet.

Principais Concepções Teóricas sobre os Efeitos do Consumo de Pornografia

Encontramos facilmente na literatura várias investigações sobre os efeitos que a pornografia pode causar nos espectadores. A maioria destes estudos sugere que a pornografia providencia modelos de comportamentos e ideologias que podem

influenciar na prática os utilizadores. Na base destas investigações estão sobretudo perspectivas teóricas oriundas da psicologia, nomeadamente da psicologia social, e da investigação em comunicação, relevantes na justificação e compreensão do processo de indução de crenças, atitudes e comportamentos (Bensimon, 2007).

A teoria da aprendizagem social, anteriormente referida, prevê que a exposição ao comportamento dos outros pode afetar o comportamento do próprio indivíduo. Os comportamentos previamente aprendidos e socialmente aceites tornam-se frequentes porque são percebidos como recompensados. A inibição ou aceitação de novos comportamentos pode ser reforçada ou enfraquecida, dependendo das consequências observadas. A questão central é, no entanto, o tipo de comportamento observado e as respetivas consequências expectáveis para aqueles que o executam (Bandura, 1986 citado por Bauserman, 1996).

O modelo da probabilidade de persuasão, mencionado por Cacioppo e colaboradores (1986), a propósito das implicações do consumo de pornografia, refere dois caminhos principais na mudança de atitudes. O caminho central, que envolve sobretudo a atenção e elaboração cognitiva das mensagens persuasivas, e o caminho periférico, que faz uso de outro tipo de mecanismos, para além dos processos cognitivos, como as regras heurísticas e os processos de condicionamento. Assim, os autores consideram que a pornografia contém mensagens persuasivas, que transportam implicitamente outras mensagens sobre a sexualidade, nomeadamente o papel do género (Cacioppo et al, 1986).

A hipótese do cultivo, utilizada em pesquisas ligadas à comunicação, foi formulada como hipótese compreensiva dos efeitos ligados ao consumo televisivo, mas também transportadas para outros meios de comunicação. Cultivo significa a exposição contínua

a representações veiculadas através da comunicação social sobre a sociedade, levando o consumidor a adotar crenças e atitudes que refletem essas mesmas representações.

Aplicada à pornografia, a hipótese sugere que a exposição contínua a materiais pornográficos conduz à aceitação de crenças e atitudes sobre as mulheres e homens, relacionadas com a sexualidade, vistas naquele tipo de material (Potter, 1986).

A teoria da transferência de excitação tem sido usado especificamente para prever os efeitos comportamentais da pornografia. Considera que a exposição a estímulos fisiologicamente excitantes, tais como visualização de pornografia, interfere na excitação residual, ao prolonga-la por mais tempo, bem como na intensificação das reações emocionais e comportamentais aos estímulos subsequentes. Este processo é inconsciente, sendo que o sujeito não se apercebe que sua reação foi influenciada pela excitação anterior (Zillman, 1972).

Mais recentemente, Gagnon e Simon (1973) argumentaram que todo comportamento sexual, incluindo o consumo de pornografia, corresponde a scripts sociais (Sagarin, 1975). Além disso, os autores referem que os sujeitos desenvolvem-se através dos scripts sociais interpessoais, que proporcionam uma estrutura de representações de si e do outro, facilitando a ocorrência de relacionamentos sexuais, bem como, a antevisão e consequências dos mesmos (Sagarin, 1975). Segundo estes autores os sujeitos desempenham os seus papéis sexuais e a sua vida sexual de acordo com o que é socialmente previsto, desviando e violando estes princípios através de outras direções também socialmente apreendidas, atribuindo significados sexuais aos atos, símbolos e objetos porque apreenderam que estes continham esse significado (Sagarin, 1975).

Fisher e Barak (2001) apoiaram-se na teoria da sequência de comportamentos sexuais, da psicologia social, como base conceptual de análise dos antecedentes e

consequências do consumo de materiais sexualmente explícitos através da internet. Esta teoria foca-se na compreensão dos estímulos sexuais, excitação sexual, respostas afetivas e cognitivas, bem como, nos comportamentos futuros que essas respostas provocam, de aproximação ou evitamento a estímulos sexuais. Na perspetiva desta teoria, os sujeitos adquirem respostas afetivas e avaliativas a estímulos eróticos como função de uma associação entre o estímulo erótico e experiências ao longo de vida, de punição ou recompensa. A experiência com materiais sexualmente explícitos na internet é uma atividade autorregulada pela disposição individual erotofílica ou erotofóbica, enquanto resposta afetiva e avaliativa, negativa ou positiva a esses estímulos sexuais, que reforça ou evita futuros contactos (Fisher e Barak, 2001).

Russell (2011) conjugou estes pontos de vista num modelo no qual a pornografia é vista como promotora da violência sexual, na medida em que predispõe nalguns sujeitos o desejo de agredir sexualmente, através da desinibição de mecanismos internos e restrições sociais apreendidas, que não permitiam a atuação de tais desejos. A autora critica o modelo de válvula de segurança (Kutchinsky, 1991), e sugere que o consumo frequente de pornografia, mesmo da mais vulgarmente encontrada na internet, tida como não violenta, cria uma certa habituação levando o utilizador a procurar material mais extremo, com práticas sexuais menos comuns, como forma de encontrar os mesmos níveis de excitação. Nessa procura, os utilizadores podem desenvolver um gosto aprendido por associação e reforçado pela condição masturbatória, de práticas sexuais incomuns e por vezes agressivas que, pela frequência do consumo, podem provocar a desinibição de mecanismos internos, permitindo a atuação das fantasias. A autora refere inclusive que o consumo de certos tipos de pornografia pode predispor alguns sujeitos, previamente não predispostos, ao desejo sexual de crianças ou adolescentes. Isto pode acontecer, por exemplo devido á exposição de um sub-tipo de

pornografia muito popular na internet, conhecido por “teen”, e que Russell refere como “pseudo-pornografia infantil”. Nesse sub-tipo particular de pornografia, as atrizes têm uma aparência muito jovem, são caracterizadas e comportam-se de forma a se parecerem o mais fielmente possível com adolescentes ou crianças. A autora usa a expressão “childification of women in pseudo-child pornography”, e explica que neste tipo de pornografia é transmitida implicitamente a mensagem de que crianças e adolescentes podem ser alvo de desejo e práticas sexuais. Esta mensagem pode ser incorporada pelos sujeitos através do fenómeno da habituação, e uma vez que o consumo deste sub-tipo de pornografia é prevalente na internet, representa um motivo de alarme social. A autora dá o exemplo do Japão, onde se tornou socialmente aceite assediar sexualmente jovens adolescentes, sugerindo uma causalidade direta com o consumo do sub-tipo de pornografia “teen”, nomeadamente em versão hentai (Russell, 2011).

As imagens divulgadas pela média nunca são neutras e podem ser facilmente incorporadas se os sujeitos forem predispostos ao que é transmitido (Bensimon, 2007). Segundo Weaver (1993) citado por Bensimon (2007), os efeitos associados ao consumo de pornografia podem agrupar-se em três grandes categorias: 1) aprendizagem de uma sexualidade retratada enquanto liberal e desinibida, contrariando o puritanismo e os dogmas sociais; 2) desumanização da mulher através de uma mensagem misógina; 3) dessensibilização, como efeito da exposição frequente, provocando uma alteração gradual dos valores e comportamentos. Para Bensimon (2007), o processo de dessensibilização e a influência da pornografia, nomeadamente a consumida através da internet, ao nível das atitudes e comportamentos ocorre em virtude da dissonância entre o realismo retratado e a realidade; identificação através do realismo da imagem; interpretação subjetiva da imagem; autoestimulação; compilação e coleção de material;

ausência de referência espacial e anonimato; rotatividade das imagens (“*turnover*”); sensação de posse de um material proibido.

O modelo catártico ou de válvula de segurança sugere que o consumo de pornografia funciona como uma forma catártica de alívio de tensões, podendo providenciar a libertação de desejos e fantasias reprimidas, impedindo-os desta forma de agirem na realidade. Com base neste modelo, sugeriu-se o uso da pornografia como forma preventiva da agressão sexual, nomeadamente a praticada contra crianças e adolescentes. Contudo, o modelo tem sido criticado, nomeadamente pela linha de investigação que sugere o consumo de pornografia como um reforço para o comportamento sexual agressivo, uma vez que muitos dos sujeitos detidos por agressão sexual tinham na sua posse pornografia (Kelly et al, 1995).

Efeitos Adversos do Consumo de Pornografia

A investigação sobre os efeitos do consumo de pornografia é geralmente feita sob algumas perspetivas conceptuais ou filosóficas. Malamuth e colaboradores (2000) identificaram três principais perspetivas – liberal, moralista e a feminista antipornografia. A perspetiva liberal adota uma posição cética, considerando que não existem provas suficientes e irrefutáveis sobre os efeitos do consumo de pornografia, não havendo motivos para preocupação pública ou social, nem a necessidade de limitar a liberdade de expressão artística. A perspetiva moralista preocupa-se sobretudo com a potencialidade de o consumo de pornografia corromper os valores sexuais tradicionais. A perspetiva feminista antipornografia considera que o consumo de pornografia tem um efeito adverso contra as mulheres. Nos últimos anos, surgiu uma nova linha de orientação que expressa a preocupação com as implicações que o consumo de pornografia pode trazer para a saúde pública, nomeadamente a promoção de práticas sexuais com múltiplo

parceiros, recurso à prostituição, sexo sem preservativo, podendo contribuir para a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez não planeada (Wright, 2013).

Wright (2013) realizou um estudo longitudinal sobre o consumo de pornografia em sujeitos do sexo masculino residentes nos EUA, com dados recolhidos entre 1973 e 2010. Esta investigação teve como objetivo explorar associações entre o consumo de pornografia na população adulta masculina e atitudes e comportamentos sexuais que se enquadravam nas abordagens moralista e com preocupação com a saúde pública. Numa perspetiva mais moralista o autor verificou uma associação entre o consumo de pornografia e atitudes positivas em relação ao sexo na adolescência, sexo pré-marital e sexo extraconjugal, bem como, com o envolvimento real em relações sexuais extraconjugais. Em linha com as preocupações de saúde pública, verificou-se uma associação entre o consumo de pornografia e a multiplicidade de parceiros sexuais e o recurso à prostituição.

Morrison e colaboradores (2006), num total de 188 estudantes universitários, investigaram a associação entre a exposição à pornografia, principalmente a difundida através da internet, e três formas de autoestima: corporal, genital e sexual. Os resultados sugeriram que o nível de exposição à pornografia correlaciona-se inversamente com a autoestima genital. Os participantes que relataram uma maior exposição ao material pornográfico na internet evidenciaram níveis mais baixos de autoestima sexual.

Yoder e colaboradores (2005) realizaram um estudo com o objetivo de verificar se existe associação entre depressão, avaliada através dos níveis de solidão, e o uso de pornografia na internet. Os dados da pesquisa foram coletados a partir de um questionário online preenchido por 400 sujeitos. Os resultados mostraram uma

associação significativa entre o uso de pornografia através internet e a solidão. Este modelo foi responsável por 45,9% da variância dos valores totais da solidão.

Segundo Wrigh (2012), um dos possíveis efeitos do consumo de pornografia é o aumento da propensão para o comportamento sexual permissivo, pela exibição recorrente de cenas de sexo casual. O autor desenvolveu uma investigação longitudinal com o objetivo de verificar se a exposição à pornografia precede comportamentos de sexo casual, ou se é a presença de um comportamental orientada para o sexo casual que precede a exposição à pornografia. O autor quis também explorar se a potencial associação entre a exposição à pornografia e o subsequente comportamento de sexo casual varia nos indivíduos consoante a sua expressão de diferentes graus de infelicidade. Para tal Wrigh (2012) recorreu ao modelo de socialização sexual, que prevê que os estados afetivos negativos facilitem a aquisição, ativação e posterior aplicação de scripts sexuais de risco, providenciados pela pornografia. Os resultados revelaram que o comportamento sexual casual não previu o consumo subsequente de pornografia, mas o consumo de pornografia previu mudanças no comportamento sexual casual, sendo esta associação mais significativa nos sujeitos avaliados como mais infelizes.

Lo e Wei (2005) elaboraram uma investigação sobre a exposição a pornografia na internet em adolescentes tailandeses, pretendendo verificar se esta se correlacionava com atitudes, crenças e comportamentos permissivos face ao sexo (ex. atitudes para com o sexo pré-marital, extramarital, sexo casual e comportamentos permissivos), e se essa correlação se verificava mais forte quando comparada com a exposição aos meios tradicionais de divulgação de pornografia (ex. revistas, livros, bandas desenhada, canais televisivos). Os resultados revelaram uma associação entre a exposição a pornografia e atitudes e comportamentos sexuais permissivos, assim como, a exposição a

cyberpornografia teve uma correlação maior com atitudes sexuais permissivas e maior probabilidade de envolvimento em comportamentos sexuais permissivos, quando comparada com a exposição aos meios tradicionais de pornografia. Mesmo quando associada com outras variáveis demográficas, a relação entre a exposição a pornografia via internet e atitudes para com o sexo pré-marital e extramarital, bem como com comportamentos permissivos foi sustentada. Já em 1999, Lo e colaboradores, num estudo com 1585 estudantes universitários tailandeses verificaram que a exposição a materiais pornográficos foi um preditor significativo de atitudes sexuais permissivas (Lo & Wei, 2005).

Stack e colaboradores (2004), num estudo sobre o consumo de pornografia através da internet verificaram uma correlação significativa nas variáveis infelicidade no casamento, adultério e recurso à prostituição.

Meerkerk e colaboradores (2006), num estudo sobre o desenvolvimento do uso compulsivo da internet, verificaram que o uso frequente da internet está associado ao consumo de pornografia, e que o consumo de pornografia através da internet pode prever um comportamento compulsivo num espaço de um ano. Segundo estes autores, o uso da internet para gratificação sexual é um fator de risco considerável para o desenvolvimento do comportamento aditivo. A investigação de Meerkerk e colaboradores (2006) sugeriu que a utilização frequente da internet para gratificação sexual pode iniciar um ciclo de comportamentos de dependência. No início o comportamento sexual é gratificante e o reforço fisiológico (prática masturbatória) mantém o comportamento. Contudo, pode suceder que fatores pessoais como a solidão, ansiedade, depressão, ou relacionamentos stressantes, contribuam para que este comportamento condicionado altere o humor negativo, tornando-se num processo defensivo ou método de coping de evitamento para alterar estados emocionais

negativos. A resposta fisiológica prazerosa, que fez iniciar o comportamento, bem como o reforço psicológico e fisiológico, mantem o ciclo reforçado facilitando a ocorrência de dependência (Meerkerk et al,2006). Igualmente, Wetterneck e colaboradores (2012) verificaram que o evitamento enquanto processo defensivo, bem como os efeitos negativos ou positivos, mantêm ou exacerbam a compulsividade e impulsividade no consumo de pornografia, uma vez que podem funcionar como reforço para a manutenção do consumo, quer pela gratificação fisiológico e psicológico (ex. excitação e gratificação sexual) ou pela distração de eventos internos desagradáveis (ex. ansiedade, depressão, solidão). Cooper e colaboradores (2000) consideraram que para alguns indivíduos o consumo de pornografia através da internet pode tornar-se problemático, enquanto componente da sexualidade impulsiva, compulsiva e aditiva. O anonimato, a acessibilidade e a disponibilidade (Triple-A Engine) parece aumentar essa possibilidade para sujeitos que apresentem previamente problemas comportamentais de compulsão sexual ou certas vulnerabilidades psicológicas (Cooper et al, 1999).

Para Struthers (2009), investigador na área das neurociências, a questão do consumo de pornografia enquanto potencial do comportamento aditivo, justifica-se pela complexidade de eventos neurológicos originados no cérebro masculino. Quando um homem está a ver pornografia e sente excitação sexual, existe um aumento da atividade na área tegmental ventral, que tem projeções em várias estruturas do prosencéfalo, nomeadamente no núcleo acumbens e córtex cingulado, conhecidos como estando envolvidos no circuito neuronal da recompensa. Estas conexões, desde a área tegmental ventral até às regiões límbicas, são a fonte de alimentação da excitação sexual, bem como, dos comportamentos de recompensa, como comer ou beber e comportamento aditivo. Nos homens, ver sexo aumenta a ansiedade sexual que necessita ser resolvida através da ejaculação. Quando há ejaculação, há libertação de dopamina e a amígdala é

desligada. Isto é importante porque a amígdala é o centro das emoções, e primeiramente o nosso centro do medo no cérebro. Desta forma, o orgasmo é associando, através da ejaculação, à falta de medo e a uma liberdade transcendente a todas as preocupações, reforçado pela glândula basal (formada pelo caudado, putamen e o palidum), conhecida pelo centro da aprendizagem implícita, que vai associar o consumo de pornografia a uma experiência agradável. Para além destes factos, quando o sujeito se excita e se masturba enquanto vê pornografia, principalmente quando participa vicariamente no ato sexual, por via dos neurónios espelhos, cria um hábito neurológico. As imagens, a excitação, o ato masturbatório e a ejaculação, todos associados, constroem a adição à pornografia e compulsão sexual, que envolve o sistema visual (ver pornografia), motor (masturbação), sensorial (estimulação genital) e o efeito neurológico do orgasmo (euforia sexual dos opiáceos, dopamina viciante no núcleo accumbens e redução do medo na amígdala) (Struthers, 2009).

Brand e colaboradores (2011) encontraram uma relação positiva entre excitação sexual subjetiva ao assistir a pornografia através da internet, e os problemas quotidianos autorrelatados, derivados do uso excessivo de pornografia, avaliados pelo Teste de Dependência do uso da Internet (IAT). A classificação subjetiva de excitação sexual, a gravidade global dos sintomas psicológicos e o número de aplicações usadas sobre sexo, foram preditores da pontuação do IAT.

Segundo Bergner & Bridges (2000), numa pesquisa citado por Bridges e colaboradores (2003), para maioria das mulheres a descoberta do consumo de pornografia do parceiro resulta num substancial efeito negativo no relacionamento. Algumas mulheres usaram a palavra traição para descreverem o significado da pornografia. Muitas notaram uma diminuição do desejo sexual do parceiro, acreditando que estes preferiram os modelos femininos retratados na pornografia, outras referiram

mudanças no comportamento sexual e menor envolvimento emocional. Referiram igualmente sentimento forte de incompreensão quanto ao seu desagrado pelo uso de pornografia e a sensação de estarem a viver uma mentira vergonhosa quando se apresentavam enquanto casal. A maioria das mulheres sentiu-se culpada pelo interesse do parceiro na pornografia, achando-se fisicamente repulsivas e sexualmente indesejáveis. Referiram diminuição da autoestima. Por outro lado, passaram a perceber o parceiro como uma pessoa diferente, menos respeitável, degradante, egoísta, perverso, explorador de mulheres, mentalmente perturbado, inadequado enquanto marido e pai. Bridges e colaboradores (2003), num estudo posterior, igualmente com mulheres cujos parceiros consumiam pornografia, verificaram que maioria das mulheres não apresentou níveis elevados de ansiedade, tendendo a dar atribuições neutras ou positivas ao uso de pornografia dos parceiros. Contudo, uma minoria substancial de mulheres atribui um significado altamente negativo e evidenciou uma experiência considerável de sofrimento, devido ao uso de pornografia dos parceiros. Segundo os autores, este estudo apresenta motivos suficientes para se considerar existência de uma síndrome clinicamente significativo. Também Zitzman & Butler (2009) verificaram que o uso compulsivo de pornografia, pelo parceiro do sexo masculino pode resultar no desenvolvimento de um vínculo relacional de falha, decorrente da percepção do uso de pornografia como infidelidade; sensação de distanciamento e desconexão dos parceiros e de estar numa relação insegura.

Manning (2006) fez uma revisão de pesquisas atuais com o objetivo de recolher dados sobre o impacto do consumo de pornografia através da internet nas relações conjugais e familiares, a um nível sistémico e individual. A um nível individual os principais efeitos são: percepções distorcidas e crenças sobre relacionamentos e sexualidade; desvalorização do casamento, da monogamia e da paternidade; aumento da

agressividade e banalização das agressões sexuais; aumento do risco de desvio sexual, perpetração sexual, experimentação de relações íntimas negativas e aceitação de crenças sobre a agressão sexual (ex. acreditar que a violação não é um crime grave, ou atribuir responsabilidade à vítima). Ao nível conjugal, os principais impactos são: instabilidade ao nível económico, emocional e relacional; diminuição da satisfação sexual e da intimidade sexual entre o casal; perceção do consumo de pornografia como um ato de traição equiparada à infidelidade offline. Os principais efeitos indiretos nas crianças e adolescentes, cujo um dos pais consome pornografia são: instabilidade nas relações conjugais e familiares; aumentando o risco de exposição da criança/adolescente a conteúdos ou comportamentos sexualmente explícitos, podendo isto precipitar um diálogo sobre a sexualidade antes de a criança/adolescente estar pronta. Os efeitos diretos nas crianças e adolescentes são: acesso facilitado a material pornográfico, com possibilidade de efeitos traumáticos (ex. distorções cognitivas, dependência); risco de assédio sexual ao aceder a pornografia online; impacto emocional negativo, de choque face à exposição de pornografia; o consumo de pornografia na internet e / ou a participação em chats sexuais pode prejudicar o desenvolvimento social e sexual da criança ou adolescente e minar o seu sucesso em relacionamentos futuros; o consumo de pornografia na infância e adolescência tem sido associado a um início mais precoce das relações sexuais, bem como o aumento da probabilidade de práticas sexuais menos frequentes, como o sexo anal e relacionamentos sexuais casuais (Manning, 2006).

Lambert e colaboradores (2012) usaram vários tipos de abordagens, incluindo a transversal, observacional, experimental e análise de dados comportamentais, no sentido de verificarem a existência de uma associação entre o consumo de pornografia e o enfraquecimento dos relacionamentos de intimidade. No geral, o consumo de pornografia foi associado a um menor compromisso e positivamente relacionada à

infidelidade. Os autores consideram que o consumo de pornografia provavelmente leva a um aumento do desejo de variedade sexual e maior atenção para relacionamentos sexuais alternativos, enfraquecendo o compromisso primário com o parceiro romântico.

Poulsen e colaboradores (2013) examinaram a associação entre consumo de pornografia, o significado que os sujeitos atribuem ao seu consumo, a qualidade sexual e satisfação com o seu relacionamento amoroso. A amostra correspondeu a 617 casais, em coabitação no momento da recolha dos dados. Os resultados sugeriram que a baixa religiosidade, um número elevado de parceiros sexuais e relacionamento sexual precoce funcionam como bons preditores do uso de pornografia no sexo masculino. Verificou-se também que o uso de pornografia por parte do sexo masculino teve uma associação negativa com a qualidade sexual de ambos os sexos masculino e feminino. Pelo contrário, o uso da pornografia pelo sexo feminino teve uma associação positiva com qualidade sexual masculina e feminina. Esta associação foi explicada por um padrão de uso da pornografia com o parceiro, em vez de individualmente. Assim, o uso de pornografia pelo casal, e não pelo sexo feminino, parece estar relacionado com níveis elevados de qualidade sexual (Poulsen et al, 2013).

Shope (2004) desenvolveu um estudo com o objetivo de verificar se o uso de pornografia aumentaria a probabilidade de uma mulher agredida ser abusada sexualmente, bem como, se o abuso de álcool enquanto desinibidor intensificaria os efeitos da pornografia sobre abuso sexual. Neste estudo foi usada informação sobre 271 mulheres, recolhida num programa para mulheres agredidas, nos EUA. Uma percentagem de 58% das mulheres cujos agressores usavam pornografia reconheceu que o uso de pornografia influenciou o abuso sexual. Os resultados revelaram que para as mulheres vítimas de agressão física, o consumo de pornografia do parceiro traduziu-se em violência sexual. Estas mulheres foram muitas vezes pressionadas para terem

relações sexuais com os seus agressores depois de terem sido agredidas fisicamente. As mulheres cujos agressores abusavam do consumo de álcool estavam em maior risco de serem vitimizadas sexualmente, no entanto, contrariamente ao que os autores previam, os efeitos do consumo de pornografia não estavam dependentes da presença do abuso de álcool. Embora as mulheres cujos agressores usavam álcool e pornografia apresentassem maior probabilidade de serem vítimas de violência sexual, o uso da pornografia e abuso de álcool juntos não aumentou significativamente a probabilidade de abuso sexual, quando comparados com o uso individual destes fatores (Shope, 2004).

Atitudes/Crenças Legitimadoras da Violência Sexual

As atitudes correspondem a um conjunto de componentes cognitivas, afetivas e comportamentais, que resultam da complexidade interativa de vários fatores, nomeadamente, da interação social e de processos de comparação, identificação e diferenciação sociais, que permitem a cada indivíduo definir a sua posição face aos outros, num determinado momento (Kendler, 1974; Gleitman et al, 1999). As atitudes relativas a determinada situação nem sempre são estáveis, nem refletem uma correspondência direta ao nível comportamental, na medida em que os comportamentos são igualmente produto das circunstâncias e da cultura (Kendler, 1974). Contudo, algumas investigações recentes verificaram a existência de uma relação entre atitudes e comportamentos violentos na intimidade. Shumacker e colaboradores (2001) verificaram que adultos e adolescentes que apresentaram maiores níveis de tolerância face ao abuso tenderam a relatar mais atos violentos perpetrados nos seus relacionamentos de intimidade.

Face à violência sexual, as atitudes estão frequentemente associadas à aceitação de mitos sexuais e a papéis estereotipados de género (Munch & Willer, 2012).

Existem estudos que sugerem a persistência de uma cultura e socialização masculina que legitima, minimiza ou desculpabiliza a agressão sexual, pelo menos, em determinadas circunstâncias, admitindo que as atitudes tradicionais acerca do gênero podem contribuir para esta forma de violência (Munch & Willer, 2012). O gênero masculino, comparativamente com o gênero feminino tem maior probabilidade de apropriar mitos ou crenças que justifiquem a violação, como o não considerar as relações sexuais forçadas mediante o uso de coerção verbal, uma forma de agressão sexual, de culpar a vítima e avaliá-la como recetivas e disponíveis à interação sexual (Carr et al., 2004).

As diferenças de gênero e o conteúdo das crenças legitimadoras da violência remetem para a forma como o gênero e os papéis associados foram construídos culturalmente. Byers & Eno (1991) verificaram que os homens que sustentam visões tradicionais acerca dos papéis das mulheres têm tendência a adotar comportamentos agressivos para com as suas parceiras sexuais. Lee e colaboradores (2007), num estudo desenvolvido na Coreia do Sul, com estudantes universitários, encontraram níveis elevados de tolerância à violação nas relações de intimidade. Os autores justificam que, historicamente, a sexualidade feminina é compreendida como uma dimensão reprodutiva, e a violação é percebida como um simples ato sexual, sem a componente violenta. Wang & Sik Ying Ho (2007) verificaram que na sociedade chinesa contemporânea a percepção social sobre amor e sexo, contribui para a legitimação da violência feminina, uma vez que, quer o sexo masculino quer o sexo feminino, percebiam o comportamento violento feminino como uma manifestação de amor. Lee e colaboradores (2005) referiram que o contexto cultural asiático, no qual a sexualidade feminina é reprimida, e a virgindade é excessivamente valorizada e entendida como

sinal da integridade da mulher, pode promover e intensificar certas formas de violência sexual.

A teoria dos scripts sexuais (Gagnon, 1997; Gagnon & Simon, 1973), na ótica do construcionismo social, concebeu a sexualidade como um conjunto de esquemas socialmente construídos, relacionados com o significado e orientação dos comportamentos sexuais, em vez de um impulso universal e inato, meramente biológico (Plummer, 1982). Os scripts sexuais são claramente influenciados pelo gênero, esperando-se que os homens tomem a iniciativa e controlem a sequência de ações, enquanto das mulheres é esperado um papel complacente e responsivo ao progresso das interações (Baumeister et al, 2001; Ramos et al, 2005).

Esta submissão a regras distintas, no que toca à vivência da sexualidade, o chamado duplo padrão sexual (Ramos et al, 2005), contribui para que as experiências de amor, afeto e intimidade, em homens e mulheres, sejam vivenciadas de forma diferenciada (Munch & Willer, 2012). No entanto, estes scripts podem conduzir a situações de violência sexual, à luz da pressuposição de que a iniciativa e pressão masculina em matéria sexual faz parte da interação normal entre homens e mulheres em contextos de intimidade. Há, de resto, vários estudos que comprovam que, quanto maior for a adesão a estes scripts, maior é a probabilidade de ocorrer violência sexual (Anderson et al, 2004; Baumeister et al., 2002).

A nível nacional, Caridade (2011) verificou a existência de crenças legitimadoras da violência sexual entre os jovens. Num contexto de focus-groups a violação surgiu associada a algo que ocorre entre desconhecidos, representada como o tipo de violência mais severo, com os outros atos sexualmente abusivos a serem percecionados como menos graves, entre os quais a pressão verbal para o ato sexual e a tentativa mas não

consumação do ato - “violação acho que não... agora sexo forçado, isso acontece!” (Caridade, 2011, p. 211). A autora verificou ainda, a tendência generalizada dos participantes para a desvalorização de atos indesejados de menor gravidade - “apalpões indesejados são coisas que estão sempre a acontecer e que não têm importância nenhuma” (Caridade, 2011, p. 211).

Geiger e colaboradores (2004) verificaram que um terço dos seus participantes do género masculino admitiram concordar com certas crenças legitimadoras da violência sexual (e.g., “todas as raparigas estão interessadas em sexo”; “quando as raparigas dizem não, não é isso que querem realmente dizer”; “as raparigas acusam os rapazes sem qualquer motivo”), sugerindo que é esperado que as mulheres não demonstrem interesse sexual, antes, devendo expressar resistência às insistências sexuais masculinas, evitando no futuro serem responsabilizadas pela sua própria vitimização.

Ainda que nos pareça que, atualmente, se caminha para uma visão mais igualitária do relacionamento entre homens e mulheres, somos diariamente inundados por mensagens, nomeadamente nos media, que representam a dominância sexual do homem acompanhada da submissão sexual da mulher (Dines, 2010). A comunicação social apresenta-se, na contemporaneidade, como uma ferramenta importante na procura de uma segurança identitária, com a separação clara entre o feminino e o masculino, associada não somente à afirmação da soberania do masculino sobre as mulheres e os homossexuais, mas também, por meio dessa autoafirmação, importante na constituição da identidade heterossexual (Júnior, 2011). A pornografia não foge à regra, e mesmo algumas das práticas sexuais nem sempre aceitas socialmente, guardam implicitamente condutas e ações consideradas moralistas e coniventes com a orientação sexual normativa (Júnior, 2011). A fantasia sexual nos filmes pornográficos desenvolve-se a partir da identificação entre as personagens e os utilizadores, sugerida pela manutenção

dos estereótipos de comportamentos sexuais previamente estabelecidos sob os binómios feminino/masculino, passivo/ativo, enquanto autoafirmação heterossexual masculina (Júnior, 2011).

Não obstante a principal intenção da pornografia ser a obtenção de prazer por meio da atividade sexual representada e percebida como real, através da manutenção dos estereótipos de género, este tipo de produção tem sido alvo de críticas pelo uso recorrente de temáticas agressivas. No entendimento de Júnior (2011) isto justifica-se pela necessidade instintiva de humilhar e desvalorizar a mulher, enquanto processo essencial à autoafirmação e de estabilidade da identidade masculina heterossexual. Assim, para ser homem é necessário não ser associado à mulher tornando o feminino num pólo de rejeição central que deve ser combatido sob pena de se ser confundido com este. Por meio da prática da violência e da transgressão moral, consolida-se fantasiosamente a identidade heterossexual masculina, associada à virilidade e a uma prática sexual compulsiva (Júnior, 2011). Desta forma, a pornografia é muitas vezes responsabilizada pelo reforço do duplo padrão e de atitudes ou crenças legitimadoras da violência sexual.

Implicações do Consumo de Pornografia ao Nível das Atitudes/Crenças

Em termos do impacto da pornografia, uma das áreas mais estudadas tem sido os efeitos da pornografia sobre as atitudes e o comportamento sexual dos homens em relação às mulheres, particularmente no que diz respeito à agressão sexual.

Neste domínio, a investigação empírica sobre o consumo de pornografia é normalmente dividida em estudos experimentais e correlacionais, de acordo com duas dimensões de estudo – atitudes e crenças suportativas da agressão sexual e comportamentos sexualmente violentos ou sexualmente agressivos. Os estudos

experimentais foram, geralmente conduzidos em laboratórios, envolvendo a avaliação do impacto à exposição de pornografia em termos de atitudes ou comportamentos agressivos. Os estudos correlacionais debruçaram-se sobretudo na investigação de uma possível relação entre o consumo de pornografia na vida quotidiana e as atitudes ou comportamento agressivo em relação às mulheres (Flood & Hamilton, 2003).

Os resultados dos estudos revelaram uma discordância evidente no corpo da literatura sobre o impacto do consumo de pornografia neste domínio. A maioria dos estudos experimentais mostrou um reforço significativo das atitudes suportativas da agressão sexual e um aumento na agressividade comportamental após a exposição à pornografia. Contudo estes estudos têm sido criticados como excessivamente artificiais e formais. Os estudos correlacionais sobre o uso da pornografia na vida quotidiana e as atitudes suportativas da agressão sexual não revelam, na sua maioria, qualquer associação ou a associação encontrada é estatisticamente baixa (Flood & Hamilton, 2003). Por esta razão, encontramos na literatura autores que defendem uma relação clara entre a exposição à pornografia e atitudes e comportamentos suportativos da agressão sexual, outros que consideram não haver qualquer efeito. Mesmo a aplicação de técnicas de síntese ou “meta-análise” não encontraram relações consistentes (Fisher e Grenier, 1994; Malamuth et al, 2000).

Em 1970, a Comissão da Obscenidade e Pornografia, nos EUA, apresentou um relatório no qual defendeu que a exposição ao material sexualmente explícito não produzia efeitos adversos ou antissociais. Em virtude desse relatório, alguns investigadores questionaram e criticaram aquela posição, argumentando que as imagens que retratam mulheres em papéis submissos, como objetos sexuais, podem influenciar as atitudes dos sujeitos numa maneira que promove ideologias sexistas e perpétuo o tradicional duplo padrão (Malamuth & Spinner, 1980; Malamuth & Check, 1981)

Apesar destas críticas, os primeiros estudos sobre a exposição continuada a materiais sexualmente explícitos sugeriram apenas um comportamento sexual mais frequente nos sujeitos adultos, com os seus cônjuges, mas com efeito de dissipação rápido (ex. Mann et al, 1974).

Aparentemente influenciada pelas críticas e por estudos mais recentes, em 1986 a Comissão da Obscenidade e Pornografia revogou o relatório de 1970, defendendo a existência de uma relação causal entre a exposição a muitas formas de pornografia e os vários efeitos antissociais, incluindo níveis elevados de violência contra as mulheres. Como resultado deste relatório, a Comissão solicitou uma aplicação rigorosa das leis existentes contra a difusão deste tipo de material e medidas legais adicionais. Alguns investigadores acharam precipitadas as recomendações da Comissão sobretudo por encontrarem incongruências nos resultados das pesquisas que estavam na base do novo relatório (Linz et al, 1987).

Em termos empíricos, Zillman & Bryant (1982) verificaram que a exposição continuada a pornografia originou maior tolerância a formas bizarras de pornografia, menor sensibilidade a questões de igualdade sexual, atitudes menos punitivas em relação a notícias sobre agressões sexuais e ativação de pensamentos recorrentes e distorcidos sobre promiscuidade feminina.

Malamuth e Check (1981) questionaram a generalização dos resultados dos estudos conduzidos em laboratório e realizaram uma investigação de campo, com um grupo de controlo, onde foram administradas durante uma semana, imagens sexualmente violentas a sujeitos do sexo masculino. Os autores não verificaram diferenças estatisticamente significativas nos dois grupos, em relação à aceitação de mitos que legitimassem a agressão sexual.

Posteriormente, numa revisão da literatura Malamuth e Donnerstein (1982) citados por Garcia (1984), referiram que a exposição a material sexualmente violento estava relacionada com autorrelatos ou referências mais propensas à coerção sexual ou violação, estimulação de fantasias de violação, influenciando igualmente os sujeitos na percepção das vítimas de agressão sexual como menos traumatizadas. Garcia (1984) testou esta hipótese num estudo correlacional com 115 estudantes universitário de psicologia e verificou que, somente os sujeitos com exposição a material sexualmente violento ou com temáticas coercivas apresentavam, embora com uma associação muito fraca, atitudes tradicionalistas em relação à mulher. Contrariamente ao previsto, verificou também que os sujeitos com hábitos de consumo frequentes de pornografia, violenta ou não violenta, expressavam atitudes mais liberais, na área do comportamento sexual em relação às mulheres (Garcia, 1984).

Linz e colaboradores (1984) mediram a reação de estudantes universitários à exposição filmes que retratavam violência contra mulheres num contexto sexual. Os autores verificaram uma diminuição substancial nos autorrelatos dos níveis de ansiedade e de desconforto, bem como alteração na percepção do filme. Os sujeitos tornaram-se mais confortáveis com as situações que previamente provocavam ansiedade, tal como se estivessem submetidos a uma terapia de exposição. Os autores sugeriram que a redução da ansiedade e excitação emocional poderia originar a formação de outras percepções e atitudes sobre a violência retratada nos filmes, podendo estas serem transpostas para o contexto real. Igualmente importante, os indivíduos que foram expostos a filmes sexualmente violentos tenderam a classificar as vítimas de agressão sexual como menos traumatizada, em comparação a um grupo controle de não-exposição.

Linz, Donnerstein e Penrod (1988) investigaram os efeitos da exposição continuada a pornografia violenta e degradante na dessensibilização emocional e crenças sobre a

violação e objectificação das mulheres. Os autores verificaram nos indivíduos expostos a pornografia violenta uma tendência de menor empatia para com vítimas de violação e efeitos de dessensibilização, ocorridos após a exposição ao segundo filme. Estes resultados sugeriram que a dessensibilização à violência nos filmes pode ocorrer rapidamente assim como acontece com os resultados obtidos em terapia de exposição, tal com Lins (1984) e colaboradores também sugeriram. Porém, contrariamente ao que os autores esperavam, não foram observadas interações estatisticamente significativas entre o tipo de filme, dosagem, aceitação de mitos sobre a violação, crenças em relação às mulheres enquanto objetos sexuais ou associadas a papéis sexuais mais conservativos.

Fisher e Grenier (1994) realizaram uma meta-análise dos estudos considerados por eles mais relevantes, realizados até à data, sobre os efeitos do consumo de pornografia violenta nas atitudes e comportamentos face às mulheres. Segundo os autores, dessa análise emergiram conclusões inconsistentes. Para reforçar essa ideia, no artigo construíram duas colunas, uma com os estudos que associam a pornografia violenta com atitudes e comportamentos negativos face à mulher, e a outra com o mesmo número de estudos nos quais essa associação não foi confirmada. No mesmo artigo, descreveram duas situações experimentais, realizadas pelos autores e que segundo estes, envolviam condições suficientes para a produção de efeitos advindos do consumo de pornografia violenta, ao nível da fantasia, atitudes e comportamentos face à mulheres, no entanto referiram não terem verificado qualquer efeito. Fisher e Grenier (1994) criticaram a metodologia dos estudos anteriores (ex. efeitos da exposição prolongada provavelmente devidos ao desgaste seletivo e não à visualização de pornografia violenta per si; resultados fruto do acaso e preconceito contra a hipótese nula; consciência dos sujeitos sobre o objetivo da investigação) bem como, a abordagem conceptual que considera que

a exposição a pornografia violenta pode ensinar os sujeitos a comportarem-se de uma forma misógina e condiciona-los a sentirem excitação sexual nisso. Os autores utilizaram a expressão “monkey see, monkey do” como crítica, por acharem a estrutura conceptual, na qual se basearam os estudos, redutora do comportamento humano aos modelos observados. Mais tarde, Malamuth e colaboradores (2000) criticaram a meta-análise de Fisher e Grenier (1994) bem como as situações experimentais, alegando que os autores não conseguiram criar condições sob as quais, os efeitos das diferentes exposições a pornografia, pudessem ser adequadamente avaliados.

Allen e colaboradores (1995), realizaram uma meta-análise no sentido de perceberem se existia alguma relação entre o consumo de pornografia e a presença de crenças que justifiquem a agressão sexual. Os autores concluíram que a metodologia não experimental revelou não existir nenhuma associação, enquanto os estudos experimentais evidenciaram efeitos positivos, nomeadamente em relação ao consumo frequente de pornografia violenta.

Hald, Malamuth e Yuen (2010) conduziram uma meta-análise para verificarem, relativamente aos estudos não experimentais, a existência de associação entre o consumo de pornografia em sujeitos masculinos e atitudes suportativas da violência contra mulheres. Em contraste com meta-análises anteriores, os resultados deste estudo mostraram uma associação positiva entre o uso global de pornografia atitudes suportativas da violência contra mulheres. Além disso, tais atitudes estavam significativamente mais correlacionadas com o uso de pornografia sexualmente violenta. Segundo os autores, este estudo resolveu o que parecia ser uma discordância preocupante na literatura sobre a pornografia e as atitudes agressivas, mostrando que as conclusões dos estudos não experimentais na área são consistentes com as encontradas estudos experimentais.

Implicações do Consumo de Pornografia ao Nível dos Comportamentos

Sexualmente Agressivos

Os estudos experimentais sobre exposição à pornografia e comportamentos sexualmente agressivos mostraram um reforço significativo da agressão sexual e um aumento na agressividade comportamental após a exposição à pornografia. Os estudos correlacionais apontam, igualmente para uma associação, nomeadamente quando existe um consumo elevado do tipo violento (Flood & Hamilton, 2003).

De acordo com Malamuth e Feshbach (1980) a provocação de excitação sexual num contexto violento pode originar respostas sexuais à violência, em virtude do efeito de condicionamento. No entanto, Kutchinsky (1991) referiu que alguns estudos com sujeitos detidos por violação, sujeitos detidos por outro tipo de crimes não sexuais, e sujeitos não detidos revelaram níveis semelhantes de excitação sexual perante cenas sexuais não violentas, não se registando diferenças significativas entre os sujeitos. Este autor referiu igualmente, que as estatísticas ligadas ao crime de violação ou tentativa de violação, durante o período de 1964-1984 nos EUA, Dinamarca, Suécia e Alemanha Ocidental, onde a disponibilidade de várias formas de pornografia, incluindo a violenta desenvolveu-se a partir da extrema escassez para uma abundância relativa, não revelaram aumentos significativos. Dado isto, o autor considerou estes resultados suficientes para descartar a hipótese de que o consumo de pornografia pode estar associado ao comportamento sexual agressivo e ao crime de violação.

Malamuth e colaboradores (2000) realizaram uma meta-análise dos principais estudos até à data sobre os efeitos do consumo de pornografia e associação com a agressão sexual. Apesar de não haver uma consistência considerável, os resultados apontaram para uma associação entre a exposição de pornografia e respostas sexuais

agressivas, quando se registam determinadas circunstancias. Nos sujeitos classificados de baixo risco para a agressão sexual, segundo o modelo da confluência, o uso de pornografia ainda que muito frequente, não é necessariamente indicativo de alto risco para a agressão sexual. Os sujeitos classificados de elevado risco, com base na interseção dos fatores de risco dos grupos *masculinidade e hostilidade* e *sexo impessoal* do modelo da confluência, e que adicionalmente apresentaram níveis de consumo de pornografia muito elevados, a probabilidade de se envolverem na agressão sexual foi muito elevada, quando comparados com outros sujeitos classificados igualmente de elevado risco mas com níveis consumo de pornografia mais baixos. Neste contexto, quando os indivíduos são considerados de alto risco segundo o modelo da confluência, os níveis de consumo de pornografia representam uma variável moderadora determinante.

Malamuth e colaboradores (2000) criticaram a utilização de modelos simplificados e a falta de consideração pelo papel das diferenças individuais e culturais, bem como as interações complexas entre si, quando se estudam os efeitos do consumo de pornografia. Com base na revisão literária que fizeram, os autores consideram como variáveis moderadoras importantes a cultura e o meio ambiente dos sujeitos, o ambiente familiar, características e predisposições personalidade, o conteúdo específico dos estímulos, o atual estado emocional temporário da pessoa e o ambiente em que a exposição ocorreu. Consideraram particularmente relevante as características de personalidade, uma vez que sujeitos com pontuações elevadas em medidas que avaliam aspetos da personalidade associados ao risco de violência ou da agressão sexual, tais como a hostilidade, insensibilidade, falta de empatia ou impulsividade, mostraram efeitos negativos mais pronunciados da exposição a certos materiais sexualmente explícitos, particularmente aqueles que combinam o sexo e a violência.

Ao nível da abordagem conceptual, Malamuth e colaboradores (2000) referiram três principais modelos utilizados no estudo dos feitos do consumo de pornografia. O modelo da pornografia enquanto forma de comunicação sexual, vê a pornografia ou o consumo desta como uma forma de comunicação relacionada com a sexualidade. De acordo com esta posição, os consumidores são atraídos para a pornografia porque desejam satisfazer as suas curiosidades e necessidades sexuais. Este interesse em pornografia não tem relação com o comportamento coercitivo contra as mulheres e é mais frequentemente associada a sujeitos sexualmente promíscuos. O modelo da pornografia como uma das causas que contribui para a agressão contra as mulheres, inclui duas versões diferentes. A versão que defende uma casualidade direta entre o consumo e a agressão, tendo como exemplo a teorização de Russell (2011), e outra que defende um modelo de efeitos indiretos, sugerido por de Malamuth (1986), no qual considera a pornografia um entre outros fatores, em interação uns com os outros, que pode influenciar o desenvolvimento de atitudes que toleram agressão sexual. A combinação dessas atitudes com outros fatores de risco pode, por sua vez, contribuir para comportamentos antissociais contra as mulheres, incluindo a agressão. Por último, o modelo que aponta a agressividade como a causa do interesse em pornografia. Este ponto de vista considera que o uso da pornografia é uma consequência ou um reflexo de tendências agressivas em relação às mulheres, havendo duas potencialidades conceptuais: a) os homens que são hostis e agressivos com as mulheres são atraídos para tipos de imagens que retratam e reforçam as suas atitudes e comportamentos já existentes, b) os homens que agem coercitivamente para com as mulheres muitas vezes têm dificuldades nas interações sexuais, a sua falta de sucesso torna-os mais propensos a procurar satisfação sexual noutras formas, como o uso regular de pornografia (Malamuth et al, 2000).

Vega e Malamuth (2007) testaram o modelo Hierarquico-Mediacional da Confluência (“Hierarchical-Mediational Confluence”) na previsão do comportamento sexual agressivo. O modelo incorpora os grupos *masculinidade hostilidade* e *sexo impessoal* do modelo da confluência, acrescido do uso de pornografia e do grupo *hostilidade geral*, composto por características antissociais associadas à psicopatia, como a grandiosidade, falta de empatia, impulsividade ou irritabilidade. Os participantes foram 102 sujeitos do sexo masculino, estudantes universitários de psicologia. O modelo Hierarquico-Mediacional da Confluência propõe, essencialmente, que a combinação das características gerais e específicas oferece a melhor previsão estatística para a agressão sexual. Verificou-se que, mesmo depois de todos os fatores abrangidas pela *hostilidade geral*, *masculinidade hostilidade* e *sexo impessoal*, inseridos na equação de regressão, o consumo de pornografia contribuiu significativamente para a predição da agressão sexual, quer como efeito principal ou em interação com outros fatores.

Segundo Malamuth e colaboradores (2000) a influência dos média, particularmente da pornografia, no pensamento e comportamento humano não cai num vácuo. Pelo contrário, interage com outros fatores de ordem individual, social e cultural, reforçando por vezes o já existente, outras vezes contrariando ou simplesmente não produzindo qualquer efeito. É necessário nos estudos experimentais ter atenção a uma rigorosa avaliação das variáveis manipuladas, assim como nos estudos correlacionais, perceber que as associações são geralmente muito modestas, uma vez que a maioria só se reporta à influência de uma única variável, num conjunto complexo que medeia o consumo de pornografia e os efeitos nas atitudes, crenças e comportamentos. Rosenthal (1986), citado por Malamuth e colaboradores (2000), ilustrou de forma convincente as consequências sociais dos pequenos efeitos normalmente encontrados em pesquisa

sobre a influência dos média nos comportamentos antissociais. O autor mostrou que, embora a proporção de variância explicada neste tipo de investigações possa parecer baixa, as consequências práticas são substanciais.

Struthers (2009) estudou o consumo de pornografia e os efeitos a um nível neurológico. Segundo este investigador, a exposição a este tipo de imagens cria vias neuronais que se tornam automáticas e afetam a interação com as mulheres. Para o autor, qualquer mulher torna-se numa potencial estrela porno aos olhos dos consumidores masculinos de pornografia. Os neurónios espelho são células-chave que parecem estar envolvidas neste processo de produção e perceção de comportamento. São um sistema de células motoras que são ativadas quando vemos um comportamento, e relacionam-se com a pornografia na medida em que, aquando a visualização de pornografia, o cérebro reage de tal forma como se o sujeito estivesse envolvido no ato sexual. Ver um filme pornográfico cria uma experiência neurológica através da qual o sujeito participa vicariamente no que está a ver.

Efeitos Positivos Associados ao Consumo de Pornografia

Algumas investigações sugeriram que a pornografia pode ser benéfica para as relações de intimidade, nos aspetos que tocam à sexualidade, havendo algumas evidências que o consumo de pornografia pode influenciar os sujeitos ao nível das atitudes positivas em relação à sexualidade, servindo de plataforma segura através da qual exploram a atividade sexual. Com base nestas evidências, o uso de pornografia tem servido como técnica nalguns contextos de terapia de casal (Manning, 2006).

Autores como, Kutchinsky (1991) referem o consumo de pornografia como preventivo da violência sexual.

Rogala & Tyden (2003) realizaram um estudo sobre comportamento sexual e consumo de pornografia, com uma amostra de 1000 mulheres angariadas numa clínica de planeamento familiar, em Estocolmo. Os resultados do estudo indicaram que quatro em cada cinco mulheres consumiu pornografia, destas, 35% consideraram que o consumo de pornografia influenciou o seu comportamento sexual de forma positiva.

Mckee (2007) conduziu uma pesquisa com 1023 participantes australianos, consumidores de pornografia, onde foi solicitado que referissem se sentiam que o seu consumo de pornografia teve algum efeito nas suas atitudes em relação à sexualidade e que especificassem esse efeito. Os resultados mostraram que 58,8% dos participantes acharam que o consumo de pornografia teve um efeito muito positivo ou positivo sobre as suas atitudes em relação à sexualidade, 34,6% não sentiram nenhum efeito e 6,8% consideraram que teve um efeito negativo ou um grande efeito negativo. Os principais efeitos positivos relatados foram: sentimento de menor repressão em relação à sexualidade, maior abertura face à sexualidade; aumento da tolerância em relação à sexualidade das outras pessoas; gratificação sexual; educação sexual; maior atenção aos desejos sexuais do parceiro; maior abertura para falar sobre sexo com o parceiro. Os efeitos nefastos mais comuns foram: objectificação dos parceiros sexuais; expectativas sexuais irrealistas; problemas nos relacionamentos de intimidade; perda do interesse pelo sexo real, comportamento aditivo (Mckee, 2007).

Hald & Malamuth (2008) realizaram um estudo com 688 jovens adultos dinamarqueses, do sexo masculino e feminino, para analisarem a autopercepção da influência do consumo de pornografia. Os resultados indicaram que a maioria dos inquiridos relataram efeitos benéficos do consumo de pornografia ao nível do conhecimento sexual, atitudes em relação à sua sexualidade e ao sexo oposto, bem como, maior qualidade nos relacionamentos sexuais. De uma forma geral, segundo os

autores, estes resultados sugerem a possibilidade de que para alguns sujeitos o consumo de pornografia pode melhorar o relacionamento com o parceiro.

Objetivos da Investigação

Os resultados do estudo da Mediascope/ACEPI 2012 (Associação do Comércio Eletrónico e da Publicidade Interativa), sobre os hábitos de consumo online na Europa (28 países Europeus), revelaram que em Portugal, 59% da população total está ligada à internet, registando-se um crescimento de 14% nos últimos 2 anos. Os utilizadores portugueses revelaram que estão online 13.2h/semana (Europa 14.8 h/semana e na CEE 16.1 h/semana), sendo os utilizadores portugueses os que elegem em maior número a internet como um meio privilegiado de contacto com os seus familiares e amigos (Portugal 75% dos utilizadores, Europa 63% dos utilizadores; CEE 64% dos utilizadores). Igualmente, 21% dos utilizadores portugueses possui um smartphone e 34% dos utilizadores visita novos sites todos os dias (Mediaweb Creations, 2012).

Alguns dados empíricos sugerem que o uso frequente da internet pode estar associado ao consumo de pornografia, graças à acessibilidade, disponibilidade e anonimato que este meio de comunicação proporciona (Meerkerk et al, 2006; Cooper et al, 1999; Cooper et al, 2000 Cooper et al, 2004). Grande parte destas investigações recorre a amostras constituídas por estudantes universitários, revelando uma prevalência no consumo de pornografia na maioria dos inquiridos (ex. Lo & Wei, 2002; Linz et al, 1988; Garcia, 1984; Cacioppo et al, 1986; Veja & Malamuth, 2007; Bauserman, 1996; Zillmann & Bryant, 1982; Wetterneck, 2012; Morrison, 2006), assim como, implicações ao nível das atitudes face à sexualidade (Stack, 2004; Wright, 2012 e 2013; Carroll et al, 2008) e crenças legitimadoras da violência sexual (ex. Zillman & Bryant, 1982; Garcia, 1984; Linz et al, 1984; Hald et al, 2010).

Atendendo a estes dados, nomeadamente a frequência do uso da internet no nosso país e o potencial consumo de pornografia que isso pode implicar, temos como objetivos verificar se existe consumo de pornografia através da internet, numa amostra de estudantes universitários, bem como, se esse consumo se relaciona ou não com o tipo de atitudes face à sexualidade e crenças legitimadoras da violência sexual, tendo em conta as variáveis moderadoras sexo, idade, profissão, habilitações literárias, estado civil, religião, frequência do consumo, tipo e sub-tipo de pornografia consumida. De acordo com a Unidade Laboratorial de Investigação em Sexualidade Humana (SexLab), criada pela Universidade de Aveiro e Neves (2009), autora de uma investigação sobre a dependência de pornografia na internet em estudantes universitários, os estudos em Portugal relativos ao impacto do consumo de pornografia são praticamente inexistentes, pretendendo-se desta forma, contribuir para o conhecimento desta realidade no nosso país.

Neste contexto, e porque se trata de um estudo de cariz probabilístico em que as hipóteses, eventualmente a colocar, surgem no decorrer da investigação, optámos por definir o seguinte problema de partida para a investigação: os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias apresentam valores superiores nas escala ECVS e nas subescalas permissividade sexual, prazer físico, sexo impessoal da EAS, quando comparados com os participantes que não visualizaram?

MÉTODO

Participantes

A metodologia quantitativa adotada envolveu uma amostra de conveniência, constituída de uma forma não aleatória, não sendo possível por esta razão, garantir a

representatividade dos dados nem a sua generalização para a população geral (Maroco & Bispo, 2003). Escolheu-se este tipo de amostra por permitir um acesso mais rápido a um número maior de participantes, durante o período de tempo, relativamente limitado, em que decorreu a organização do presente trabalho. A amostra é constituída por 91 sujeitos, alunos e ex-alunos do Departamento de Psicologia e Sociologia, da Universidade Autónoma de Lisboa. Dos 91 sujeitos, 34.1% são do sexo masculino, 65.9% são do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 53 anos, sendo a média de idades 33.16 anos (DP = 8.91).

Tabela 2. Descrição da amostra

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		χ^2
	(N=31)		(N=60)		
	N	%	N	%	
Estudante					.065
Não	7	22.6	15	25.0	
Sim	24	77.4	45	75.0	
Profissão					5.312
Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas	3	9.7	9	15.0	
Pessoal Administrativo e similares	5	16.1	7	11.7	
Pessoal dos Serviços e Vendedores	4	12.9	3	5.0	
Quadro Sup. da Administração Pública, Dirigente, Quadro Sup. de uma Empresa	4	12.9	7	11.7	
Só estudante	6	19.4	22	36.7	
Técnico e Profissional de Nível Intermédio	6	19.4	7	11.7	
Trabalhadores não Qualificados	3	9.7	5	8.3	

Habilitações					.247
Licenciatura	22	71.0	44	73.3	
Mestrado	8	25.8	15	25.0	
Doutoramento	1	3.2	1	1.7	
Área de formação					2.131
Psicologia	27	93.1	48	81.4	
Outra	2	6.9	11	18.6	
Estado civil					4.026
Casado	8	25.8	14	23.3	
Divorciado	4	12.9	5	8.3	
Separado	1	3.2			
Solteiro	14	45.2	35	58.3	
União de facto	4	12.9	5	8.3	
Viúvo			1	1.7	
Religião					5.537
Católica	24	77.4	42	70.0	
Outra cristã	1	3.2	1	17	
Protestante	5	16.1	5	8.3	
Sem religião	1	3.2	12	20.0	
Praticante					.174
Não	22	71.0	40	66.7	
Sim	9	29.0	20	33.3	
	Sexo Masculino		Sexo Feminino		
	(N=31)		(N=60)		t
	M	DP	M	DP	
Idade	34.68	9.39	32.38	8.62	1.167
p > .05.					

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os sexos para nenhuma das características sociodemográficas.

Na sua maioria os participantes são estudantes (75.8%), dos quais 30.8% são só estudantes e 45.05% são trabalhadores estudantes. Neste sujeitos, 39.6% frequentam a licenciatura em psicologia, 33% são licenciados em psicologia, 7% frequentam o mestrado na área da psicologia, 18.7% são mestres na área da psicologia e 2.2% tem doutoramento na área da psicologia. A maioria dos sujeitos é solteiro (53.8%), da religião católica (72.5%) e não praticantes (68.1%).

Nesta amostra, dos 91 sujeitos que responderam na íntegra ao questionário sociodemográfico, apenas 88 sujeitos completaram a Escala de Atitudes Sexuais e 86 a Escala de Crenças sobre a Violência Sexual.

Instrumentos

A escolha dos instrumentos foi feita tendo em conta os objetivos da investigação. Assim, neste estudo foram utilizados três instrumentos: o questionário sociodemográfico, elaborado para o efeito, a adaptação portuguesa realizada por Alferes (1999) da Escala de Atitudes Sexuais (EAS) de Hendrick & Hendrick (1987) e a Escala de Crenças sobre a Violência Sexual (ECVS) adaptada e aferida por Martins (2012) a partir da Escala de Crenças sobre Violação (ECV), de Matos, Machado e Gonçalves (1999).

Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico elaborado para o presente estudo é constituído por 13 questões (anexo A). As primeiras nove questões permitem caracterizar os sujeitos quanto ao sexo, idade, se são somente estudantes ou trabalhadores estudantes, habilitações literárias, estado civil, religião a que pertencem e se são praticantes. Interessa-nos saber em que medida este tipo de variáveis interfere ou não no consumo de pornografia, designadamente, à semelhança do que sucedeu na maioria dos estudos

(ex. Stack et al, 2004; Baltazar et al, 2010; Levert, 2007; Cooper et al, 2000 e 2004; Albright), pretendemos confirmar na nossa amostra a prevalência do consumo no sexo masculino, se o consumo de pornografia é típico de idades mais jovens e em sujeitos que apenas estudam (ex. Cooper et al, 2000), se os diferentes níveis académicos (Stack et al, 2004), o estado civil (Cooper et al, 2000), as crenças religiosas (ex. Baltazar et al, 2010; Lo & Wei, 2002; Collins et al., 2004) e a prática das mesmas fazem variar, igualmente, os níveis de consumo de pornografia.

As últimas quatro questões pretendem caracterizar os sujeitos quanto ao consumo de pornografia, nomeadamente se visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, a frequência com que o fizeram (em horas por semana), o tipo e o sub-tipo de pornografia que costumam aceder. Atendendo às críticas sobre procedimentos e metodologia utilizados em investigações sobre o uso da pornografia na internet, foi fornecido aos participantes a definição do que consideramos pornografia, quanto ao conteúdo, modo de visualização e função/razão do uso (Fisher & Barak, 2001; Short et al, 2012). Na categorização da frequência do consumo de pornografia, tivemos em conta que, segundo Cooper e colaboradores (2000), a maioria dos utilizadores da internet gasta em média cerca de uma hora ou menos por semana, em atividades sexuais na internet, tais como o consumo de pornografia, sendo considerados particularmente problemáticos os consumos de 11 horas ou mais por semana. Na categorização dos tipos e sub-tipos de pornografia, optamos pelos tipos vulgarmente mais procurados, o hardcore e softcore, bem como, por alguns dos sub-tipos, dado a quantidades exagerada neste domínio, mais acedidos na internet (Flood & Hamilton, 2003).

Escala de Atitudes Sexuais (EAS) de Hendick e Hendrick (1987) – adaptação portuguesa de Alferes (1999)

O desenvolvimento da EAS teve lugar nos anos 80, nos EUA, com o intuito de avaliar as relações entre a sexualidade e o amor, contribuindo para o esclarecimento dos resultados nos estudos relativos ao duplo padrão sexual (Alferes, 1999). A EAS é uma escala do tipo likert, constituída por 43 itens, cotados de 1 (completamente em desacordo) a 5 (completamente de acordo), à exceção dos itens 19, 29 e 21 nos quais a cotação é invertida (1=completamente de acordo (...) e 5=completamente em desacordo). A adaptação portuguesa foi realizada por Alferes (1999) no âmbito de um inquérito psicossocial sobre valores, atitudes e comportamentos sexuais em 365 estudantes do ensino superior, com o objetivo de identificar scripts sexuais centrados em dimensões atitudinais. A escala original é constituída por quatro dimensões fatoriais, *permissividade sexual, práticas sexuais, comunhão e instrumentalidade*. Da análise fatorial realizada pela adaptação portuguesa resultaram cinco dimensões fatoriais: *permissividade sexual* (itens 1, 3, 5, 7, 9, 11, 15, 17, 27, 29, 37 e 39, refere-se a atitudes concordantes face ao sexo ocasional, sexo sem compromisso e à diversidade e simultaneidade de parceiros), *comunhão* (itens 4, 10, 16, 20, 22, 25, 26, 30, 36, 38 e 42, refere-se a atitudes relativamente ao sexo como uma experiência sublime de intimidade física e psicológica), *prazer físico* (itens 6, 12, 18, 31, 32, 40 e 43, refere-se a atitudes face ao sexo enquanto atividade destinada essencialmente à obtenção de prazer físico), *responsabilidade sexual* (itens 2, 8, 14 e 28, refere-se à responsabilidade face ao planeamento familiar e à importância da educação sexual) e *sexo impessoal* (itens 13, 19, 21, 23, 24, 33, 34, 35 e 41 refere-se a atitudes face ao sexo como mercadoria). Assim, o objetivo desta escala é avaliar as seguintes dimensões atitudinais: *permissividade sexual, comunhão, prazer físico, responsabilidade sexual e sexo impessoal*. Atendendo

à consistência interna da escala, extraídos os cinco fatores, a percentagem explicada de variabilidade total é de 36.3%, cabendo 3.7% ao quinto fator. As contribuições proporcionais dos cinco fatores para a variância explicada são respetivamente, 30.2%, 21.8%, 18.3%, 12.8% e 17.0%. Tendo ainda em conta a consistência interna, o valor do alfa de cronbach para o total da escala é de 0.83, e para as dimensões *permissividade sexual* 0.83, *comunhão* 0.71, *prazer físico* 0.65, *sexo impessoal* 0.58 e *responsabilidade sexual* 0.53 (Alferes, 1995 e 2002).

Escala de Crenças sobre a Violência Sexual (ECVS)

A ECVS mede o grau de tolerância/aceitação dos sujeitos quanto ao uso de violência de natureza sexual. O projeto de construção desta escala, integrado na tese de doutoramento de Martins (2012), inseriu-se num projeto mais vasto de investigação designado por “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, coordenado inicialmente pela Professora Doutora Carla Machado, da Universidade do Minho. A ECVS foi construída a partir da Escala de Crenças sobre a Violação (ECV), de Matos, Machado e Gonçalves (1999), elaborada a partir da observação clínica de vítimas de violação, de violadores e da revisão da literatura sobre mitos, crenças culturais e estratégias cognitivas de legitimação da agressão sexual. Nesta última escala (ECV), os itens foram construídos segundo a conceção de que as vítimas são do género feminino e os seus perpetradores do género masculino. A consistência interna da ECV, obtida através do coeficiente alpha de cronbach, foi de 0.93. O processo de construção e adaptação da ECVS passou por diferentes etapas, nomeadamente, adaptação dos itens da ECV a uma linguagem não genderizada, de modo a que ambos os géneros possam ser conceptualizados como potenciais vítimas e/ou agressores, assim como a um continuum de comportamentos sexualmente violentos, e não apenas a violação, reflexão falada dos itens, junto de um

grupo de 15 jovens universitários com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade, da Universidade do Minho, e junto da equipa de investigação do projeto mais amplo, no qual este se inseriu. Esta fase conduziu à alteração na formulação de alguns itens, sendo a versão final da escala constituída por trinta itens, que apresentam uma correlação com a pontuação total que varia entre 0.397 e 0.796. Por último, a ECVS passou por dois estudos de análise das qualidades psicométricas, o primeiro com uma amostra de conveniência composta por 700 alunos do ensino superior da região norte do país, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, obtendo-se uma consistência interna, avaliada através do coeficiente de alfa de cronbach de 0.905. No segundo estudo, que conduziu à versão definitiva da escala, a amostra foi alargada para uma amostra representativa, quanto ao género, área de formação e região de Portugal Continental, constituída por 1000 estudantes do ensino superior, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. Neste estudo obteve-se um coeficiente de alfa de cronbach de 0.908. Ambos os resultados revelaram um grau de consistência interna elevado. Na sua versão final, a análise da estrutura fatorial revelou a existência de cinco fatores, que no seu conjunto explicam 48.896% da variância dos resultados. O fator 1, *representação estereotipada da violação*, explica 14.197% da variância comum, refere-se a um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a existência de um passado sexual comum entre a vítima e o agressor e a ausência de violência física durante a prática do ato sexual. O fator 2, *provocação da vítima*, explica 10.794% da variância comum, refere-se à noção de que a violência sexual poderá ser justificada em função de certas condutas da vítima, como a presença de um comportamento prévio sexualmente provocatório ou um passado promiscuo. O fator 3, *consentimento da vítima*, explica 9.070% da variância comum, integra um conjunto de crenças que legitimam a violência sexual com base na ideia de que a vítima consente ou

induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma. O fator 4, *falsa noção de invulnerabilidade pessoal*, explica 7.579% da variância comum, engloba um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a ideia de que os agressores e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes do resto da população, criando a noção de falsa invulnerabilidade. O fator 5, *falsas alegações*, explica 7.256% da variância comum, refere-se à crença de que a violência pode ser minimizada ou desvalorizada mediante a negação da ocorrência da violência sexual e/ou interpretação de que as queixas constituem sinais de arrependimento pós-facto ou ato de vingança. A cotação é feita através do somatório da pontuação total da escala, que mede o grau de tolerância ou aceitação do uso de violência sexual, contudo a pontuação em cada um dos fatores, permite perceber melhor o tipo de crenças envolvidas na tolerância deste tipo de violência (Martins et al, 2012; Martins, 2012).

Procedimentos de Recolha de Dados

Para a utilização dos instrumentos, contactaram-se os autores Alferes (1999) e Martins (2012) solicitando autorização para o uso das escalas no presente trabalho (anexo B). Na aplicação da EAS foi tida em conta a recomendação do Prof. Valentim Alferes quanto á permutação aleatória da ordem dos itens da escala.

Na aplicação dos instrumentos, escolheu-se o método online, com recurso ao programa SurveyMonkey, utilizado com frequência noutras investigações (ex. Gaspar e Carvalheira, 2012). O SurveyMonkey é um programa disponível na internet que permite a introdução de questionários, recolha da informação e tratamento estatístico dos dados, mediante o pagamento de uma cota mensal. Neste servidor, é possível garantir a confidencialidade dos dados, através do armazenamento da informação numa

plataforma acessível apenas ao administrador da respetiva conta criada no servidor, e o anonimato dos participantes uma vez que é possível optar pela não divulgação do IP.

Este método via online foi preterido, tendo em conta algumas indicações presentes na literatura que sugerem que em investigações, como no presente trabalho, onde são solicitados dados pessoais relativos a experiências íntimas, que envolvam o comportamento sexual, atitudes e crenças que possam colidir com as convenções culturais e sociais, inclusive representarem condutas legalmente puníveis, a revelação pode ser inibida pelo receio de estigma e vivências vergonhosas (Abbey et al, 2006; Frazier, 2003). Deste modo, como meio de vencer alguns constrangimentos inibidores da revelação, alguns autores têm defendido a vantagem de se introduzirem métodos de investigação informatizados, através do envio dos questionário via email ou introdução dos mesmos na internet, em plataformas protegidas, de forma a promover a autoadministração num ambiente mais privado (Testa et al, 2004, Abbey et al, 2006). Apesar de o uso destes métodos na investigação ser recente e requerer o desenvolvimento de estudos futuros (ex. Testa et al, 2004), podemos supor algumas vantagens do método online, comparativamente com o método de preenchimento tradicional via papel e caneta, nomeadamente a redução de custos, aumento do tamanho da amostra, diminuição do tempo de receção das respostas, maior abrangência geográfica, maior rapidez na consulta, no tratamento e análise dos dados (Testa et al, 2004, Abbey et al, 2006; Martins, 2012). Além de que, no presente trabalho, estamos perante sujeitos familiarizados com este tipo de recursos e com fácil acesso à internet.

Para a passagem dos questionários, foram contactadas três universidades públicas da região de Lisboa, informado os objetivos da investigação, bem como, a garantia da confidencialidade dos dados e anonimatos dos participantes. Todas elas recusaram autorizar a investigação alegando sobrecarga dos alunos com preenchimento de

questionários obrigatórios inerentes á regulação de questões de âmbito académico. Por último, contactou-se a Universidade Autónoma de Lisboa, na pessoa do Diretor da Administração Escolar, que autorizou a realização do estudo limitando-o, contudo, aos alunos e ex-alunos do Departamento de Psicologia e Sociologia, dado a sensibilidade dos conteúdos analisados.

Como forma de estimular a participação e evitar futuras desistências durante o preenchimento dos questionários, foram feitas várias apresentações da investigação presenciais, que duraram cerca de 10 min, nas turmas do 1º, 2º e 3º anos da licenciatura em Psicologia e 1º e 2º ano dos mestrados nas áreas da Psicologia. Após estas diligências, o Departamento de Psicologia e Sociologia enviou 360 emails com um link para o preenchimento do questionário via online.

RESULTADOS

Para testar se existem diferenças entre sexos para o ter visto pornografia na internet nos últimos 30 dias, o tipo de pornografia visualizado e o número de h/semana foi utilizado o teste de Qui-quadrado. Os resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Diferenças entre sexos para o ter visto pornografia na internet nos últimos 30 dias e o tipo de pornografia visualizado.

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		χ^2
	(N=31)		(N=60)		
	N	%	N	%	
Viu pornografia na internet					18.852***
nos últimos 30 dias					
Não	8	25.8	44	73.3	
Sim	23	74.2	16	26.7	

Tipo de pornografia					25.901***
Softcore	4	12.9	9	15.0	
Hardcore	12	38.7	3	5.0	
Não tenho preferência	9	29.0	8	13.3	
Não vejo	6	19.4	40	66.7	
Número h/semana que viu pornografia na internet nos últimos 30 dias					38.855***
Nenhuma	6	19.4	46	76.7	
Menos de 1 h/semana	8	25.8	10	16.7	
Entre 1 a 2 h/semana	5	16.1	1	1.7	
Entre 2 a 3 h/semana	9	29.0	3	5.0	
Entre 3 a 4 h/semana	3	9.7			

*** $p \leq .001$.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para o ter ou não visto pornografia na internet nos últimos 30 dias com $\chi^2 (1) = 18.852$; $p < .001$, para o tipo de pornografia com $\chi^2 (3) = 25.901$; $p < .001$, e para o número de h/semana com $\chi^2 (4) = 38.855$; $p < .001$. Os resultados mostram que os homens referiram mais frequentemente ter visto pornografia na internet nos últimos 30 dias, apresentaram maior preferência pelo tipo hardcore, e mais horas por semana de visualização, quando comparados com as mulheres.

De entre os participantes que referiram ver pornografia na internet nos últimos 30 dias, foram estudadas as diferenças entre sexos ao nível do sub-tipo de pornografia. Para este estudo foi utilizado o teste de Qui-quadrado. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Diferenças entre sexos para o sub-tipo de pornografia preferida.

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		χ^2
	(N=23)		(N=16)		
	N	%	N	%	
Heterossexual					.255
Não	9	39.1	5	31.3	
Sim	14	60.9	11	68.8	
Homossexual					.138
Não	16	69.6	12	75.0	
Sim	7	30.4	4	25.0	
Bissexual					.138
Não	16	69.6	12	75.0	
Sim	7	30.4	4	25.0	
Transsexual					.714
Não	22	95.7	16	100.0	
Sim	1	4.3			
Teen					5.299*
Não	12	52.2	14	87.5	
Sim	11	47.8	2	12.5	
Orgias/Gangbang					.012
Não	19	82.6	12	81.3	
Sim	4	17.4	3	18.8	
Violenta/BDSM					.853
Não	21	91.3	13	81.3	
Sim	2	8.7	3	18.8	
Gonzo					1.739
Não	18	78.3	15	93.8	
Sim	5	21.7	1	6.3	
Amadora					3.385
Não	16	69.6	15	93.8	
Sim	7	30.4	1	6.3	

Animal/Hentai					1.048
Não	19	82.6	15	93.8	
Sim	4	17.4	1	6.3	
Não tenho preferência					1.710
Não	16	69.6	14	87.5	
Sim	7	30.4	2	15.5	
Outro					.714
Não	22	95.7	16	100.0	
Sim	1	4.3			

* $p \leq .05$.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os sexos apenas para o sub-tipo “Teen” com $\chi^2 (1) = 5.299$; $p = .021$. Os resultados mostram que, entre os participantes que referiram ter visto pornografia na internet nos últimos 30 dias, os homens referiram mais frequentemente gostar de pornografia do sub-tipo “Teen” do que as mulheres, não havendo diferenças estatisticamente significativas entre os sexos para mais nenhum sub-tipo de pornografia.

Para a seleção dos testes estatisticamente mais adequados a utilizar nas análises posteriores, foi analisada a normalidade das dimensões da EAS e da ECVS. Com a finalidade de averiguar se as dimensões em estudo seguem a distribuição normal, utilizou-se o teste Kolmogorov-Smirnov, sendo os resultados apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Normalidade das dimensões em estudo.

	Kolmogorov-Smirnov	p
EAS		
Permissividade Sexual	1.091	.185
Comunhão	.958	.317
Prazer Físico	.787	.566
Sexo Impessoal	.946	.333
Responsabilidade sexual	3.960	.000

ECVS

Representação Estereotipada da Violação	2.232	.000
Provocação da Vítima	1.860	.002
Consentimento da Vítima	.994	.276
Falsa Noção de Invulnerabilidade	2.437	.000
Falsas Alegações	1.339	.005

Como várias das dimensões estudadas não seguem a distribuição normal ($p < .05$), optou-se pela utilização de testes não paramétricos.

A figura 1 mostra, no total da amostra, a distribuição dos participantes em termos da visualização de pornografia na internet nos últimos 30 dias.

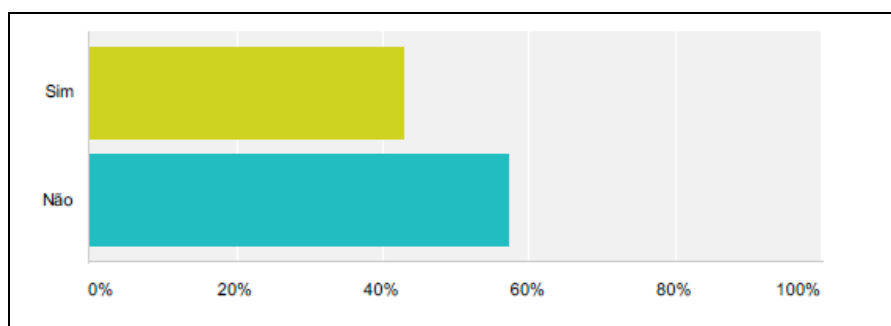


Figura 1. Distribuição dos participantes em termos de visualização de pornografia na internet nos últimos 30 dias.

Como se pode observar pela figura 1, existem mais participantes que responderam que não viram pornografia na internet nos últimos 30 dias (57.1%) comparativamente com os que referiram ter visto (42.9%).

Com o objetivo de verificar se os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias obtiveram valores mais elevados na EAS e ECVS,

comparados com os participantes que não visualizaram pornografia, foi utilizado o teste Mann-Whitney. Os resultados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6. Diferenças entre os participantes que visualizaram ou não pornografia na internet nos últimos 30 dias, ao nível dos resultados na EAS e ECVS.

	Não viram (N=52)	Viram (N=39)	z
	M Rank	M Rank	
EAS			
Permissividade Sexual	34.65	57.46	-4.151***
Comunhão	47.21	40.93	-1.146
Prazer Físico	38.87	51.91	-2.376*
Sexo Impessoal	33.77	58.62	-4.527***
Responsabilidade Sexual	44.78	44.13	-.155
ECVS			
Representação Estereotipada da Violação	43.18	3.94	-.144
Provocação da Vítima	38.98	49.78	-1.999*
Consentimento da Vítima	37.87	51.32	-2.476*
Falsa Noção de Invulnerabilidade	38.63	50.26	-2.204*
Falsas Alegações	44.71	41.82	-.534

* $p \leq .05$; *** $p \leq .001$.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que visualizaram ou não pornografia na internet nos últimos 30 dias para a Permissividade Sexual com $Z = -4.151$; $p < .001$, para o Prazer Físico com $Z = -2.376$; $p = .017$, para o Sexo Impessoal com $Z = -4.527$; $p < .001$, para a Provocação da Vítima com $Z = -1.999$; $p = .017$, para o Consentimento da Vítima com $Z = -2.476$; $p = .013$ e para a Falsa Noção de Invulnerabilidade com $Z = -2.204$; $p = .028$. Os resultados mostram que os valores destas dimensões são superiores nos participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias.

Com o fim de verificar se existem diferenças entre sexos para a EAS e ECVS, foi utilizado o teste Mann-Whitney. Os resultados são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7. Diferenças entre sexos ao nível da EAS e ECVS.

	Sexo Masculino (N=31)	Sexo Feminino (N=60)	z
	M Rank	M Rank	
EAS			
Permissividade Sexual	59.60	36.29	-4.091***
Comunhão	35.89	49.18	-2.341*
Prazer Físico	47.79	42.71	-.893
Sexo Impessoal	61.56	35.22	-4.629***
Responsabilidade Sexual	42.10	45.81	-.857
ECVS			
Representação Estereotipada da Violação	42.13	44.23	-.381
Provocação da Vítima	46.78	41.74	-.902
Consentimento da Vítima	47.13	41.55	-.992
Falsa Noção de Invulnerabilidade	52.17	38.86	-2.436*
Falsas Alegações	39.63	45.57	-1.060

* $p \leq .05$; *** $p \leq .001$.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os sexos para a Permissividade Sexual com $Z = -4.091$; $p < .001$, para a Comunhão com $Z = -2.341$; $p = .019$, para o Sexo Impessoal com $Z = -4.629$; $p < .001$ e para a Falsa Noção de Invulnerabilidade com $Z = -2.436$; $p = .015$. Os resultados mostram que os homens apresentam valores superiores nas dimensões Permissividade Sexual, Sexo Impessoal e Falsa Noção de Invulnerabilidade, comparativamente com as mulheres e que as mulheres apresentam valores superiores na dimensão Comunhão comparativamente com os homens.

Para estudar as diferenças entre os participantes que visualizaram ou não pornografia na internet nos últimos 30 dias em termos do sexo, grupos etários, estado civil, religião e sua prática foi utilizado o teste Qui-quadrado. A Tabela 8 mostra os resultados obtidos.

Tabela 8. Diferenças entre os participantes que visualizaram ou não pornografia na internet nos últimos 30 dias em termos do sexo, grupos etários, estado civil, religião e sua prática.

	Não viram (N=52)		Viram (N=39)		χ^2
	N	%	N	%	
Sexo					18.852***
Masculino	8	15.4	23	59.0	
Feminino	44	84.6	16	41.0	
Grupos etários					3.056
Menos de 21 anos	1	1.9	3	7.7	
Entre 21 e 31 anos	22	42.3	20	51.3	
Mais de 31 anos	29	55.8	16	41.0	
Estado civil					3.731
Casado	14	26.9	8	20.5	
Divorciado	4	7.7	5	12.8	
Separado			1	2.6	
Solteiro	29	55.8	20	51.3	
União de facto	4	7.7	5	12.8	
Viúvo	1	1.9			
Religião					3.080
Católica	39	75.0	27	69.2	
Outra cristã			2	5.1	
Protestante	5	9.6	5	12.8	
Sem religião	8	15.4	5	12.8	
Praticante					.038
Não	35	67.3	27	69.2	
Sim	17	32.7	12	30.8	

*** $p \leq .001$.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que visualizaram ou não pornografia na internet nos últimos 30 dias apenas para o sexo com $\chi^2(1) = 18.852$; $p < .001$. Os resultados mostram que mais homens do que mulheres viram pornografia neste período.

Os resultados mostram ainda que apesar de não haver diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que visualizaram ou não pornografia na internet nos últimos 30 dias para os grupos etários, estado civil, religião e sua prática, outras informações se podem tirar destes dados. Entre os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias pode-se observar que a maioria são homens, do escalão etário entre os 21 e os 31 anos, com estado civil solteiro, da religião católica e não praticantes.

A figura 2 mostra, entre os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, a distribuição em termos de frequência de consumo.

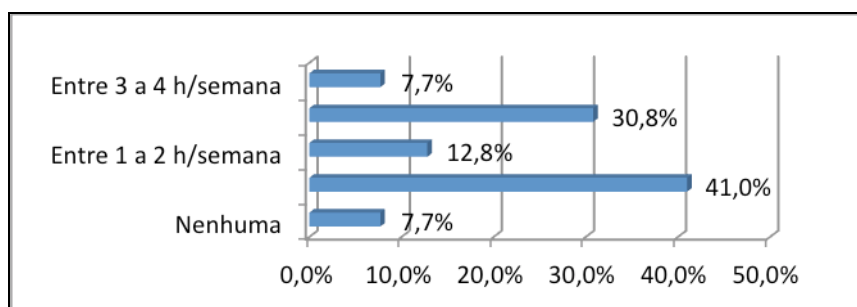


Figura 2. Distribuição em termos de frequência de consumo de pornografia

A grande maioria dos participantes que viram pornografia na internet relataram ter visto menos de 1 hora por semana (41.0%) ou entre 2 a 3 horas por semana (30.8%).

A figura 3 mostra, entre os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, a distribuição em termos do tipo de pornografia preferida.

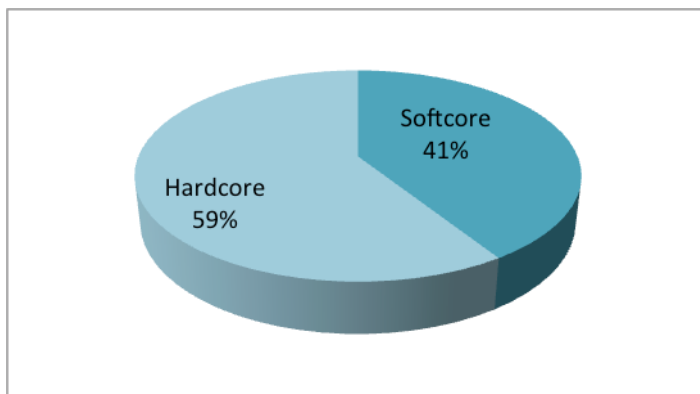


Figura 3. Distribuição em termos do tipo de pornografia preferida.

Entre os participantes que referiram ter uma preferência, a maioria referiu preferir pornografia do tipo hardcore.

A figura 4 mostra, entre os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, a distribuição em termos do sub-tipo de pornografia preferida.

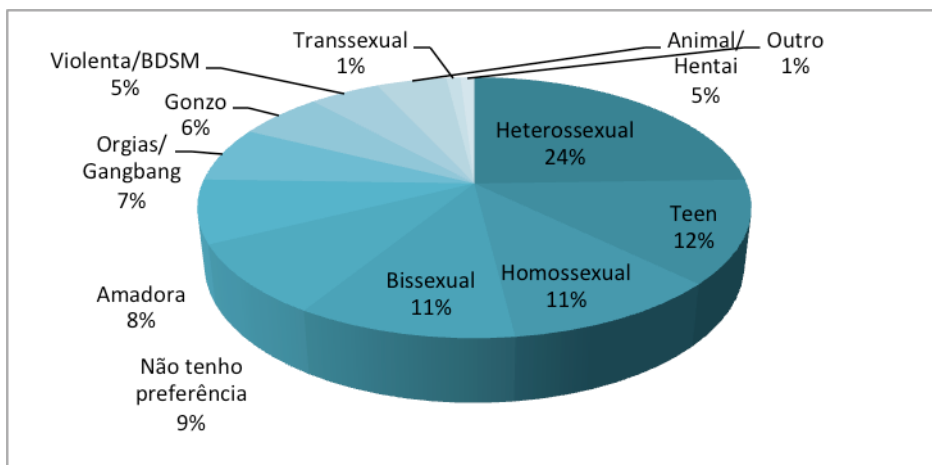


Figura 4. Distribuição em termos do sub-tipo de pornografia preferida.

Pela observação da figura 4, pode-se observar que os participantes preferem em primeiro lugar o sub-tipo de pornografia heterossexual (24%), em segundo pornografia teen (12%) e em terceiro lugar em exécuo pornografia homossexual (11%) ou bissexual (11%).

Para verificar se existe relação entre a idade e o número de h/semana que os participantes viram pornografia na internet nos últimos 30 dias e todas as subescalas das duas medidas em estudo foi utilizado o coeficiente de correlação de Spearman. A Tabela 9 mostra os resultados obtidos.

Tabela 9. Correlação com a idade.

	Idade
Número de h/semana	-.12
EAS	
Permissividade Sexual	-.15
Comunhão	-.15
Prazer Físico	-.36***
Sexo Impessoal	-.11
Responsabilidade Sexual	-.03
ECVS	
Representação Estereotipada da	.04
Violação	
Provocação da Vítima	-.17
Consentimento da Vítima	-.14
Falsa Noção de Invulnerabilidade	-.08
Falsas Alegações	-.08

*** $p \leq .001$.

A idade não se correlacionou de forma estatisticamente significativa com o número de h/semana em que os participantes viram pornografia na internet nos últimos 30 dias ($p > .05$). No entanto, a idade correlacionou-se de forma negativa, moderada e estatisticamente significativa com a subescala Prazer Físico, mostrando que quanto mais novos os participantes, maior é o valor desta dimensão da Escala de Atitudes Sexuais.

DISCUSSÃO

Os resultados na nossa investigação permitiram-nos, responder aos objetivos delineados, não obstante algumas limitações de que iremos dar conta mais à frente. Nas páginas seguintes procuraremos analisar os principais resultados, assim como explorar as potencialidades e fragilidades do estudo e discutir eventuais implicações para futuras investigações nesta área.

Verificamos, segundo os dados da nossa investigação e atendendo aos nossos objetivos e questão de partida, que 42.9% dos participantes visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, embora 57.1% dos participantes não tivesse visualizado, tendo sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que visualizaram e não visualizaram pornografia, ao nível das escalas EAS e ECVS.

Na nossa amostra, a maioria dos participantes (57.1%) não visualizou pornografia na internet nos últimos 30 dias, sendo que dos participantes que visualizam (42.9%), 74.2% eram do sexo masculino. Atendendo que a amostra é maioritariamente feminina (65.9%), estes valores vão ao encontro dos resultados presentes na literatura revista. Referimo-nos sobretudo aos dados obtidos nas investigações de Cooper e colaboradores (ex. Cooper et al, 2000) que indicam uma prevalência de 84.2% para o sexo masculino versus 15.8% para o sexo feminino, relativamente ao consumo de pornografia. A prevalência do consumo de pornografia pelo sexo masculino foi confirmada em todas as investigações revistas (ex. Stack et al, 2004; Baltazar et al, 2010; Levert, 2007; Cooper et al, 2000 e 2004; Albright, 2008; Goodson et al, 2000; Perry et al, 2007; Johansson & Hammarén, 2007; Romito & Beltramini, 2011). Em relação ao número de horas por semana que os participantes visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, o sexo masculino referiu um maior número de horas por semana de visualizações, cerca

de 29% gastou entre 2 a 3 horas por semana, 25.8% gastou menos de 1 hora por semana, 16.1% gastou entre 1 a 2 horas por semana e 9.7% gastou entre 3 a 4 horas por semana. No caso das mulheres, 16.7% gastou menos de 1 hora por semana, 5% gastou entre 2 a 3 horas por semana e 1.7% gastou entre 1 a 2 horas por semana. Estes resultados assemelham-se aos encontrados por Cooper e colaboradores (2002), num estudo com uma amostra com 7037 participantes, no qual verificaram que os homens gastaram mais tempo em atividades sexuais na internet, entre as quais o consumo de pornografia. Em média, o sexo masculino gastou 2.83 horas por semana, comparados com o sexo feminino, que gastou 1.36 horas por semana (Cooper et al, 2002). Verificamos igualmente que, comparados com o sexo feminino, o sexo masculino prefere visualizar pornografia online do tipo hardcore e do sub-tipo teen. Esta preferência foi igualmente mencionada nalguns trabalhos como os de Russell (2011), Dines, (2010), Gaspar & Carvalheira, (2012), e Lo & Wei (2005).

Dos participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, a grande maioria mencionou ter visto menos de 1 hora por semana (41.0%) ou entre 2 a 3 horas por semana (30.8%). Tal como Cooper e colaboradores (2000) afirmaram, a maioria dos sujeitos (43%) gasta cerca de 1 hora ou menos por semana em atividades sexuais online, tais como a visualização de pornografia. Vimos também que, 59% dos participantes prefere o tipo de pornografia hardcore e 24% prefere o sub-tipo heterossexual. A literatura refere que na internet encontramos varadíssimos sub-tipos de pornografia, a ponto que se torna quase impossível cataloga-los (Flood & Hamilton, 2003), mas no que toca ao tipo de pornografia, durante o nosso estudo demos conta que nos inúmeros sites que consultamos (ex. www.youporn.com; www.pornotube.com; www.xtube.com; www.redclouds.com; www.voyeurweb.com; www.funbags.com; www.pornhub.com) o tipo de pornografia encontrada foi sobretudo hardcore, ao

contrário do que acontece nos outros meios tradicionais de divulgação de pornografia. Alguns autores referem que o consumo de pornografia através da internet, pela acessibilidade, disponibilidade e variedade de material, cria rapidamente nos utilizadores uma curiosidade e/ou necessidade de visualizar conteúdos mais extremos com fim de obter os mesmos níveis de excitação (ex. Russell, 2011, Dines, 2010, Cooper et al, 2000). É como se material opera-se nos utilizadores um efeito de dessensibilização (Russell, 2011), daí a prevalência do tipo hardcore quer ao nível da oferta, quer ao nível da preferência do consumo. A prevalência pelo sub-tipo heterossexual foi igualmente encontrada no estudo realizado pelas autoras Gaspar & Carvalheira (2012).

Embora não tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias e os participantes que não visualizaram, ao nível dos grupos etários, estado civil, religião e sua prática, tal como em Cooper e colaboradores (2002), foi possível extrairmos um perfil dos sujeitos que, na nossa amostra, visualizaram pornografia na internet. Assim, os sujeitos que visualizaram pornografia nos últimos 30 dias são na sua maioria homens, do escalão etário entre os 21 e os 31 anos, do estado civil solteiro, da religião católica mas não praticantes. Tal como Cooper e colaboradores (2002), verificamos que os consumidores de pornografia na internet tendem a ser novos. Quanto às crenças religiosas, 85.8% dos participantes referiram ser religiosos, embora desses somente 31.9% seja praticante. Ao contrário das linhas de estudo que indicam a religião como um fator protetor no consumo de pornografia (ex. Baltazar et al, 2010; Lo & Wei, 2002; Collins et al., 2004; Grubbs et al, 2010, Poulsen et al, 2013) ou como um fator de risco (ex. como Abell et al, 2006, Levert, 2007), não encontramos diferenças estatisticamente

significativas entre os participantes que visualizaram ou não pornografia na internet nos últimos 30 dias, ao nível da religião e sua prática.

Como mencionado acima, atendendo à nossa questão em estudo, verificamos que os participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias apresentaram valores superiores nas subescalas da EAS, permissividade sexual ($Z = -4.151$; $p < .001$), prazer físico ($Z = -2.376$; $p = .017$) e sexo impessoal ($Z = -4.527$; $p < .001$), que se referem a atitudes concordantes com o sexo ocasional, sexo sem compromisso e à diversidade e simultaneidade de parceiros, bem como a atitudes face ao sexo enquanto atividade destinada essencialmente à obtenção de prazer físico, mercadoria ou bem material. Alguns estudos, tais como os de Stack, 2004; Wright, 2012 e 2013; Carroll et al, 2008 ou de Lo & Wei, 2005, revelaram uma associação entre a exposição a pornografia através da internet e atitudes sexuais permissivas, nomeadamente em relação a práticas sexuais ocasionais, de menor convencionalidade, com diversidade e simultaneidade de parceiros, visando somente a obtenção do prazer físico, sem preocupação pelo envolvimento íntimo de partilha psicológica. Este tipo de atitudes tende a minimizar a importância da intimidade, do amor, do afeto e do vínculo amoroso.

No que respeita à ECVS, os sujeitos que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias apresentaram valores mais elevados nas subescalas provocação da vítima ($Z = -1.999$; $p = .017$), consentimento da vítima ($Z = -2.476$; $p = .013$) e falsa noção de invulnerabilidade ($Z = -2.204$; $p = .028$). Estas subescalas englobam um conjunto de crenças e ideias que se referem à noção de que a violência sexual poderá ser justificada em função de certas condutas da vítima, como a presença de um comportamento prévio sexualmente provocatório ou um passado promiscuo, no que respeita à sua exposição a situações de risco; a um conjunto de crenças que legitimam a violência sexual com base na ideia de que a vítima consente ou induz a relação sexual,

desejando-a e sentindo prazer com a mesma ou a ideia de que os agressores e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes do resto da população, criando a noção de falsa invulnerabilidade. Alguns autores sugerem que aspetos da cultura e da socialização, nomeadamente no que diz respeito atitudes tradicionais acerca do género, inscritas nos scripts sexuais, possam legitimar ou desculpabilizar a agressão sexual, à luz da pressuposição de que a iniciativa e pressão masculina em matéria sexual faz parte da interação normal entre homens e mulheres (Munch & Willer, 2012; Geiger et al, 2004; Ramos et al, 2005). O género masculino, comparativamente com o género feminino tem maior probabilidade de apropriar mitos ou crenças que justifiquem ou legitimam a agressão sexual (Carr et al., 2004), bem como, presumir que as mulheres não devem demonstrar interesse sexual, devendo antes, expressar resistência às insistências sexuais masculinas, evitando no futuro serem responsabilizadas pela sua própria vitimização (Geiger et al, 2004). Há, de resto, vários estudos que comprovam que, quanto maior for a adesão a estes scripts, maior é a probabilidade de ocorrer violência sexual (Anderson et al, 2004; Baumeister et al., 2002). Na literatura revista, autores como Carr et al., 2004; Geiger e colaboradores, 2004; Zillman & Bryant, 1982; Allen e colaboradores, 1995 ou Hal e colaboradores, 2010, verificaram, que a exposição continuada a pornografia, nomeadamente do tipo violento, originou crenças legitimadoras da violência sexual, particularmente, menor sensibilidade a questões de igualdade sexual, atitudes menos punitivas em relação a notícias sobre agressões sexuais e ativação de pensamentos recorrentes e distorcidos sobre promiscuidade feminina.

Somos diariamente inundados por mensagens na comunicação social que representam a dominância sexual do homem acompanhada da submissão sexual da mulher (Dines, 2010). A pornografia não foge a esta regra, mesmo nos seus aspetos

considerados mais transgressivos, tem implícita a manutenção dos estereótipos de género, através da encenação de comportamentos sexuais previamente estabelecidos sob os binómios feminino/masculino, passivo/ativo (Júnior, 2011).

Verificamos, igualmente, diferenças estatisticamente significativas entre os sexos na EAS e ECVS. Os sujeitos do sexo masculino apresentaram valores superiores nas subescalas da EAS permissividade sexual com $Z = -4.091$; $p < .001$, sexo impessoal com $Z = -4.629$; $p < .001$, e na subescala da ECVS falsa noção de invulnerabilidade com $Z = -2.436$; $p = .015$, sugerindo mais atitudes concordantes com o sexo ocasional, sexo sem compromisso e à diversidade e simultaneidade de parceiros, assim como, atitudes face ao sexo como mercadoria, e um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a ideia de que os agressores e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes do resto da população, criando a noção de falsa invulnerabilidade. Pelo contrário, o sexo feminino apresentou valores mais elevados na subescala da EAS comunhão, com $Z = -2.341$; $p = .019$, sugerindo atitudes mais concordantes com o sexo enquanto experiência sublime de intimidade física e psicológica. Esta dicotomia nos valores da EAS e ECVS, gerada pelos sexos, evidenciou atitudes distintas face à sexualidade no que se refere à perceção dos sujeitos masculinos, mais concordante com atitudes sexuais permissivas, e à perceção dos sujeitos femininos, mais concordante com atitudes sexuais de maior envolvimento afetivo. Embora este domínio exceda os objetivos do nosso estudo, estes dados remetem-nos para os trabalhos realizados sobre o duplo padrão sexual, que sugeriram a presença deste, pelo menos na sua forma condicional, numa amostra nacional com estudantes universitários (Alferes, 2002), ao contrário do que foi verificado por Ramos e colaboradoras (2005).

Por último, verificamos que nos participantes que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias, a idade correlacionou-se de forma negativa, moderada e estatisticamente significativa com a subescala prazer físico, mostrando que quanto mais novos eram os participantes, maior foi o valor obtido nesta dimensão da EAS, que se refere a atitudes face ao sexo enquanto atividade destinada essencialmente à obtenção de prazer físico. Este resultado pode estar relacionado com uma maior vulnerabilidade à influência da pornografia em faixas etárias mais novas, intensificada pela frequência dedicada ao consumo, também mais elevada entre jovens (ex. Gallespie, 2008; Cooper et al., 2000 e 2004; Quayle & Taylor, 2001).

CONCLUSÃO

Desde o início dos anos 70 que se efetuaram variadíssimas investigações sobre os possíveis efeitos advindo do consumo de pornografia, ao nível das atitudes e comportamento sexual. Muitas destas investigações basearam-se em perspetivas conceptuais ou filosóficas de ordem liberal, moralista, feminista antipornografia ou com preocupações com a saúde pública (Malamuth et al, 2000).

Alguns destes estudos têm sido alvo de críticas por ambiguidade nas definições do constructo avaliado, conclusões abusivas e generalizações a partir de correlações baixas entre as variáveis (Mould, 1988). Em 2001, Fisher e Barak verificaram existir diferenças fundamentais na definição de pornografia nas investigações sobre o consumo deste tipo de material, nomeadamente através da internet. Além disso, os autores alertaram para o facto de grande parte destas investigações não incluir uma definição operacionalizada quanto ao conteúdo, modo e função do consumo, assim como, não fornecer essa definição aos participantes, deixando ao entendimento subjetivo o conceito de pornografia. Atendendo á variedade de conteúdo, ao modo de visualização e

razões que levam ao consumo de pornografia na internet, a ausência de uma definição operacionalizada conduz a uma inconsistência e falta de clareza do constructo avaliado (Fisher & Barak, 2001; Short, 2012). Para Short e colaboradores (2012) outra inconsistência é a diversidade de métodos usados para estudar variáveis semelhantes. Os autores referiram que o consumo de pornografia na internet foi medido de diferentes formas, consoante os estudos (ex. frequência de uso, tempo de uso, usar versus não usar), e consideraram que sem medidas estabelecidas é difícil desenvolver normas na população para o uso de pornografia na internet, um pré-requisito para a distinção entre o uso normal e desviante. Short e colaboradores (2012) consideraram igualmente ser necessário o desenvolvimento de medidas mais abrangentes, com propriedades psicométricas e definições padronizadas e operacionalizadas. Acrescenta-se a estas considerações, o facto de nalgumas investigações os resultados confirmarem a base conceptual e convicções defendidas pelos autores, bem como, as defendidas pelas entidades que financiaram os estudos (Mould, 1988; Pringle, 2011).

No presente trabalho estabeleceu-se, á partida, uma definição do conceito de pornografia encontrada na internet, igualmente fornecida aos participantes, procurando desta forma, uma maior consistência no construto avaliado.

De uma forma geral, os dados empíricos sugerem que o consumo de pornografia pode trazer implicações, quer positivas ou negativas, para os utilizadores (ex. Manning, 2006; Kutchinsky, 1991; Rogala & Tyden, 2003; Hald & Malamuth, 2008; Wright, 2012 e 2013; Lo e Wei, 2005; Stack et al, 2004; Meerkerk et al, 2006; Bridges et al, 2003).

Ao nível das atitudes sexuais e crenças legitimadoras da violência sexual, a pornografia, nomeadamente a difundida pela internet, pode exercer alguma influência

nos indivíduos que conjugam determinadas características e predisposições da personalidade com variáveis como a cultura e o meio ambiente, o ambiente familiar, o conteúdo específico dos estímulos, o atual estado emocional temporário do sujeito e o ambiente em que a exposição ocorreu, aumentando a probabilidade dessas atitudes e crenças se manifestarem ao nível dos comportamentos sexuais (Malamuth et al 2000; Kingston et al, 2009; Vega & Malamuth, 2007). Contudo, esta hipótese, no nosso entendimento não foi suficientemente testada, dado a dificuldade em conjugar todas as variáveis envolvidas no consumo de pornografia, que permitem compreender os antecedentes e consequências deste comportamento.

Tal como Malamuth e colaboradores (2000) consideraram, achamos que na compreensão/avaliação dos efeitos do consumo de pornografia, especialmente a difundida pela internet, existe um complexo conjunto de fatores individuais e culturais/ambientais que têm sido negligenciados. Existem igualmente, como já referimos, limitações nas medidas e instrumentos utilizados que fragilizam os resultados de algumas investigações (Short et al, 2012). Porém, todo conhecimento empírico adquirido, em virtude destes trabalhos, leva-nos a concluir que o consumo de pornografia traz implicações para alguns utilizadores, pelo menos em determinadas circunstâncias, particularmente ao nível das atitudes e crenças, embora ainda não seja totalmente conhecido ou compreendido, em que medida e circunstâncias se revelam estes efeitos.

No presente estudo, com base na questão de partida e nos nossos resultados foi possível aceitar/validar como hipótese de estudo que os sujeitos que visualizaram pornografia na internet nos últimos 30 dias apresentem valores mais altos na ECVS e nas subescalas permissividade sexual, prazer físico e sexo impessoal da EAS. Ou seja, nestes sujeitos verificam-se atitudes mais permissivas em relação a práticas sexuais

ocasionais, de menor convencionalidade, com diversidade e simultaneidade de parceiros, visando somente a obtenção do prazer físico, sem preocupação pelo envolvimento íntimo de partilha psicológica, assim como, uma presença mais significativa de crenças legitimadoras da violência sexual.

Apesar dos nossos resultados, não podemos perder de vista que estes dados se referem apenas a uma associação estatisticamente significativa e não a uma causalidade direta entre o ver pornografia na internet e valores elevados na EAS e ECVS. Embora não seja possível a generalização dos resultados pela falta de representatividade da amostra, bem como de um conjunto mais abrangente de variáveis que medeiam o consumo de pornografia e os efeitos ao nível das atitudes e crenças, os nossos resultados encontram correspondência nos estudos internacionais, com metodologias mais abrangentes e amostras mais significativas, relativamente á associação entre o ver pornografia na internet e atitudes sexuais permissivas e crenças que legitimam a violência sexual, bem como no que refere á influência de algumas variáveis moderadoras. (ex. Malamuth & Check , 1981, Hald et al, 2010; Wrigh, 2012; Lo & Wei, 2005).

Consideramos que a nível nacional, atendendo a um crescimento de 14% nos últimos 2 anos de utilizadores de internet (Mediaweb Creations, 2012), é pertinente, se não urgente, repensar o consumo de pornografia, agora transfigurada pelo advento da virtualidade multimédia, e implica-lo em contextos nos quais este se afirma cada vez mais preponderante. A título de exemplo, referimos o contexto clínico, tendo em conta as considerações de alguns autores de estudos internacionais, que sugerem que para alguns indivíduos o consumo de pornografia através da internet pode tonar-se problemático, enquanto componente da sexualidade impulsiva, compulsiva e aditiva (Meerkerk et al, 2006; Cooper et al, 2000; Wetterneck et al, 2012). Ainda neste

contexto, enquanto técnica de intervenção, o uso de pornografia em terapias sexuais ou de casal (Manning, 2006) pode ser aperfeiçoado tirando partido das inovações tecnológicas que lhe conferem maior realismo e interatividade. Outros contextos, como o da vitimização/agressão sexual revelam-nos taxas de incidência preocupantes, com um total de 548 autores (as) de crimes sexuais e 546 pessoas vítimas de violência sexual em 2012 (APAV, 2012). Tendo em conta os resultados do nosso estudo, bem como os resultados de alguns estudos internacionais (ex. Malamuth & Check, 1981, Hald et al, 2010; Wrigh, 2012; Lo & Wei, 2005), a pornografia, especialmente a divulgada pela internet, pode reforçar a aceitação de papéis estereotipados de género e de mitos sexuais, influenciando atitudes e comportamentos sexuais nalguns indivíduos. A este nível, seria necessário ponderar o consumo de pornografia como um fator de risco, nomeadamente de reincidência nos casos de crimes sexuais (ex. Kingston et al, 2008 e 2009), e implica-lo nos programas de intervenção com agressores sexuais. Kingston e colaboradores (2009) dão o exemplo do Serviço Correcional do Canadá, que recorre a uma política de restrição de materiais pornográficos nos casos em que esse acesso represente um risco específico. Consequentemente, o impacto do consumo de pornografia, especialmente em indivíduos com uma predisposição para a agressão sexual, pode ser igualmente abordado em ambiente terapêutico (Kingston et al, 2009).

Para além destes factos, seria importante verificar se, tal como acontece noutros países como a Noruega, Estados Unidos ou Tailândia, com taxas de incidência do consumo de pornografia entre jovens adolescentes, respetivamente de 24%, 42% e 58% (Tsitsika, 2009), existe também em Portugal, um consumo significativo entre estas faixas etárias. Algumas investigações nacionais referem que os jovens adolescentes iniciam a sua vida sexual cada vez mais cedo, e que existe um número significativo de jovens, em vários contextos formativos, que adota condutas violentas nas suas relações

amorosas (Caridade, 2011; Martins, 2012). Fica latente a seguinte questão e sugestão para futuras investigações: existindo um consumo significativo de pornografia entre jovens, qual o impacto deste ao nível das atitudes e condutas sexuais.

Assumindo o consumo de pornografia, especialmente a divulgada na internet, como uma componente importante do comportamento sexual contemporâneo em adultos e jovens, consideramos vantajoso poder-lo integrar de uma forma produtiva (ex. destacando as componentes criativas e fantasiosas, importantes na vivência psicológica da sexualidade) nos programas de educação sexual, uma vez que é sabido que a pornografia é uma das fontes de informação sexual mais significativa, tal como os pares, entre os jovens (Tjaden, 1988).

Implicações Metodológicas e Limitações da Investigação

No que respeita às limitações do presente neste estudo, importa referir mais uma vez que, devido à escolha de uma amostra de conveniência, constituída de uma forma não aleatória, não é possível a representatividade dos dados nem a sua generalização para a população geral.

Na aplicação dos instrumentos, escolheu-se o método online, com recurso ao programa SurveyMonkey. Contudo, este tipo de métodos apresenta algumas desvantagens, desde logo, o fato de ainda não se encontrar suficientemente estudado, havendo alguma relutância em confiar na validade dos dados e da amostra (Martins, 2012). Existe também a facilidade de abandono do questionário, antes de este estar totalmente completo, particularmente nos questionários extensos, devido a fadiga e aborrecimento (Martins, 2012). Uma outra desvantagem pode ser o facto de o/a investigador/a não interagir diretamente com os/as participantes durante o preenchimento do questionário (Martins, 2012). No nosso caso, tentou-se minimizar

estas limitações com a realização de apresentações presenciais da investigação em algumas turmas da licenciatura e mestrados em Psicologia, estimulando-se a adesão e colaboração no preenchimento integral dos questionários.

Outra limitação deste trabalho foi o facto de termos optado por um desenho de estudo simplificado, excluindo uma serie de variáveis (individuais e culturais) envolvidas no consumo de pornografia na internet e nas implicações deste ao nível das atitudes sexuais e crenças legitimadoras da violência sexual. Esta escolha deveu-se ao tempo relativamente limitado para a realização do trabalho, bem como, à falta de recursos necessário a uma investigação mais complexa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbey, A., Parkhill, M., BeShears, R., Clinton-Sherrod, A., Zawacki, T. (2006). Cross-sectional predictors of sexual assault perpetration in a community sample of single African American and Caucasian men. *Aggressive Behavior*, Vol. 32, 54-67, DOI: 10.1002/ab.20107
- Abell, J. W., Steenbergh, T. A., Boivin, M. (2006). Cyberporn Use in the Context of Religiosity. *Journal of Psychology and Theology*, Vol. 34, No. 2, 165-171, DOI: 0091-6471/410-730
- Albright, J. M. (2008). Sex in America Online: An Exploration of Sex, Marital Status, and Sexual Identity in Internet Sex Seeking and Its Impacts. *Journal of Sex Research*, 45 (2), 175–186, DOI: 10.1080/00224490801987481
- Albuquerque, A. (2006). *Minorias Eróticas e Agressores Sexuais*. Publicações Dom Quixte.
- Alferes, V. R. (1999). Escala de Atitudes Sexuais. In M. R. Simoes, M. M. onçalves & L. A. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal*, Vol. 2, 131-148. Braga:SHO/APPORT
- Alferes, V. R. (2002). *Encenações e Comportamentos Sexuais. Para uma Psicologia da Sexualidade*. Edições Afrontameno. Porto
- Allen, M., Emmers, T., Gebhardt, L., Giery, M. A. (1995). Exposure to pornography and acceptance of rape myths. *Journal of Communication*, Vol. 45(1), 5-26, DOI: 10.1111/j.1460-2466.1995.tb00711.x
- Anderson, V., Simpson-Taylor, D., & Herrman, D. (2004). Gender, age, and rape-supportive rules. *Sex Roles, a Journal of Research*, Vol. 50, 77-90.
- APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vitima (2012). *Estatísticas sobre violência sexual*. Retirado de:
http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_ViolenciaSexual_2012.pdf
http://books.google.pt/books?id=u_W8dGXrFqwC&pg=PA4&lpg=PA4&dq=junior+2006+pornografia&source=bl&ots=4nOrPi0FSk&sig=N3YZTrkRoWTyKQam8UOIkg

77c&hl=ptPT&sa=X&ei=RF3pUYP4HOnD7Aah_IHQAg&ved=0CC0Q6AEwAA#v=onepage&q=junior%202006%20pornografia&f=false

- Ayres, M. M. & Haddock, S. A. (2009). Therapists' Approaches in Working with Heterosexual Couples Struggling with Male Partners' *Online Sexual Behavior. Sexual Addiction & Compulsivity*, Vol. 16, 55–78, DOI: 10.1080/10720160802711952
- Baltazar, A., Helm, H. W., MacBride, D., Hopkins, G., Stevens J. V. (2010). Internet Pornography Use in the Context of External and Internal Religiosity. *Journal of Psychology and Theology*, Vol. 38, No. 1, 32-40, DOI: 0091-6471/410-730
- Baron, L. (1990). Pornography and Gender Equality: an empirical analysis. *The Journal of Sex Research*, Vol. 27, N.º 3, 363-380
- Barros, L. G., (2007). Erotismo: uma resistência do sujeito às proibições. *Revista Interlegere* , ano 1, N.º 1
- Baumeister, R., Catanese, K., Wallace, H. (2002). Conquest by force: A narcissistic reactance theory of rape and sexual coercion. *Review of General Psychology*, Vol. 6, 92-135, DOI: 10.1037//1089-2680.6.1.92
- Bauserman, R. (1996). Sexual Aggression and Pornography: A Review of Correlational Research. *Basic and Applied Social Psychology*, Vol. 18(4), 405-27
- Bensimon, P. (2007). The Role of Pornography in Sexual Offending. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 14, 95–117, DOI: 10.1080/10720160701310468
- Bonilla, D. G. R. (2009). Equis Equis Equis, Pensar la pornografía El Artista. *Revista de Investigaciones en Música, Artes Plásticas y Visuales, Escénicas, Danzarias y Literarias*, N.º 6, 102-117
- Brand, M., Laier, C., Pawlikowski, M., Schachtel, U., Scholer, T., Altstötter-Gleich, C. (2011). Watching Pornographic Pictures on the Internet: Role of Sexual Arousal Ratings and Psychological–Psychiatric Symptoms for Using Internet Sex Sites Excessively. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, Vol. 14, Number 6, DOI: 10.1089/cyber.2010.0222

- Bridges, A. J., Bergner, R. M., Hesson-McInnis, M. (2003). Romantic Partners' Use of Pornography: Its Significance for Women. *Journal of Sex & Marital Therapy*, Vol. 29, 1-14, DOI: 10.1080/00926230390154790
- Bryant, C. (2009). Adolescence, pornography and harm. *Trends & issues in crime and criminal justice*, Australian Institute of Criminology, No. 368
- Byers, E., & Eno, R. (1991). Predicting men's sexual coercion and aggression from attitudes, dating history, and sexual response. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 4, 55-70
- Byers, L. J., Menzies, K. S., O'Grady, W. L. (2004). The Impact of Computer Variables on the Viewing and Sending of Sexually Explicit Material on the Internet: testing cooper's "triple-a engine". *The Canadian Journal of Human Sexuality*, Vol. 13 (3-4)
- Cacioppo, J. T., Petty, R. E., Kao, C. F., Rodriguez, R. (1986). Central and Peripheral Routes to Persuasion: an Individual Difference *Perspective*. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 51, No. 5, 1032-1043
- Cardoso, F. R. (2011). Pornografia, Um Artefacto Plural. *Revista Invisível*, edição zero, 89-101
- Caridade (2011). *Vivências Íntimas Violentas: Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Carr, J. & Van Deusen, K. (2004). Risk factors for male sexual aggression on college campuses. *Journal of Family Violence*, 19, 279-289
- Carroll, J. S., Padilla-Walker, L. M., Nelson, L. J.; Olson, C. D., Madsen, S. D. (2008). Generation XXX: Pornography acceptance and use among emerging adults. *Journal of Adolescent Research*, Vol. 23(1), 6-30, DOI: 10.1177/0743558407306348
- Collins, R. L., Elliott, M. N., Berry, S. H., Kanouse, D. E., Kunkel, D., Hunter, S. B., Miu, A. (2004). Watching Sex on Television Predicts Adolescent Initiation of Sexual Behavior. *PEDIATRICS*, Vol. 114, No. 3 September
- Collins, R. L., Elliott, M. N., Berry, S. H., Kanouse, D. E., Kunkel, D., Hunter, S. B., Miu, A. (2004). Watching Sex on Television Predicts Adolescent Initiation of Sexual Behavior. *PEDIATRICS*, Vol. 114, No. 3 September

- Cooper, A. (2004). Online Sexual Activity in the New Millennium. *Contemporary Sexuality*, Vol. 38, março, I-VII.
- Cooper, A., Delmonico, D. L., Burg, R. (2000). Cybersex Users, Abusers, and Compulsives: New Findings and Implications. *Sexual Addiction & Compulsivity*, Vol. 7, 5-29
- Cooper, A., Galbreath, N., Becker, M. A. (2004). Sex on the Internet: Furthering Our Understanding of Men With Online Sexual Problems. *Psychology of Addictive Behaviors*, Vol. 18, No. 3, 223–230, DOI: 10.1037/0893-164X.18.3.223
- Cooper, A., Morahan-Martin, J., Mathy, R. M., Maheu, M. (2002). Toward an Increased Understanding of User Demographics in Online Sexual Activities. *Journal of Sex & Marital Therapy*, Vol. 28, 105–129
- Cooper, A., Putnam, D. E., Planchon, L. A., Boies, S. C (1999). Online Sexual Compulsivity: Getting Tangled in the Net. *Sexual Addiction & Compulsivity*, Vol. 6, 79-104.
- Cowan, G., Dunn, K. F. (1994). What Temes in Pornography Lead to Perceptions of the Degradation of Women? *The Journal of Sex Research*, Vol. 31, N.º1, 11-21
- D’Orlando, F. (2009). The Demand for Pornography. *Springer Science Business Media* B.V. DOI 10.1007/s10902-009-9175-0
- Decreto-Lei nº 396/82, de 21 de setembro (1982). *Ministério da Cultura e Coordenação Científica*.
- Dicionário da Língua Contemporânea Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa* (2001). Vol. II. Verbo Editora.
- Dicionário da Língua Portuguesa* (2010). Porto Editora. Porto.
- Dicionário de Sinónimos* (1977). 2º Edição. Porto Editora. Porto.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2003). Editora Temas e Debates. Lisboa.
- Dines, G. (2010). *Pornland, How Porn Has Hijacked our Sexuality*. Beacon Press. Boston.

- Durkin, K. F., & Bryant, C. D. (1995). "Log on to sex": Some notes on the carnalcomputer and erotic cyberspace as an emerging research frontier. *Deviant Behavior*, Vol. 16, Issue 3, 179-200, DOI:10.1080/01639625.1995.9967998
- Ferree, M. C. (2003). Women and the web: cybersex activity and implications. *Sexual and Relationship Therapy*, Vol. 18, No. 3, August
- Figari, C. E., (2008). Placeres a la carta: consumo de pornografía y constitución de géneros. *Revista de Estudios de Género. La ventana*, Vol. III, N.º 27, 170-204
- Fisher, W. & Barak, A. (2001). Internet Pornography: A Social Perspective on Internet Sexuality. *The Journal of Sex Research*, vol. 38, n. º4, 312-323.
- Fisher, W. A. & Byrne, D. (1978). Sex Differences in Response to Erotica? Love Versus Lust. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 36, No. 2, 117-125
- Fisher, W. A., Grenier, G., (1994). Violent Pornography, Antiwoman Thoughts, and Antiwoman Acts: In Search of Reliable Effects. *The Journal of Sex Research*, Vol. 31, N.º 1, 23-38
- Flood, M. & Hamilton, C. (2003). Youth and Pornography in Australia: Evidence on the extent of exposure and likely effects. *The Australia Institute, Discussion Paper Number 52, February 2003, ISSN 1322-5421*.
- Frable, D. E. S., Johnson, A. E., Kellman, H. (1997). Seeing Masculine Men, Sexy Women, and Gender Differences: Exposure to Pornography and Cognitive Constructions of Gender. *Journal of Personality*, Vol. 65, 2, June
- Frazier, P. (2003). Perceived control and distress following sexual assault: a longitudinal test of a new model. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 84, 1257-1269, DOI: 10.1037/0022-3514.84.6.1257
- Gallespie, A. A. (2008). Adolescents accessing indecent images of children. *Journal of Sexual Aggression*, Vol. 14, N.º 2, 111-122
- Gannon, T. A., Ward, T. (2009). Cognitive distortions "debate": Introductory note. *Journal of Sexual Aggression*, Vol. 15, No. 3, 223-224

- Garcia, L. T. (1984). Exposures to Pornography and Attitudes about Women and Rape: a Correlational Study.
- Garlick, S. (2011). A New Sexual Revolution? Critical Theory, Pornography, and the Internet. *Canadian Review of Sociology*. CRS/RCS, 48.3
- Gaspar, M. J. & Carvalheira, A. (2012). O consumo de pornografia na internet numa amostra de mulheres Portuguesas. *Psychology, Community & Health*, Vol. 1(2), 163–171, doi:10.5964/pch.v1i2.27
- Geiger, B., Fischer, M. & Eshet, Y. (2004). Date-rape-supporting and victim-blaming attitudes among high school students in a multiethnic society. *Journal of Interpersonal Violence*, 19, 406-607.
- Glascock, J. (2005). Degrading Content and Character Sex: Accounting for Men and Women's Differential Reactions to Pornography. *Communication Reports*, Vol. 18(1), Apr, 43-53, DOI: 10.1080/08934210500084230
- Gleitman, H., Fridlund, A., Reisberg, D. (1999). *Psicologia*. 6ª ed. Fundação Calouste GulbenKian. Lisboa
- Gomes, F. A. (1990). Erotismo e Pornografia: algumas reflexões sobre a sua influência no comportamento psicosssexual. *Criminalidade e Cultura I, Cadernos do CEJ*. N.º2, 137-151
- Goodson, P., McCormick, D., Evans, A. (2000). Sex on the Internet: College Students' Emotional Arousal When Viewing Sexually Explicit Materials *On-Line*. *Journal of Sex Education and Therapy*, Vol. 25, N.º 4
- Grubbs, J. B., Sessoms, J., Wheeler, D. M., Volk, F. (2010). The Cyber-Pornography Use Inventory: The Development of a New Assessment Instrument. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 17:106–126, DOI: 10.1080/10720161003776166
- Hald, M. G. & Malamuth, N. M. (2008). Self-Perceived Effects of Pornography Consumption. *Archives of Sexual Behavior*, DOI 10.1007/s10508-007-9212-1
- Hald, M. G., Malamuth, N. M., Yuen, C. (2010). Pornography and Attitudes Supporting Violence Against Women: Revisiting the Relationship in Nonexperimental Studies. *Aggressive Behavior*, Vol. 36, 14–20

- Hendrick, S. S. & Hendrick, C. (1987). Multidimensionality of sexual attitudes. *The Journal of Sex Research*, Vol. 23, 502-526
- Janssen, E., Carpenter, D., Graham, C. A. (2003). Selecting Films for Sex Research: Gender Differences in Erotic Film Preference. *Archives of Sexual Behavior*, Vol. 32(3), Jun, 243-251, DOI: 10.1023/A:1023413617648
- Jenkins, P. (2001). *Beyond Tolerance, Child Pornography on the Internet*. New York University Press. New York
- Jensen, Robert (2011). Stories of rape culture. In Melinda T., Bray A. *Big Porn Inc. Spinifex*.
- Johansson, T. & Hammarén, N. (2007). Hegemonic Masculinity and Pornography: Young people's attitudes toward and relations to pornography. *The Journal of Men's Studies*, Vol. 15, No. 1, 57–70, DOI: 10.3149/jms.1501.57
- Júnior, E. B. S. (2011). Os Desprezados. *Revista Invisível*, edição zero, 107-117.
- Júnior, J. L. (2006). Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento. Annablume Editores. Brasil. Retirado de :
- Júnior, L. J. (2011). A Pornografia Contemporânea e a Estética do Grotesco. *Revista Invisível*, edição zero, 11-23.
- Kelly, Liz, Wingfield, Rachel and Linda Regan (1995). Splintered lives: Sexual explotaion of children in the context of children's rights and child protection. Barnardos, Ilford, Essex, Uk
- Kendler, H. (1974). *Introdução á Psicologia*. 5ª ed., Vol. II. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Kingston, D. A., Malamuth, N. M., Fedoroff, P., Marshall, W. L. (2009). The Importance of Individual Differences in Pornography Use: Theoretical Perspectives and Implications for Treating Sexual. Offenders. *Journal of Sex Research*, Vol. 46(2-3), 216–232, DOI: 10.1080/00224490902747701

- Kingston, D., Fedoroff, P., Gerry, S. & Brandford J. (2008). Pornography use and sexual aggression: the impact of frequency and type of pornography use on recidivism among sexual ofeenders. *Aggressive Behavior*, vol. 34, 341-351.
- Kutchinsky, B. (1991). Pornography and rape: Theory and practice? Evidence from crime data in four countries where pornography is easily available. *International Journal of Law and Psychiatry*, Vol. 14(1/2), 47–64
- Lambert, N. M., Negash, S., Stillman, T. F., Olmstead, S. S., Fincham, F. D. (2012). A Love That Doesn't Last: Pornography Consumption and Weakened Commitment to One's Romantic Partner. *Journal of Social and Clinical Psychology*, Vol. 31, No. 4, 410-438
- Lee, J., Busch, N., Kim, J., & Lim, H. (2007). Attitudes toward date rape among university students in South Korea. *Sex Roles*, Vol. 57, 641-649
- Lee, J., Pomeroy, E., Yoo, S., Rheinboldt, K. T. (2005). Attitudes toward rape. A comparison between Asian and Caucasian college students. *Violence Against Women*, Vol. 11, 177-196, DOI: 10.1177/1077801204271663
- Lello Universal, Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro (1981). Lello & Irmãos Editores, Porto.
- Levert, N. P. (2007). A Comparison of Christian and Non-Christian Males, Authoritarianism, and Their Relationship to Internet Pornography Addiction/Compulsion. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 14:145–166, DOI: 10.1080/10720160701354771
- Linz, D. G., Donnerstein, E., Penrod, S. (1988). Effects of Long-Term Exposure to Violent and Sexually Degrading Depictions of Women. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 55, N.º5, 758-768
- Linz, D., Donnerstein, E., Penrod, S. (1984). The Effects of Multiple Exposures to Filmed Violence Against Women. *Sex and Violence Violence Against Women, Journal of Communication*, 130-147

- Linz, D., Donnerstein, E., Penrod, S. (1987). The Findings and Recommendations of the Attorney General's Commission on Pornography Do the Psychological "Facts" Fit the Political Fury? *American Psychological Association*, Vol. 42. No. 10. 946-953
- Lo, V. & Wei, R. (2002). Third-Person Effect, Gender and Pornography on the Internet. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, março, Vol. 46(1), 13-33
- Lo, V. & Wei, R. (2005). Exposure to internet pornography and Taiwanese adolescent's sexual attitudes and behavior. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, Vol. 49(2), 221-237
- Mackinnon, M. (2011). X-Underrated: Living in a World the Pornographers have made. In *Big Por Inc*, by Tankard, M. & Bray A. (2011). Spinifex Press, Australia.
- Maingueneau, D. (2010). *O discurso Pornográfico*. Parábola Editorial. São Paulo
- Malamuth, N- M., & Brown, L. M. (1994). Sexually Aggressive Men's Perceptions of Women's Communications: Testing Three Explanations. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 67, N.º 4, 699-712
- Malamuth, N. M. (1986). Predictors of Naturalistic Sexual Aggression. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 50, No. 5, 953-962
- Malamuth, N. M., & Thornhill, N. W. (1994). Hostile Masculinity, Sexual Aggression, and Gender-Biased Domineeringness in Conversations. *Aggressive Behavior*, Vol. 20, 185-193
- Malamuth, N. M., Addison, T., Koss, M. (2000). Pornography and Sexual Aggression: Are there reliable effects and can we understand them? *Annual Review of Sex Research*, Vol.11, 26-91
- Malamuth, N. M., Check, J. V., (1981). The effects of mass media exposure on acceptance of violence against women: A field experiment. *Journal of Research in Personality*, Vol. 15(4), 436-446, DOI: 10.1016/0092-6566(81)90040-4
- Malamuth, N. M., Heavey, C. L., Linz, D., Barnes, G., Acker, M. (1995). Using the Confluence Model of Sexual Aggression to Predict Men's Conflict With Women: A 10-Year Follow-Up Study. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 69, No. 2, 353-369

- Malamuth, N. M., Heim, M., Feshbach, S. (1980). Sexual Responsiveness of College Students to Rape Depictions: Inhibitory and Disinhibitory Effects. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 38, No. 3, 399-408
- Malamuth, N. M., Sockloskie, R. J., Koss, M. P., Tanaka, J. S. (1991). Characteristics of Aggressors Against Women: Testing a Model Using a National Sample of College Students. *Journal of Consulting and Clinical*, Vol. 59, No. 5, 670-681
- Malamuth, N. M., Spinner, B. (1980). A Longitudinal Content Analysis of Sexual Violence in the Best-Selling Erotic Magazines. *The Journal of Sex Research*, Vol. 16, N.º 3, 226-237
- Mann, J., Berkowitz, L., Sidman, J., Starr, S., West, S. (1974). Satiation of the Transient Stimulating Effect of Erotic Films. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 30, No. 6, 729-735
- Manning, J. C. (2006). The Impact of Internet Pornography on Marriage and the Family. *A Review of the Research. Sexual Addiction & Compulsivity*, Vol. 13, 131–165, DOI: 10.1080/10720160600870711
- Maroco, J. & Bispo, R. (2003). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais e Humanas*. Climepsi Editores. Lisboa.
- Martins, S. M. (2012). *Vitimização e Perpetração Sexual em Jovens Adultos: da Caracterização da Prevalência às Atitudes* (Tese de Doutoramento em Psicologia). Retirada do Repositório da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/24405>
- Martins, S., Machado, C., Abrunhosa, G., Manita, C. (2012). Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS). *Análise Psicológica*, Vol. XXX (1-2), 177-191
- Matos, M., Machado, C., Gonçalves, M. (1999). E.C.V. – Escala de Crenças sobre Violação. Braga. Universidade do Minho. Escola de Psicologia
- McKee, A. (2007). The positive and negative effects of pornography as attributed by consumers. *Australian Journal of Communication*, Vol. 34, 87–104.
- Mediaweb Criações (2012). Acessado a 19 de junho de 2013. <http://www.mediaweb.pt/empresa/noticias-dicas/38-internet-esta-a-alterar-profundamente-os-habitos-de-consumo-dos-portugueses>

- Meerkerk, G., Einjnden, R. J.J.M., Garretsen, H. F. L. (2006). Predicting Compulsive Internet Use: It's All about Sex! *Cyberpsychology & Behavior*, Vol. 9, N.º 1
- Miller, C. T., Byrne, D., Fisher, J. D. (1980). Order Effects on Responses to Sexual Stimuli by Males and Females. *The Journal of Sex Research*, Vol. 16, N.º 2, 131-147
- Mills, R. (2003). Cyber: Sexual Chat on the Internet. *Journal of Popular Culture*, 31-46.
- Morrison, T. G., Ellis, S. R., Morrison, M. A., Bearden, A. (2009). Exposure to Sexually Explicit Material and Variations in Body Esteem, Genital Attitudes, and Sexual Esteem among a Sample of Canadian Men. *The Journal of Men's Studies*, Vol. 14, No. 2, Spring, 209-222
- Morrison, T., Ellis, S., Morrison M., Bearden A. & Harriman, R. (2006). Exposure to Sexually Explicit Material and Variation in Body Esteem, Genital Attitudes and Sexual Esteem Among a Sample of Canadian Men. *The Journal of Men's Studies*, Vol. 14, n. 2, 209-222.
- Mould, D. E. (1988). A reply to Malamuth and Donnerstein and linz. *The Journal of Sex Research*, Vol. 24, 353-358.
- Munsch, C. L & Willer, R. (2012). The Role of Gender Identity Threat in Perceptions of Date Rape and Sexual Coercion. *Violence Against Women*, Vol. 18(10), 1125-1146, DOI: 10.1177/1077801212465151
- Neves, A. (2009). Dependência de Pornografia na Internet. Departamento de Comunicação e Arte. Universidade de Aveiro.
- Newman, B. (1997). The use of online services to encourage exploration of egodystonic. *Journal of Sex Education & Therapy*, Vol. 22(1), 45-48.
- O'Donnell, I. & Milner, C. (2007). *Child Pornography, Crime, Computers and Society*. Willan Publishing. Portland, UK
- Paasonen, S. (2010). Labors of love: netporn, Web 2.0 and the meanings of amateurism. *New Media & Society*, 12(8) 1297–1312, DOI: 10.1177/1461444810362853
- Page, S. (1990). The Turnaround on Pornography Research: Some Implications for Psychology and Women. *Canadian Psychology/Psychologie Canadienne*, Vol. 31, 4

- Paul, B. (2009). Predicting Internet Pornography Use and Arousal: The Role of Individual Difference Variables. *Journal of Sex Research*, Vol. 46(4), 344–357, DOI: 10.1080/00224490902754152
- Perry, M., Accordino, M. P., Hewes, R. L. (2007). An Investigation of Internet Use, Sexual and Nonsexual Sensation Seeking, and Sexual Compulsivity among College Students. *Sexual Addiction & Compulsivity*, Vol. 14, 321–335, DOI: 10.1080/10720160701719304
- Peter, J. & Valkenburg, P. M. (2011). The Influence of Sexually Explicit Internet Material and Peers on Stereotypical Beliefs About Women's Sexual Roles: Similarities and Differences Between Adolescents and Adults. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, Vol. 14, Number 9, DOI: 10.1089/cyber.2010.0189
- Plummer, K. (1982). Symbolic interactionism and sexual conduct: an emergent perspective. In M. Brake (Ed.), *Human sexual relations toward a redefinition of sexual politics*. New York: Pantheon.
- Potter, W. J. (1986). Perceived Reality and the Cultivation Hypothesis. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, Vol. 30, N.º 2, Spring, 159-174
- Poulsen, F. O., Busby, D. M., Galovan, A. M. (2013). Pornography Use: Who Uses It and How It Is Associated with Couple Outcomes. *Journal of Sex Research*, Vol. 50(1), 72–83, DOI: 10.1080/00224499.2011.648027
- Pringle, H. (2011). A Study Indifference to Harm: Defending Pornography in The Porn Report. In Tankard M., Bray A. (2011). *Big Porn Inc – Exposing Harms of the Global Pornography Industry* (122-133). Australia, Spinifex.
- Quayle, E. & Taylor, M. (2001). Child Seduction and Self-Representation on the Internet. *Cyberpsychology & Behavior*, Volume 4, Number 5
- Ramos, V., Carvalho, C. C., Leal, I. P. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: A hipótese do duplo padrão sexual. *Análise Psicológica*, Vol. 2 (XXIII), 173-185

- Reid, R. C., Li, D. S., Gilliland, R., Stein, J. A., Fong, T. (2011). Reliability, Validity, and Psychometric Development of the Pornography Consumption Inventory in a Sample of Hypersexual Men. *Journal of Sex & Marital Therapy*, Vol. 37, 359–385. DOI: 10.1080/0092623X.2011.607047
- Rogala, C., & Tyden, T. (2003). Does pornography influence young women's sexual behavior? *Women's Health Issues*, Vol. 13, 39–43.
- Román, G. (2000). *O Eros Eletrónico*. Lisboa: Editorial Notícias
- Romito, P. & Beltramini, L. (2011). Watching Pornography: Gender Differences, Violence and Victimization. An Exploratory Study in Italy. *Violence Against Women*, Vol. 17(10), 1313–1326, DOI: 10.1177/1077801211424555
- Russell D. (2011). Russell's Theory: Exposure to Child Pornography as a Cause of Child Sexual Victimization. In Tankard M., Bray A. (2011). *Big Porn Inc – Exposing Harms of the Global Pornography Industry* (181-194). Australia, Spinifex.
- Sagarin, E. (1975). Book review of Sexual Conduct. The Social Sources of Human Sexuality (1973), by Gagnon, J. H. and Simon, W.
- Schumacher, J. A., Feldbau-Kohn, S., Slep, A. M. S., & Heyman, R. E. (2001). Risk factors for male-to-female partner physical abuse. *Aggression and Violent Behavior*, 6, 281–352.
- Scott, J. E., Cuvelier, S. J. (1986). Sexual Violence in Playboy Magazine: a longitudinal Content Analysis.
- Shim, J. W., Lee, S., Paul, B. (2007). Who Responds to Unsolicited Sexually Explicit Materials on the Internet? The Role of Individual Differences. *Cyberpsychology & Behavior*, Vol. 10, N.º 1, DOI: 10.1089/cpb.2006.9990
- Shope, J. H. (2004). When Words Are Not Enough, The Search for the Effect of Pornography on Abused Women. *Violence Against Women*, Vol. 10 No. 1, January, 56-72, DOI: 10.1177/1077801203256003
- Short, M. B., Black, L., Smith, A. H., Wetterneck, C. T., Wells, D. E. (2012). A Review of Internet Pornography Use Research: Methodology and Content from the Past 10

- Years. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, Vol. 15, N.º1, 13-23, DOI: 10.1089/cyber.2010.0477
- Silva, M. R. (2009). As memórias gráficas da mais amada 'Gina'. *Correio da Manhã*. Retirado de: <http://www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?contentid=8C78758B-DF24-43DA-BFE9-5228B67D6D3E&channelid=00000019-0000-0000-0000-000000000019>
- Sodré, M., Paiva, R. (2002). *O Império do Grotesco*. MAUAD Editora, Rio de Janeiro. Retirado de: http://books.google.pt/books?id=QDtHAbKVLvAC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gb_s_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Sonderegger, R. (2011). Neurotica: Modern Day Sexual Repression. In Tankard M., Bray A. (2011). *Big Porn Inc – Exposing Harms of the Global Pornography Industry* (69-85). Australia, Spinifex.
- Stack, S., Wasserman, I., Kern, R. (2004). Adult Social Bonds and Use of Internet Pornography. *Social Science Quarterly*, Vol. 85, Number 1, March
- Struthers, W. M. (2009). *Wire for Intimacy. How pornography hijacks the male brain*. InterVarsity Press. Downers Grove.
- Tankard M., Bray A. (2011). *Big Porn Inc – Exposing Harms of the Global Pornography Industry*. Australia, Spinifex.
- Testa, M., VanZile-Tamsen, C., Livingston, J., & Koss, M. (2004). Assessing women's experiences of sexual aggression using the sexual experiences survey: Evidence for validity and implications for research. *Psychology of Women Quarterly*, Vol. 8, 1273-1323.
- Tjaden, P. G. (1988). Pornography and Sex Education. *The Journal of Sex Research*, Vol. 24, pp. 208-212.
- Tsitsika, A., Critselis, E., Kormas, G., Konstantoulaki, E., Constantopoulos, A., Kafetzis, D. (2009). Adolescent Pornographic Internet Site Use: A Multivariate Regression Analysis of the Predictive Factors of Use and Psychosocial Implications. *Cyberpsychology & Behavior*, Vol. 12, N.º5, 545-549, DOI: 10.1089=cpb.2008.0346

- Twohig, M. P., Crosby, J. M., Cox, J. M. (2009). Viewing Internet Pornography: For Whom is it Problematic, How, and Why? *Sexual Addiction & Compulsivity*, Vol. 16, 253–266, DOI: 10.1080/10720160903300788
- Vega, V. & Malamuth, N. M. (2007). Predicting Sexual Aggression: The Role of Pornography in the Context of General and Specific Risk Factors. *Aggressive Behavior*, Vol. 33, 104–117, DOI: 10.1002/ab
- Viana, L. G. & Vieira, L. L. F. (2012). Uma Escrita Pornográfica em Espaços Cibernéticos. *Anais do Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Género da ABEH*. Volume 1, Número 1. Salvador
- Villaça, N. (2006, abril). Erotismo e pornografia. Duas semiologias? Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Retirado de: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0085-1.pdf>
- Wang, X. & Sik Ying Ho, P. (2007). My Sassy girl. A qualitative study of women's aggression in dating relationships in Beijing. *Journal of Interpersonal Violence*, Vol. 22, 623-638
- Ward, T. (2009). The extended mind theory of cognitive distortions in sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, Vol. 15, No. 3, 247-259, DOI: 10.1080/13552600903263087
- Wetterneck, C. T., Burgess, A., J., Short, M. B., Smith, A. H., Cervantes, M. E. (2012). The Role of Sexual Compulsivity, Impulsivity and Experiential Avoidance in Internet Pornography Use. *The Psychological Record*, Vol. 62, 3–18
- Williams, K. M., Cooper, B. S., Howel, T. M., Yuille, J. C., Paulhus, D. L. (2009). Inferring sexually deviant behavior from corresponding fantasies: The role of personality and pornography consumption. *Criminal Justice and Behavior*, Vol. 36(2), Feb, 198-222, DOI: 10.1177/0093854808327277
- Wright, P. J. (2012). A Longitudinal Analysis of US Adults' Pornography Exposure Sexual Socialization, Selective Exposure, and the Moderating Role of Unhappiness. *Journal of Media Psychology*, Vol. 24(2), 67–76, DOI: 10.1027/1864-1105/a000063

- Wright, P. J. (2013). U.S. Males and Pornography, 1973–2010: Consumption, Predictors, Correlates. *Journal of Sex Research*, 50(1), 60–71, DOI: 10.1080/00224499.2011.628132
- Ybarra, M., Mitchell, K.(2005). Exposure to Internet Pornography Among Children and Adolescent: a National Survey. *CyberPsychology & Behavior*, vol. 8, n. 5
- Yoder, V. C., Virden III, T. B., Amin, K. (2005). Internet Pornography and Loneliness: An Association? *Sexual Addiction & Compulsivity*, Vol. 12, 19–44, DOI: 10.1080/10720160590933653
- Young, K S., Griffin-Shelley, E., Cooper, Al. (2000). Online Infidelity: A New Dimension in Couple Relationships with Implications for Evaluation and Treatment. *Sexual Addiction & Compulsivity*, Vol. 7, 59-74
- Young, K. (2007). Cognitive Behavior Therapy with Internet Addicts: Treatment Outcomes and Implications. *Cyberpsychology & Behavior*. Vol. 10, Number 5, DOI: 10.1089/cpb.2007.9971
- Zaldívar, S. S. & Díez, I. I. (2009). Nuevas Dimensiones, Nuevas adicciones: La Adiccional al Sexo en Internet. *Intervención Psicosocial*, Vol. 18, n.º3, 255-26
- Zillman, D., Katcher, A. H., Milavsky, B. (1972). Excitation transfer from physical exercise to subsequent aggressive behavior. *Journal of Experimental Social Psychology*, Vol. 8(3), May, 247-259, DOI: 10.1016/S0022-1031(72)80005-2
- Zillmann, D. & Bryant, J. (1982). Pornography, sexual callousness, and the trivialization of rape. *Journal of Communication*, Vol. 32(4), 10-21, DOI: 10.1111/j.1460-2466.1982.tb02514.x
- Zitzman, S. T., Butler, M. H. (2009). Wives' Experience of Husbands' Pornography Use and Concomitant Deception as an Attachment Threat in the Adult Pair-Bond Relationship. *Sexual Addiction & Compulsivity*, Vol. 16, 210–240, DOI: 10.1080/107201609032026

ANEXO A – Questionário Sociodemográfico

Instruções - Todas as respostas que lhe solicitaremos são rigorosamente anónimas. Para garantir a confidencialidade dos voluntários, informamos que não são pedidos dados que os possam identificar, nem será guardado qualquer registo do IP utilizado. Leia com atenção as instruções que lhe serão dadas, certificando-se que compreendeu correctamente o modo como deverá responder.

Responda sempre de acordo com aquilo que faz, sente ou pensa, pois não existem respostas correctas ou incorrectas, nem boas ou más respostas

Muito Obrigado pela sua colaboração.

1ª Parte

Coloque um x na resposta correspondente.

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Idade: _____

É estudante? Sim ☐ Não ☐

Profissão: Só estudante ☐ Quadro Sup. Administração Pública, Dirigente, Quadro
Sup. de Empresa ☐ Especialista das Prof. Intelectuais e Científicas ☐
Técnico e Prof. de Nível Intermédio ☐ Pessoal Administrativo e Similares ☐
Pessoal dos Serviços e Vendedores ☐ Agricultores e Trab. Qualificados da
Agricultura e Pesca ☐ Operários, Artífices e Trabalhadores Similares ☐
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem ☐
Trabalhadores não qualificados ☐

Habilitações literárias: _____

Área de Formação: _____

Estado Civil: Solteiro ☐ Casado ☐ Viúvo ☐ Divorciado ☐
 União de Facto ☐ Separado ☐

Pertence a alguma religião? Católica ☐ Ortodoxa ☐ Protestante ☐
 Outra Cristã ☐ Judaica ☐ Muçulmana ☐ Outra não Cristã ☐
 Sem Religião ☐

É praticante? Sim ☐ Não ☐

Nos últimos 30 dias viu pornografia na internet (qualquer material sexualmente explícito ex. imagens; fotografias; vídeos; áudios; jogos; textos e narrativas; “screensavers”; fundos; com exibição dos órgãos genitais e actos sexuais praticados, com o objectivo de criar excitação sexual no utilizador)?

Sim ☐ Não ☐

Aproximadamente, quantas vezes nos últimos 30 dias, viu pornografia na internet?

Nenhuma ☐ Menos de 1 hora por semana ☐ Entre 1 a 2 horas por semana ☐
 Entre 2 a 3 horas por semana ☐ Entre 3 a 4 horas por semana ☐
 Entre 4 a 5 horas por semana ☐ Entre 5 a 6 horas por semana ☐
 Entre 6 a 7 horas por semana ☐ Entre 7 a 8 horas por semana ☐
 Entre 8 a 9 horas por semana ☐ Entre 9 a 10 horas por semana ☐
 Entre 10 a 11 horas por semana ☐ Mais de 11 horas por semana ☐

Que tipo de pornografia costuma ver? Softcore ☐ Hardcore ☐

Não tenho Preferência ☐

Que sub-tipo de pornografia costuma ver? Heterossexual ☐ Homossexual ☐
 Transsexual ☐ “Teen” ☐ Infantil ☐ Orgias/Gangbang ☐
 Violenta/BDSM ☐ Gonzo ☐ Amadora ☐ Animação/Hentai ☐
 Outro ☐ Não tenho preferência ☐

2ª Parte

Escala de Atitudes Sexuais

Lei atentamente as afirmações que se seguem e indique, relativamente a cada uma delas, qual o grau em que corresponde às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Faça um círculo à volta do número apropriado, atendendo às seguintes significações: 1= Completamente em Desacordo; 2= Parcialmente em Desacordo; 3= Não sei/ Nem Concordo, em discordo; 4= Parcialmente de Acordo; 5= Totalmente de Acordo.

Itens	Completament e em Desacordo	Parcialmente em Desacordo	Não sei / Nem Concordo, nem Discordo	Parcialment e de Acordo	Completamente de Acordo
1 - Não preciso de estar comprometido com uma pessoa pra ter relações sexuais com ela.	1	2	3	4	5
2-O planeamento familiar faz parte de uma sexualidade responsável.	1	2	3	4	5
3- As relações sexuais ocasionais são aceitáveis.	1	2	3	4	5
4-O sexo torna-se melhor à medida que as relações progridem.	1	2	3	4	5
5- Gostaria de ter relações sexuais com muitos parceiros.	1	2	3	4	5
6- O sexo é melhor quando nos “deixamos ir” e nos centramos no nosso próprio prazer.	1	2	3	4	5

7- As “aventuras sexuais” de uma só noite são, por vezes, muito agradáveis.	1	2	3	4	5
8- As mulheres devem partilhar as responsabilidades do planeamento familiar.	1	2	3	4	5
9- É correcto ter relações sexuais com mais do que uma pessoa no mesmo período de tempo.	1	2	3	4	5
10- O sexo é a forma mais íntima de comunicação entre duas pessoas.	1	2	3	4	5
11-É correcto influenciar uma pessoa para ter relações sexuais sem fazer quaisquer promessas para o futuro.	1	2	3	4	5
12-O sexo é, em primeiro lugar, obter prazer através do outro.	1	2	3	4	5
13- As relações sexuais como simples troca de “serviços” são aceitáveis desde que ambos os parceiros estejam de acordo.	1	2	3	4	5
14- A educação sexual é importante para a juventude.	1	2	3	4	5
15- O melhor sexo é o que se faz na ausência de quaisquer “compromissos”.	1	2	3	4	5
16- Um encontro sexual entre duas pessoas profundamente apaixonadas é a forma mais sublime de	1	2	3	4	5

interacção humana.					
17- A vida teria menos problemas se as pessoas tivessem relações sexuais de modo mais livre.	1	2	3	4	5
18-O sexo é, principalmente, uma actividade física.	1	2	3	4	5
19 - É possível gostar de ter relações sexuais com uma pessoa não gostando muito dessa pessoa.	1	2	3	4	5
20-Na sua melhor expressão, o sexo parece ser a fusão de dois “seres”.	1	2	3	4	5
21-O sexo é mais divertido com alguém que não amamos.	1	2	3	4	5
22-O orgasmo é a melhor experiência do mundo.	1	2	3	4	5
23-É correcto “pressionar” alguém para ter relações sexuais.	1	2	3	4	5
24-A masturbação é algo agradável e inofensivo.	1	2	3	4	5
25-É bom ter uma prolongada experiência sexual pré-marital.	1	2	3	4	5
26-Durante as relações sexuais, o conhecimento intenso do parceiro é o melhor “estado de espírito”.	1	2	3	4	5
27- As “aventuras extra-conjugais” são aceitáveis desde que o nosso parceiro não saiba delas.	1	2	3	4	5
28- Os homens devem partilhar as responsabilidades do planeamento familiar.	1	2	3	4	5

29- O sexo só pelo sexo é perfeitamente aceitável.	1	2	3	4	5
30-O sexo é, geralmente, uma experiência intensa e absorvente.	1	2	3	4	5
31-Sentir-me-ia confortável tendo relações sexuais com o meu parceiro na presença de outras pessoas.	1	2	3	4	5
32- O sexo é, principalmente, uma função corporal, tal como comer.	1	2	3	4	5
33- A prostituição é aceitável.	1	2	3	4	5
34- Usar “instrumentos e objectos sexuais” quando se faz amor é aceitável.	1	2	3	4	5
35- O sexo apenas como forma de “descarga” física é bom.	1	2	3	4	5
36- Masturbar o nosso parceiro durante as relações sexuais pode aumentar o prazer do sexo.	1	2	3	4	5
37- O sexo sem amor não faz sentido.	1	2	3	4	5
38- O sexo é uma parte muito importante da vida.	1	2	3	4	5
39- As pessoas deviam, no mínimo, ser amigas antes de terem relações sexuais.	1	2	3	4	5
40- O sexo é sobretudo um jogo entre machos e fêmeas.	1	2	3	4	5

41- Para que o sexo seja bom é necessário ter sentido para as pessoas.	1	2	3	4	5
42-Fazer sexo é, fundamentalmente, bom.	1	2	3	4	5
43-A principal finalidade do sexo é dar-mo-nos prazer a nós mesmos.	1	2	3	4	5

Última Parte

Escala de Crenças sobre Violência Sexual

Lei atentamente as afirmações que se seguem e indique, relativamente a cada uma delas, qual o grau em que corresponde às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos, atendendo às seguintes significações: 1= Discordo Totalmente; 2= Parcialmente em Desacordo; 3= Não sei/ Nem Concordo, em desacordo; 4= Parcialmente de Acordo; 5= Totalmente de Acordo.

Itens	Discordo Totalmente	Parcialmente em Desacordo	Nem concordo, nem discordo.	Parcialmente de Acordo	Totalmente de Acordo
1-Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima.					
2-Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então não se pode falar de violência sexual.					
3-Só são vítimas de agressões sexuais as pessoas “indecentes”.					
4-Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros(as) é que cometem agressões sexuais.					
5-As pessoas dizem que foram vítimas de violência sexual quando se querem vingar de alguém.					

6- Forçar o(a) cônjuge (marido/esposa) a ter relações sexuais não é violação.					
7-Há pessoas que merecem ser violadas.					
8-Há um certo ponto a partir do qual nenhum homem/nenhuma mulher é de ferro.					
9-Se não for usada violência física, não se pode dizer que o acto sexual foi forçado.					
10-Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes, querem dizer sim.					
11-Se uma pessoa provoca sexualmente outra, não se pode depois queixar de ter sido violada.					
12-A maioria das queixas de violação é falsa ou exagerada.					
13-Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo á noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é sua, se for vítima de uma agressão sexual.					
14-Muitas queixas de violação são inventadas quando os(as) companheiros(as) expressam o desejo de terminar a relação.					

15-Os agressores sexuais, na sua maioria, são pessoas com um aspecto diferente das outras.					
16-Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar a outra, então, a agressão sexual é pouco grave.					
17-Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violadas.					
18-Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violadas e gostariam que tal acontecesse.					
19-Há mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força para as convencer a ter sexo.					
20-Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem do que fizeram.					
21-Se uma pessoa violada tiver um comportamento sexual “indecente”, então, a agressão sexual é menos grave.					
22-Forçar o(a) namorado(a) a ter relações sexuais não é violação.					
23-Uma queixa de violação feita dias após o acto, provavelmente, não é verdadeira.					

24-Se uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais pode ser uma forma de expressar amor e envolvimento.					
25-Se uma pessoa não resistir fisicamente, então, não se pode dizer que foi vítima de agressão sexual.					
26- “Quem anda á chuva molha-se”, quem não quiser ser agredido sexualmente deve evitar expor-se ao risco.					
27- Se uma pessoa é violada quando está alcoolizada e/ou sob o efeito de outras drogas, então, pelo menos uma parte da culpa é dela.					
28-Se uma pessoa aceita algum acto de natureza sexual com outra (e.g., caricias, beijos), então, isso quer dizer que ela ter relações sexuais com essa pessoa.					
29-Se uma pessoa não quiser ser mesmo violada, ela consegue defender-se.					
30-Se uma pessoa violada já não era virgem, a violação é menos grave.					

ANEXO B – Autorizações para uso das escalas EAS e ECVS

